

cadernos do

terceiro mundo

**EXCLUSIVO
Winnie Mandela**

Mensal • Abril 1986 • Esc. 100 • Kz 80 • Mt 80 • PG 80 • CV 80\$ • Cz\$15,00 • Ano IX • Nº 88

BRASIL

O PACOTE ECONÓMICO



Acertos e contradições

Não existe nada mais precioso para um povo do que a sua liberdade.



Diamantes de Angola
Ao Serviço da Reconstrução Nacional

Este número da revista com intitulação a sair nas livrarias e livrarias online, é dedicado a todos os leitores que nos leem.

Este número da revista com intitulação a sair nas livrarias e livrarias online, é dedicado a todos os leitores que nos leem.

Este número da revista com intitulação a sair nas livrarias e livrarias online, é dedicado a todos os leitores que nos leem.

Cruzadas, dívidas e Sindonas

A dívida externa e a sua incidência nas debilitadas economias dos países do Terceiro Mundo é, sem dúvida, um dos temas actualmente mais debatidos a nível internacional

Os países subdesenvolvidos enfrentam o desafio de voltar a expandir a sua economia em crise e ao mesmo tempo continuar a negociar com os credores melhores condições para o pagamento da dívida, dois aspectos do mesmo problema muitas vezes em conflito.

Neste contexto, durante o ano passado, a Argentina lançou o Plano Austral, o Peru mudou a sua moeda (o antigo *sol* passou a *inti* com um valor mil vezes maior) e decidiu unilateralmente, tal como fez a Nigéria, colocar um limite à saída de divisas para pagamento da dívida externa: 10% das suas exportações. E, agora, no início deste ano, o Brasil junta-se aos países que redefiniram a sua estratégia económica, lançando o Plano Inflação Zero, ou Plano Cruzado, que tal como definem os porta-vozes oficiais mudou as regras do jogo no terreno movediço das

finanças, da política salarial, dos preços e na esfera monetária.

Cadernos do Terceiro Mundo publica neste número uma análise das implicações do Plano Cruzado brasileiro, tendo ainda como destaque de capa uma entrevista com Winnie Mandela, onde se constata a fibra e a coragem desta mulher que passou, juntamente com o seu marido, Nelson Mandela, a ser um símbolo da resistência ao regime racista sul-africano. O nosso Especial, um estudo sobre o funcionamento da Ordem de Malta, traz abundante informação sobre os intrincados interesses do Vaticano, da CIA, da seita Moon e das organizações de extrema-direita que operam em várias partes do mundo — particularmente na América Central — e sobre os mecanismos de que se servem para ocultar os seus verdadeiros objectivos.

A recente decisão da justiça italiana de condenar a prisão perpétua o banqueiro Michele Sindona — bastante citado neste trabalho — e o seu posterior envenenamento, dão a este artigo uma grande actualidade.

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

Director Geral:
Neiva Moreira

Director Geral Adjunto:
Pablo Piacentini

Editora:
Beatriz Bissio

Sub-Editores:
Carlos Castilho (África)
Roberto Remo Bissio (América Latina)

Conselho Editorial Internacional:
Darcy Ribeiro
Juan Somavia
Henry Pease Garcia
Aquino de Bragança
Wilfred Burchett (1911-1983)

Tiragem desta edição: 21.000 exemplares
Número de registo do Serviço de Depósito Legal: 789/82.

Coordinadores de Produção:

José Carlos Gondim
Redação Permanente:
Antônio Aragão; Baptista da Silva, Cláudia Neiva, Cristina Canoura, Guiomar Belo Marques, Horácio Castelano Moya, João Macedo dos Reis, Raul Gonçalves, Roberto Bardini, Victor Baccheta.

Departamento de Arte:

Samaral (editor), Sónia Freitas, Miguel Efe

Padronização:

Sónia Freitas, Vanda Freitas, Miguel Efe, Pedro Toste.
Centros de Documentação:

Helena Falcao, Lídia Freitas, Elizabeth Mesquita, Eunice H. Senna (Rio de Janeiro); Cristina Assis (Lisboa); Sybille Flaschka (Cidade do México)

Composição:

Ronaldo Fonseca, João de Abreu, Luis Correa

Revisão:

Estevam Reis (Lisboa); Sandra Castelo Branco, Cleia Soares, Ricardo Soca (Rio de Janeiro)

Serviços Comerciais:

Manuela Fernandes

Publicidade:

Cristina Campos, Conceição Alves (Lisboa)

Correspondentes:

Argentina: Horacio Verbitsky
Lavalle 1282 — Ier., piso Of. 12 y 14 — Telef.: 35-81-94
Buenos Aires, Capital Federal

Chile: Fernando Reyes Matta

Casilla 16637 — Correo 9 Providencia, Santiago de Chile

Ecuador: José Steinsleger

Apartado 8986, suc. 7 — Torres de Almagro, Quito

Peru: Rafael Roncagliolo

Apartado 270031, Lima-27

Colômbia: Guillermo Segovia Mora

Apartado Aéreo 10465 — Telef.: 285-66-14 — Bogotá

Nicarágua: Arqueles Morales

Apartado 576 — Manágua

Estados Unidos: Gino Loredo

1648 Newton St. N. W. Washington D. C. 20010

Moçambique: Etevaldo Hipólito

Rua de Pina 109 Sommerfield, Maputo

BRASIL

Director e Editor:

Neiva Moreira

Editora Terceiro Mundo, Lda.

Rua da Glória, 122/105-106 — CEP 20241 Rio de Janeiro, RJ — Telef.: 242-19-57 — Telex: 21-33054 CTMB-BR

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), PRESSUR (Uruguai), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), WAFA (Palestina) e o pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas África News (Estados Unidos), Nueva (Ecuador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), ALTERCOM (Ilet-México-Chile) e Third World Network (Malásia).

Edição portuguesa

Director: Artur Baptista

Coordenação de Redacção:

Carlos Pinto Santos

Propriedade:

Tricontinental Editora, Lda.

Sede da Administração:

Calçada do Combro, 10-1.º

1200 LISBOA

telef.: 32 06 50/32 07 51

Redacção e Publicidade:

Rua das Salgadeiras, 36-2.º-E

1200 LISBOA

telef.: 36 38 04/37 27 15

Telex:

42720 CTM TE P

Impressão:

Gráfica Europam, Lda

2726 — Mem Martins (CODEX)

* Edições em espanhol

MÉXICO, CARAÍBAS, AMÉRICA CENTRAL

Editor:

Rubén Aguilar

Gerente Geral:

Roberto Castellanos F.

Editores do Suplemento Centroamericano:

Roberto Bardini, Horacio Castellanos Moya

Editorial Periodistas del Tercer Mundo

California 98 A — Colonia Parque San Andrés, Coyoacán

Telef.: 689-17-40 — 04040 México, D. F.

RIO DA PRATA

Directores:

Gerônimo Cardoso, Roberto Remo Bissio

A. C. U. S./A.

Avda. 18 de Julio 1263, 3er piso — Montevideo, Uruguay

Colaboradores: Abdul Nafez, Agostinho Jardim Gonçalves, Alan Nairn, Alberto B. Marantoni, Alex Mashinini, Alice Nicolau, Ana Maria Urbina, Antônio, Antônio Silva, A. Prado, Ash Narain Roy, A. W. Singham, Carlos Cardoso, Carlos Nutez, Carolina Quina, Cedric Belfrage, César Arias Quincot, Claude Alvares, Davida Fig, Deborah Huntington, Eduardo Molina y Vedia, Eugenio Alves, Ezequiel Dias, Fernando Molina, Francesca Gallardo, Gregório Selser, Gridivka Kuncar, Herbert de Souza, Hugo Neves, Jim Cason, João Melo, Jorge A. Richards, José Monnerat Filho, Ladislau Dowbor, Laurine Platsky, Luis Maia, M. Venugopal Rao, Maluza Stein, Manuel Freire, Marcos Arruda, Mark Fried, Mário de Cautin, Moacir Werneck de Castro, Mia Couto, Narinder Koshta, Nils Castro, Nilton Santos, Octavio Tostes, Ottoniel Martinez, Pablo Marínez, Peter Law, Phill Harris, Orlando Senna, Orlando Neves, Ricardo Bueno, Ravindran Casnader, Rodolfo de Sousa, Rodrigo Jaberth, Roger Rumrill, Sam Ramsamy, Theotonio dos Santos.

Capa: Abaeté Propaganda

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL — Empresa Distribuidora Livreiro UEE, Avenida Luís de Camões, 111, Luanda. **BELIZ:** Cathedral Book Center, Belize City. **BOLÍVIA:** Tecnolibros S. R. L., Casilla de Correo 20288, La Paz. **BRASIL:**

Fernanda Chinaglia S. A., rua Teodoro da Silva, 907 — Rio de Janeiro. **CABO VERDE:**

Instituto Caboverdeano do Livro, rua 5 de Julho, Praia. **CANADÁ:** Third World Books and Crafts, 478 Bay St. Ontario, Toronto — The Bob Miller Book Room, 180 Bloor St. West, Toronto. **COLÔMBIA:** Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá. **COSTA RICA:** Semanario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José. **CHILE:** Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. **EQUADOR:** Ediciones Sociales, Córdoval 601 y Mendubro, Guayaquil — RAYD de Publicaciones, Av. Colombia 248, of. 205. Quito. **ED. Jaramillo Artega, Tel. 517-590, Reg. Sendip Pex. 1258.** **EL SALVADOR:** Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador — El Quijote, Calle Arco 708, San Salvador. **ESTADOS UNIDOS:** Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois — New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois — Librería Las Américas, 152 East 23rd Street, New York, N. Y. 10010 — Third World Books, 100 Worcester St., Boston, Mass 02118 — Librería del Pueblo, 2121 St. New Orleans, LA 70130 — Papury Bookellers, 2915 Broadway at 114th St., New York, N. Y. 10025 — Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 — Book Center, 518 Valencia St., San Francisco, CA — Red and Black, 4736 University Way, Seattle — Groundwork Bookstore, U. S. C. S. D. Student Center B-023, La Jolla, CA. **FRANÇA:** Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. **GRA-BRETANHA:** Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. **GUINÉ-BISSAU:** Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. **HOLANDA:** Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. **HONDURAS:** Librería Universitaria 'José Trinidad Reyes', Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. **ITÁLIA:** Paesi Nuovi, Plaza de Montecitorio 59/60, Roma — Feltrinelli, Via di Babuino, 41 Roma — Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A Roma — Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma — Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. **MÉXICO:** Unión de Expedidores y Vendedores de Periódico, Humboldt No. 47, México 1, D. F. — Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S. A., Mier y Pesado No. 130, México 12, D. F. — Librería México Cultural, Mier y Pesado No. 128, México 12, D. F. — Metrópolitan de Publicaciones, Librería do Cristal e 100 livrarias em todo o país. **MOÇAMBIQUE:** Instituto do Livro e do Disco, Avenida Ho Chi Minh 103, Maputo. **NICARÁGUÁ:** IMELSA, A. P., nº 2705, Manágua, Nicarágua. **PANAMÁ:** Librería Cultural Paraméria, S. A., Ave España 16, Panamá. **PERU:** Distribuidora Runamarca, Camaná 878, Lima 1. **PORTO RICO:** Librerías La Tertulia, Amalia Marín Esq. Ave González, Río Piedras — Pensamiento Crítico, P. O. Box 29918, 65th inf. Station, Río Piedras, P. R. 00929. **REPÚBLICA DOMINICANA:** Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo — DESVIGNE, S. A., Ave Bolívar 354, Santo Domingo. **REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA:** Con. Medien und Vertriebs GMBH, Osterstr. 36, 2800 Bremen. **S. TOMÉ E PRÍNCIPE:** Ministério de Informação e Cultura Popular. **SUÉCIA:** Wennergren-Williams AB, S-10425, Stockholm. **VENEZUELA:** Publicaciones Españolas, S. A., Ave. México Lechoso a Pte. Brion, Caracas.

PORTUGAL: CD L, Central Distribuidora Livreira, Av. Santos Dumont, 57, 1000-Lisboa.

Circulação em 70 países

4 *Cartas*

6 Panorama Tricontinental

- ### 13 Editorial – Depois de Marcos e de Duvalier: Que futuro para Pinochet, Suharto e Mobutu?

Matéria de capa – Brasil: O pacote económico

- 17 Uma cruzada contra a inflação, *Carlos Castilho*
23 Sarney, o Plano e as primeiras reacções
28 Francisco Lopes: "O Plano muda as regras do jogo"
30 **Exclusivo – Winnie Mandela: "vivemos sobre um vulcão"**

África

- 35 África do Sul: Botha contra Botha, *Carlos Cardoso*
42 A síndrome argentina

América Latina

- 47 Costa Rica:** Os social-democratas continuam no poder
50 Honduras: Apenas mudanças superficiais.
Horacio Castellanos Moya

Ásia

- ## 55 Indonésia: A oposição islâmica, Carlos Pinto Santos

Infância

- ⁶¹ O desprezo pelo futuro, Artur José Poerner

Mulher

- 65** Ainda há muito por fazer
69 Notas

Meio Ambiente

- 70 A crise ecológica. Carlos Aveline

Reflexões

- ## 74 Impedir o esbanjamento de recursos naturais, *Paulo Ramos Derengoski*

Comunicação

- 75 Manobras e mecanismos de desinformação. *Mario Benedetti*

- 75 Manobras e mecanismos de
80 Visão do Sul para os suíços
81 Notas

⁸³ Especial – Ordem de Malta: Os cavaleiros das trevas.

Création de Musique
Françoise Hervet

- 96 *Humor*. Jorge Arbach



Winnie Mandela, um exemplo de resistência



A oposição interna na Indonésia



A face oculta da Ordem de Malta



A Amazónia

O futuro da Amazónia continua a ser um dos problemas que mais me preocupa, dadas as suas repercussões a nível de todo o planeta. A vossa excelente reportagem sobre a Amazónia brasileira foi publicada em Agosto de 1981. Creio que já se justificaria uma nova reportagem, focando temas como:

- a situação em que está o projecto da(s) transamazónica(s);
- o grau de intervenção actual das transnacionais na exploração da Amazónia;
- a situação de outros projectos como Carajás, Jari, etc.;
- as posições e projectos do governo da Nova República quanto à Amazónia;
- os problemas ecológicos propriamente ditos; o grau de destruição actual da floresta (apresentando mapas, por exemplo);
- os problemas dos índios, a posição do governo quanto a eles e a situação "de facto".

No número 83 de *cadernos* impressionou-me muito a reportagem sobre o Kampuchea. Um dos aspectos preocupantes desta tragédia é ninguém saber o que é que Pol Pot pretendia. Também me interrogo com preocupação até onde chegará ele, e qual o papel e objectivos da China no meio disto tudo.

O vosso trabalho global é muito positivo. Actualmente, não temos em Portugal outra publicação que substitua ou iguale os *cadernos* na informação sobre o Terceiro Mundo.

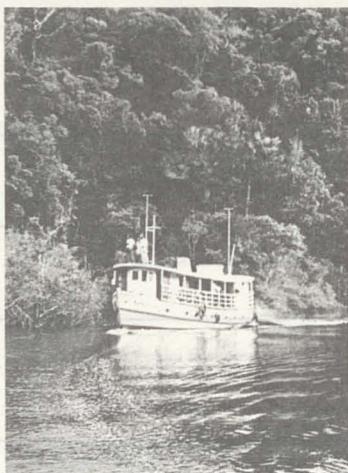
No entanto, nem todos os países têm sido igualmente cobertos pelas vossas reportagens e artigos, certamente por falta de recursos e devido às dificuldades de circulação internacional de notícias fora do âmbito das três ou quatro agências noticiosas imperialistas que dominam esse mercado.

Mas, exceptuando o *Guia*, lamento que nas páginas de *cadernos* nunca tenha surgido qualquer notícia sobre muitos países do Terceiro Mundo como: Antígua-Barbuda, Bahamas, Guiana Francesa, S. Cristóvão-Nevis-Anguila, Reunião, Fidji, Tonga e tantos outros.

O império colonial francês deveria ser objecto de uma "matéria de capa".

Até quando a França quererá conservar o título de última grande potência colonial do planeta? Quais os interesses transnacionais em jogo nas colônias francesas? Quando terminarão as experiências nucleares no Pacífico? Seria muito útil que *cadernos do terceiro mundo* nos informasse mais sobre estes assuntos.

Também é fundamental que *cadernos* mantenham o mais presente possível o problema de Timor-Leste. É da responsabilidade dos portugueses, dos jornalistas, e dos jornalistas portugueses em especial, não deixar apagar a chama que ilumina a Resistência Maubere.



Infelizmente, os poderes públicos em Portugal continuam a fazer o mesmo que nos últimos dez anos: pouco ou nada. Talvez mais "nada" do que "pouco", porque na prática têm feito o jogo da Indonésia: um imobilismo tendente a reconhecer, mas cedo ou mais tarde, a situação de anexação "de facto". Para tal, dá a impressão de que só lhes faltou a coragem para depois enfrentarem a opinião pública (e o eleitorado).

Constatou que (nem sequer como demagogia eleitoralista) os candidatos à Presidência da República Portuguesa não se referiram à questão de Timor-Leste — que é um problema constitucional do presidente da República. (José Nunes, Lisboa)

Cartas à redacção

É claro que existem palestinos e outros árabes radicais. Muitas das suas acções podem ser condenadas porque são realmente erradas. Eu não creio que Abu Nidal e o possível apoio líbio ou sírio a esses grupos radicais seja útil à luta do povo palestino. Por outro lado, não se pode associar qualquer grupo radical à OLP e, muito menos, à totalidade do povo palestino. Isso tem sido feito pelos meios de comunicação dominados pelos Estados Unidos e outras potências. As agências noticiosas internacionais imperialistas, que dominam a maior parte do fluxo informativo (deformativo) no Ocidente, têm tentado fixar estas ideias: "Abu Nidal está a realizar ataques terroristas, a matar pessoas inocentes; Abu Nidal é terrorista; é dissidente da OLP; a OLP é uma organização terrorista, com alguns dissidentes radicais, mas os menos radicais são também terroristas; não se deve negociar com a OLP". É assim que as agências noticiosas pintam o quadro, com o objectivo de levar a opinião pública ocidental a aceitar os pontos de vista e as acções imperialistas contra os povos do Terceiro Mundo, e neste caso contra a Nação Árabe. E os Estados Unidos propõem sanções contra a Líbia.

As sanções económicas não resolvem nem nunca resolveram nada. Não resultaram com Cuba, com a Rodésia; não resultarão com a Líbia. E não resultam porque nunca se verifica unanimidade internacional, nem sequer, infelizmente, em relação à África do Sul.

Ataques militares norte-americanos ou israelitas contra a Líbia também não resolverão nada: nem acabam com o terrorismo, nem resolvem o problema palestino, e poderão pôr em perigo a paz mundial.

O imperialismo parece esquecer que todos estes problemas só se resolvem, quando se resolver a questão fundamental do Médio Oriente: o respeito e execução dos direitos do Povo Palestino à criação de um Estado independente no seu território Pátrio. Não haverá paz enquanto não se respeitar o direito da Palestina a existir como Estado. (José Nunes, Lisboa)

Sobre a reprodução dos nossos artigos

Com grande satisfação volto a escrever-vos, para fazer alguma perguntas:

a) *Índice geral* — A vossa revista trata de assuntos variados, todos muito importantes, relacionados com os crescentes problemas do Terceiro Mundo. Já tive necessidade de recorrer a reportagens publicadas em tempos passados. Por falta de um *índice geral*, que abrangesse pelo menos 24 meses anteriores de matérias publi-

cadas, perdi muito tempo até localizar o assunto.

b) *publicação dos vossos artigos* — Pergunto-vos se é permitida a reprodução, parcial ou integral, de algumas das vossas publicações em jornais do interior. Gostaria de que mais amplas camadas do povo brasileiro conseguissem tomar conhecimento de algumas informações, como, por exemplo, os três artigos "A CIA em Ação".

c) *Década da mulher* — Parabéns pela brilhante reportagem. A mulher

continua a viver uma pseudo-liberdade, em quase todas as partes do mundo. (Bel. Carol Majewski — Cruz Alta — RS — Brasil)

N. de R.: O *índice geral* foi publicado na edição nº 70, recapitulando os dez anos da revista. Existe a perspectiva de se publicar um novo *índice* no nº 100. Quanto à reprodução dos artigos dos "cadernos", ela é permitida desde que seja citada a fonte. Gostaríamos que nos enviassem as publicações onde os artigos forem reproduzidos.

Intercâmbio

- Luis Paulo Maria
Praça do Pioneiro — C. P. 1665
Benguela — Angola
- António da Silva Oliveira
Volta das Calçadas, 199, 3º Dto.
Santa Clara — 1000 Coimbra
Portugal
- António Pedro (Tonil)
D. N. R. H. dos Correios — Luanda
Angola
- Joaquim Maonguere
C. P. 54 — Maputo — Moçambique
- Agostinho Pedro António (Tinho)
Faculdade de Economia
C. P. 815 — Luanda — Angola
- Diniz Cachamba
C. P. 2038 — Beira — Sofala
Moçambique
- José Luís M. A. Lito
C. P. 1899 — Benguela — Angola
- Marcos André R. de Sousa
R. Ernestina, 12 apt. 402 — Lins
Rio de Janeiro — RJ — CEP: 20710
Brasil
- Graça Cardoso Luís
C. P. 783 — Benguela — Angola
- Luis Gilardino
Bvar. José Batlle y Ordoñez 3078
Montevideu — Uruguai
- António João da Silva Miguel
C. P. 18784 — Luanda — Angola
- Ana Maria Marques
Cond. Itambé, Bl. B-18 apt 34
Trindade — Florianópolis — SC
CEP: 88000 — Brasil
- Victor Cipriano
a/c Victor Chilundulo — C. P. 611
Benguela — Angola
- Isis Helena Castro

- Conceição Pedrini
Av. Ernesto Geisel 4580 — Campo Grande — MS — CEP: 79100 — Brasil
- Luís Paulo Maria
C. P. 1665 — Benguela — Angola
- Estêvão Luís Pedro
C. P. 1634 — Benguela — Angola
- Manuel da Conceição Custódio
C. P. 18219 — Benguela — Angola
- João Baptista Lima Rodrigues
C. P. 1306 — Luanda — Angola
- Benvindo Faria Pinheiro
C. P. 1393, a/c A. Adão Pinheiro
Luanda — Angola
- Simão Bartolomeu Sanda
Bº Nelito Soares, Rua Buco — Zan CN9 194 — C. P. 18155 — Luanda
Angola
- João de Deus
C. P. 218 — Sumbe — Angola
- Jerônimo José Salvador "Jeró"
C. P. 509 — Luanda — Angola
- Fernando Anacarias da Silva
a/c Fernanda da Silva, C. P. 1426
Benguela — Angola
- Augusto Paulo
C. P. 1422 — Benguela — Angola
- Paulo Gonçalves Domingos
C. P. 924 — Lubango — Huíle
Angola
- Luciano António Segunda
C. P. 1788 — Luanda — Angola
- Emílio Marta José da Silva
C. P. 1768 — Benguela — Angola
- Bernardino Soares Pereira
C. P. 92 — Benguela — Angola
- Santos Gueta Pedro "Man Guetas"
a/c Jerônimo Salvador "Jeró"
C. P. 509 — Luanda — Angola
- Mateus João Clemente
a/c Zacarias Miranda Domingos
C. P. 18784 — Luanda — Angola
- Eugénio Bernardo Vintial "Génias"
Zona A — C. P. 1153 — Benguela
Angola
- Rua Clovis Bevilacqua, 550 — Bl. E-4
apt. 32 — Campinas — SP
CEP: 13075 — Brasil
- João Rock
C. P. 16153 — Luanda — Angola
- Serifo Baldé
C. P. 35 — Bissau — Guiné-Bissau
- António Augusto Rodrigues Prata
C. P. 343 — Benguela — Angola
- Elisa Maria Fogaca
Rua Tiradentes, s/nº, Taquara — RS
CEP: 95600 — Brasil
- André António Maria
C. P. 1665 — Benguela — Angola
- Francisco Carlos Mecking
Rua Casemiro de Abreu, 260
Jardim Shangri-lá/A — Londrina
PR — CEP: 86070 — Brasil
- Angelo Luís Víctor Quaresma
Rua Cabral Moncada, 217 — Luanda
Angola
- Isaquiel Mabuleze Jó
Av. 24 de Julho — nº 561
Matacuane — Beira-Sofala
Moçambique
- Francisco Cipriano Joaquim "Cipry"
a/c B. José, C. P. 18186 — Luanda
Angola
- Alicia Villar
Andrés Lamas 3767/4 — Montevideu
Uruguai
- Adriano Timóteo
a/c Timoteo A. Pedro, C. P. 1320
Luanda — Angola
- Paulo Jorge Gomes Justo
Av. 25 de Abril, 231, 2º Dto. — Mira
Sintra, 2735 — Cacém — Portugal
- Moisés Ferreira Bambi
C. P. 677 — Uíge — Angola
- José Emiliano Pinto de Andrade
Baký — 153, AZ CCP — M/R — 21
URSS
- Maria Luisa
a/c José Branco, C. P. 2679
Luanda — Angola

África do Sul: a resistência chega às fábricas e às minas

□ A rebelião negra contra o *apartheid* passou a afectar também as principais fábricas e minas de ouro do país, depois de ter tomado conta dos principais bairros pobres das grandes cidades. Só em Janeiro, greves parciais e por sector totalizaram cerca de 186 mil dias de trabalho, segundo cálculos dum especialista em questões sindicais. Este total corresponde ao dobro do registado em Janeiro de 1985.

O sector mais atingido foi o

das minas de ouro e carvão, cuja actividade tem sido frequentemente paralisada por um, dois ou três dias, devido à acção dos sindicatos, que além das reivindicações de ordem laboral, lançam paralisações em solidariedade com os companheiros presos pela polícia na sequência dos dispositivos da lei de emergência. Os protestos atingiram também as fábricas de produtos químicos, de papel, alimentos, metalúrgicas e gráficas. Os proprietários

mostram-se atemorizados porque a rebelião antigovernamental e anti-racista que já tomou conta das ruas e dos bairros-de-lata negros, alarga-se agora a um ritmo crescente aos locais de trabalho.

Nas últimas greves, duas novas tendências têm surgido. Primeiro, os trabalhadores já não esperam pelos resultados das negociações para deixarem de comparecer às fábricas. E em segundo lugar, os patrões deixaram de estar unidos no que se refere à demissão e punição dos grevistas. No sector mineiro não há sequer um acordo entre as empresas no que se refere aos salários. O gigantesco complexo mineiro *Anglo-American* resolveu pagar salários acima da média para evitar perdas ainda maiores por causa da onda de greves. As empresas menores protestaram mas foram impotentes para obrigar a *Anglo* a recuar.

O crescimento da actividade grevista ganhou nova força depois da formação, no final do ano passado, do Congresso dos Sindicatos Sul-Africanos (COSATU) que passou a representar cerca de um milhão de trabalhadores negros. As reivindicações salariais dos trabalhadores africanos foram despoletadas depois da divulgação das estatísticas oficiais segundo as quais a inflação nos últimos 12 meses chegou a 18,7%, enquanto o salário real de 91% dos operários sul-africanos diminuiu no mesmo período. Em 1984, a redução salarial afectou "apenas" 54% da força de trabalho.



As greves na África do Sul ganharam nova força com a COSATU

"Brasiguaios": um drama noutra terra

Mais de 400 mil lavradores brasileiros que foram viver para o Paraguai a partir de 1966, depois da construção da Ponte da Amizade, na Foz do Iguaçu, que liga os dois países, passam por graves problemas com a polícia do ditador Alfredo Stroessner, pois não possuem qualquer proteção, garantias ou direitos. Os "brasiguaios" não têm outra solução senão tentar voltar ao seu país, mas, por isso mesmo, enfrentam toda a sorte de violências, como prisões, torturas e roubos.

Só agora esses lavradores tiveram consciência da sua real situação, ao descobrirem que foram utilizados para "amansar a terra", isto é, desmatar, abrir estradas e preparar toda a infra-estrutura necessária ao plantio e à comercialização. Agora que a terra está pronta, são expulsos, na maioria dos casos por latifundiários e empresários também eles brasileiros, que estenderam os seus domínios em território paraguaio.

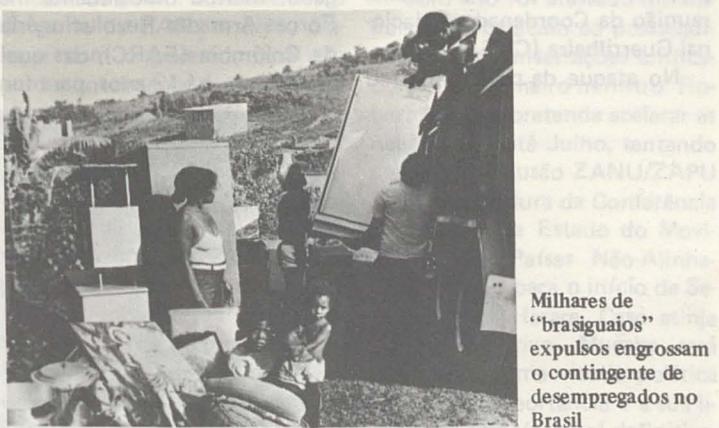
As denúncias foram feitas pela publicação *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, editado no Brasil, que cita vários casos de violência. Em Pacová, por exemplo, a 15 quilômetros da fronteira com Sete Quedas, a polícia obrigou os brasileiros a participar nas comemorações do situacionista Partido Colorado, no poder desde 1954. Cada um recebeu um cartão de presença. Mais tarde, a polícia começou a passar de casa em casa e quem não tivesse o cartão era preso e obrigado a prestar serviço no exército durante 40 dias.

O lavrador José Antônio Gon-

çalves, de 50 anos, nascido no Paraná, foi preso com um companheiro, Pedro Adail, no final do ano passado, por defenderem, com um advogado, a posse da Fazenda Zampiere, em Puerto Adélia. Na prisão, Antônio ficou acorrentado num chiqueiro, foi

raguai rumo ao Mato Grosso do Sul, onde já existem dois acampamentos de "brasiguaios" nos municípios de Mundo Novo (992 famílias) e Sete Quedas (144 famílias). No entanto, o governo estadual afirmou que não vai permitir mais acampamentos no seu território.

Os "brasiguaios" são obrigados a pagar a construção das escolas e o salário dos professores. Muitos pagaram até três vezes o



Milhares de
"brasiguaios"
expulsos engrossam
o contingente de
desempregados no
Brasil



obrigado a comer restos de comida e submetido a trabalhos forçados. Este é apenas um dos tantos casos de repressão contra os "brasiguaios".

Cem mil lavradores pretendem voltar ao Brasil o mais breve possível. Um grupo de 900 famílias prepara-se para deixar o Pa-

lote onde vivem, pois quando muda o chefe do IBR o novo responsável anula as escrituras anteriores. Além disso, são também obrigados a pagar uma taxa "permisso", de cerca de 20 a 30 dólares, válida por um ano, e ainda têm de entregar à polícia uma parte do que produzem.

Colômbia: morto líder do M-19

□ O comandante Alvaro Fayad Delgado, um dos fundadores e principal dirigente do Movimento 19 de Abril (M-19) da Colômbia, foi morto a tiro por um comando da polícia, a 13 de Março último, num apartamento no centro de Bogotá, quando se preparava para participar numa reunião da Coordenadora Nacional Guerrilheira (CNG).

No ataque da polícia morreu

também uma mulher grávida, María Cristina de Rosero, esposa do conhecido compositor colombiano Raúl Rosero, dono do apartamento onde foi encontrado o líder guerrilheiro.

Psicólogo graduado na Universidade de Bogotá, Fayad Delgado militou inicialmente nas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), das quais se separou, há 12 anos, para fun-

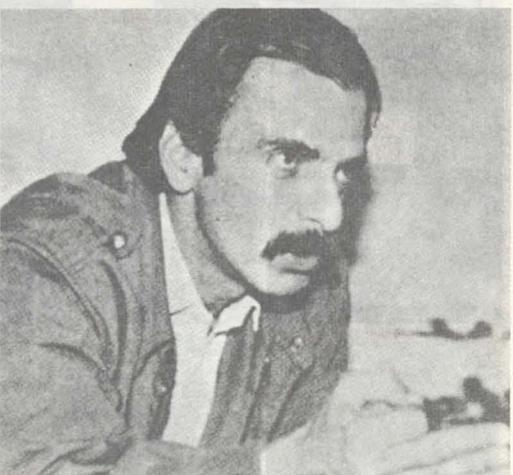
dar o M-19. Participou da primeira ação militar do M-19, quando a organização se apropriou da espada de Simón Bolívar, guardada até então no Museu do Libertador em Bogotá.

Em 1984, Fayad Delgado participou da reunião secreta com o presidente Belisario Betancur, em Madrid, onde se assentaram as bases da trégua assinada pelo M-19, em Agosto do mesmo ano.

Fayad Delgado é o terceiro líder do M-19 que morre desde a fundação da organização em 1974. O primeiro foi Jaime Bateman, num acidente de aviação, em 1983. Em Agosto de 1985, um mês depois do M-19 considerar rompida a trégua com o governo, foi morto, em Cali, Ivan Marino Ospina.

A última edição brasileira de *cadernos do terceiro mundo* (nº 87, Março 1986), com um "Exclusivo" dedicado à Colômbia, incluiu uma das últimas entrevistas, se não a última, concedida por Alvaro Fayad Delgado na Cordilheira Central colombiana, onde expõe a posição do M-19 sobre o assalto ao Palácio da Justiça e as suas consequências.

Fayad Delgado,
líder do M-19,
assassinado pela
polícia



Angola: quebra das receitas do petróleo

A descida acentuada dos preços do petróleo e a baixa do dólar norte-americano serão responsáveis pela queda para metade das receitas da República Popular de Angola no ano de 1986. A informação foi dada recentemente pelo ministro de Estado para a Esfera Produtiva, Pedro de Castro Van-Dunem, "Loy", que dirige o setor de Energia e Petróleos.

Angola é já o segundo maior produtor da África ao sul do

Sara — a seguir à Nigéria — tendo ultrapassado a produção registada pelo Gabão e o Congo, outros dos mais importantes produtores de crude em África. Entre o conjunto das exportações registadas pela economia angolana, a rubrica "petróleo e derivados" tem vindo a aumentar constantemente nestes últimos anos, tendo atingido, em 1985, o valor aproximado de 90% do total exportado, contra 63,5%, em 1978. Os outros produtos mais exportados durante o exercício económico de 1985, foram os diamantes (7,8%), café (5,4%) e o gás li-

quefeito (2,6%), num total de exportações da ordem dos 1.860 milhões de dólares.

A curto prazo, Angola não poderá atenuar a quebra das receitas com o aumento de extração de petróleo que, até ao final do corrente ano, deverá situar-se na ordem dos 300 mil barris diários. Isto porque os mais novos jazigos petrolíferos — como os do Lombo, descobertos em Janeiro de 1984, ou os quatro poços da plataforma continental da bacia do Baixo Congo — ainda não estão a produzir ao nível das suas potencialidades.

Zimbabwe: fusão ZANU/ZAPU na recta final

Com a libertação de dois dirigentes do partido opositor ZAPU, liderado por Joshua Nkomo, foram removidos alguns dos últimos obstáculos para a formação de um partido único no Zimbabwe, sob a direcção do primeiro-ministro Robert Mugabe, líder da ZANU. As negociações entre os dois partidos — que na época da independência actuaram conjuntamente na Frente Patriótica — começaram no ano passado, quando eram mais agudas as tensões entre eles.

Depois de vencer as eleições prévias à independência em 1980, Mugabe passou a ser hostilizado pelo seu antigo aliado Joshua Nkomo, que nunca abandonou a ideia de assumir, um dia, o poder isoladamente. Das divergências políticas, a ZAPU passou à agressão armada, com o aparecimento de grupos dissidentes que trouxeram clandestinamente para dentro de Zimbabwe as armas deixadas em países limítrofes quando do cessar-fogo que antecedeu a independência. A acção dos dissidentes, que se autoproclamaram Super-ZAPU passou a contar com o apoio sul-africano a partir de 1983.

Nkomo, que foi nomeado ministro do Interior logo após a posse de Mugabe, perdeu o seu posto no governo sendo depois gradualmente marginalizado na política interna. O seu partido sofreu uma estrondosa derrota nas eleições do ano passado, tendo Nkomo chegado a fugir para a Grã-Bretanha donde só regressou depois de ter sido ameaçado de perda de mandato parlamentar por ausência injustificada. Paralelamente, o primeiro-minis-

tro Robert Mugabe lançou, em 1984, a tese do partido único, que resultaria da fusão da ZANU e dos elementos progressistas da ZAPU. Apesar de uma forte oposição inicial, os homens de Nkomo foram, aos poucos, aceitando a ideia da fusão. Finalmente, o dirigente da ZAPU resolveu dialogar com o governo, para não perder totalmente o controlo do partido.

A partir dos últimos meses de 1985, as discussões tornaram-se extremamente complexas diante da campanha desestabilizadora promovida pela África do Sul. Em Novembro, surgiu um impasse quando Nkomo exigiu as libertações de Dumiso Dabengwa, ex-comandante da guerrilha da ZAPU, e do seu subordinado directo Lookout Masuku, ambos

presos em 1982 sob a acusação de esconderem armas clandestinamente. Nkomo vetou também o nome ZANU como sigla do novo partido único. Quando o processo de fusão parecia caminhar para um beco sem saída, o governo libertou os detidos, graças à mediação do presidente Canaan Banana, um membro da ZANU oriundo da mesma etnia de Nkomo.

Com isto foi afastado um importante obstáculo ao prosseguimento das conversações unificadoras. O primeiro-ministro Robert Mugabe pretende acelerar as negociações até Julho, tentando consolidar a fusão ZANU/ZAPU antes da abertura da Conferência dos chefes de Estado do Movimento dos Países Não-Alinhados, prevista para o início de Setembro, em Harare. Caso atinja o seu objectivo, Mugabe terá conseguido uma vitória política de grande importância e a sua liderança no país estará definitivamente assegurada.



A possível fusão da ZAPU com a ZANU fortalecerá as forças progressistas

Bolívia: García Meza no banco dos réus

Cabe ao Supremo Tribunal de Justiça da Bolívia o direito de julgar o ex-ditador García Meza (no poder de Julho de 1980 a Agosto de 1981) e mais 55 civis e militares, acusados de diversos crimes, desde assassinatos à destruição da riqueza do país. A decisão foi adoptada pelo Congresso Nacional boliviano, que examinou o juízo de responsabilidades a que os indicados foram submetidos.

Na relação de civis, constam os nomes dos principais agentes paramilitares, aos quais são imputados numerosos crimes, como as mortes do dirigente socialista Marcelo Quiroga Santa Cruz, do deputado Carlos Flores, do sindicalista Gualberto Vega e de nove dirigentes nacionais do Movimento da Esquerda Revolucionária (MIR).

A resolução do Congresso, que entregou à Justiça a compe-



García Meza (na foto), responsável pela morte e desaparecimento de cerca de 120 pessoas

A lista é encabeçada por García Meza, pelo brigadeiro Waldo Bernal e pelo almirante Ramiro Terrazas Rodríguez, membros da junta militar que tomou o poder em 17 de Julho de 1980, quando depôs a presidente constitucional Lidia Gueiler. As mais graves acusações em relação a assassinatos e violações dos direitos humanos pesam sobre o coronel Luís Arce Gómez, ministro do Interior durante a ditadura.

tência do julgamento, afirma que os acusados estão indicados em "delitos de sedição, revolta armada, organização de grupos armados irregulares, privação de direitos, atentados contra a liberdade de imprensa; violação da autonomia universitária, assassinatos, genocídio, associação delituosa, contratos lesivos ao Estado, destruição da riqueza nacional, criação de sociedades fictícias, roubo, furto, não-cumprimen-

to de deveres, além de outros crimes previstos pela Constituição do país e pelo Código Penal.

O Congresso boliviano adotou esta decisão em 25 de Fevereiro último, durante uma sessão onde foi ouvido o advogado de defesa do ex-ditador, Bravo Burgos, cujos argumentos (entre os quais o de que García Meza teria assumido o poder em cumprimento duma determinação institucional das forças armadas) foram rebatidos por vários parlamentares. A transferência do julgamento para a esfera dos tribunais foi aprovada por 128 congressistas, sem qualquer voto contra e com duas abstenções: as dos senadores Ciro Humboldt, do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), do governo, e de Guilherme Tineo, da direitista (ADN), dirigida pelo ex-presidente Hugo Bánzer.

Em Janeiro passado, em carta enviada do Uruguai, onde se diz residente, García Meza declarava-se disposto a enfrentar qualquer julgamento, no Congresso ou na Justiça, mas pedia garantias para regressar ao país. No entanto, o deputado Mario Rueda Pena denunciou, há pouco tempo, numa conferência de imprensa, que o ex-ditador encontrava-se em La Paz mantendo reuniões com os seus advogados e ex-colaboradores.

O julgamento de García Meza e de outras 55 pessoas criou um clima de expectativa nos meios políticos e populares da Bolívia. Estaria assim aberta a possibilidade de um ex-ditador ser condenado por crimes levados a cabo durante um regime de exceção. No entanto, a previsão é que o julgamento demore meses até ser concluído.

Em Janeiro passado, García

Meza revelou dispor de mais de 100 mil dólares para organizar a sua defesa, limpar a sua imagem política e fundar um novo partido. Meza, cuja fortuna está avaliada em vários milhões de dólares, na sua maioria no exterior, conta com o apoio de grupos ligados ao narcotráfico e de alguns sectores da iniciativa privada.

Sectores políticos chegam a admitir a hipótese de que o julgamento de responsabilidades venha a transformar-se num grande esquema publicitário de García Meza. No próprio Congresso, vários representantes da Acção Democrática Nacionalista e do Movimento Nacionalista Revolucionário foram colaboradores da di-

tadura. Entre eles, conta-se o senador Mário Rolón Anaya, ministro dos Negócios Estrangeiros de Meza e encarregado por ele de devolver o cadáver de Quiroga à família.

A aparente frieza com que os principais acusados encaram o julgamento não está apenas relacionado com o facto de que em 150 anos de vida republicana nenhum juízo de responsabilidades tenha terminado com a prisão dos ex-presidentes acusados. Ela parece estar antes ligada à presença de várias figuras da antiga ditadura em postos de importância no governo de Paz Estenssoro. Uma delas, o actual ministro da Defesa, Luis Fernando Valle, foi também ministro em 1980.

O exército tem mantido o mais absoluto silêncio sobre este assunto, não apenas por uma questão de disciplina, mas também porque os militares que mais tenazmente se opuseram a García Meza, foram afastados da actual composição de comando.

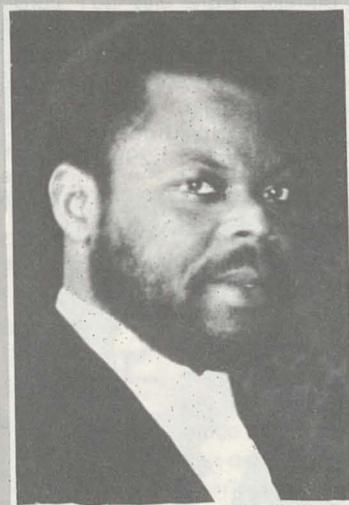
Segundo a Associação de Pais de Presos e Desaparecidos da Bolívia (ASOFAM), cerca de 84 pessoas foram assassinadas e 36 desapareceram durante o governo Meza. A presidente da Associação, Lola Flores, informou que as provas dos crimes foram entregues ao Congresso Nacional, quando este ainda examinava a possibilidade de julgar o ex-ditador.

Portugal: Embaixador angolano ameaçado de morte pela UNITA

O embaixador de Angola em Portugal, Mawete João Baptista, foi ameaçado de morte, no final de Março, pela UNITA através de telefonemas feitos para o local onde se encontrava reunido com a comunidade angolana residente no país.

As ameaças, segundo fontes diplomáticas angolanas, enquadram-se na estratégia terrorista da UNITA, ratificada numa recente reunião que teve lugar no Hotel Roma, em Lisboa, presidida por Wilson dos Santos, dirigente contra-revolucionário que acompanhou Jonas Savimbi na sua recente visita aos Estados Unidos.

O embaixador Mawete Baptista encontrou-se com o ministro português dos Negócios Estrangeiros, Pires de Miranda, a quem reiterou a preocupação do governo de Luanda em re-



lação à liberdade de acção que continuam a gozar em Portugal os grupos contra-revolucionários angolanos. Vários indivíduos envolvidos em actividades terroristas da UNITA em Lisboa são conhecidos e é sabido que muitos deles contam com apoio de cidadãos portugueses.

Documentos comprovativos das actividades exercidas pela

Mawete Baptista, embaixador de Angola em Portugal

UNITA em Portugal foram entregues pelo embaixador Mawete Baptista ao ministro Pires de Miranda, particularmente o material de propaganda que circula com grande penetração nas cidades de Lisboa, Porto e Coimbra.

Segundo um comentário da agência noticiosa angolana ANGOP, "as reuniões que os contra-revolucionários angolanos continuam a realizar em Portugal — inclusive com o apoio declarado da embaixada dos Estados Unidos em Lisboa — parece indicar que o governo português não está interessado em por fim à actividade dos elementos que em Angola assassinam mulheres, crianças e velhos".

População mundial cresceu 85 milhões

A população mundial atingiu os 4.900 milhões de pessoas durante o ano de 1985, tendo aumentado 85 milhões, segundo divulgou recentemente o Instituto Norte-Americano de População. De acordo com este organismo, em meados do próximo ano, a população atingirá os 5.000 milhões de pessoas e 6.000 milhões nos finais do presente século.

Apesar da taxa de crescimento ter decrescido ligeiramente nos últimos anos, a população ainda aumentou 1,7% no último ano. O estudo em questão acrescenta que nos países subdesenvolvidos a população jovem constitui 40% da população, enquanto nos Estados Unidos é de 22%.

Irão: perdas importantes nas receitas pelo baixo preço do crude

Com quase o dobro da produção petrolífera iraquiana, o Irão regista enormes perdas com a queda vertiginosa do preço do *crude* no mercado internacional (as cotas atribuídas pela OPEP em 1985 ao Irão foram de 2.300 barris diários e de 1.200 barris ao Iraque). E isso ocorre numa altura em que as despesas de guerra já absorvem mais de um terço do orçamento nacional.

Em 1985, o governo do primeiro-ministro Hussein Mousavi previra que as receitas petrolíferas renderiam a Teerão, no ano fiscal que agora termina, cerca de 19.500 milhões de dólares. No entanto, não foram além de 12 mil milhões e, segundo os peritos, a situação agravar-se-á no próximo ano.

Por outro lado, o Irão pagará ao estrangeiro 4 a 5 mil milhões de dólares em material de guerra, 3 mil milhões em alimentos e 750 milhões em medicamentos. As importações de matérias-primas e equipamentos serão drasticamente restrinvidas fazendo com que muitas empresas vejam a sua laboração ainda mais limitadas, algumas das quais já não aproveitam actualmente senão 25 a 40% da sua capacidade.

Peru: Alan García demite agentes da polícia

Dando prosseguimento ao plano de depuração dos quadros da polícia, o presidente Alan García demitiu, em Fevereiro, mais 930 oficiais da polícia, entre eles 301 coronéis, maiores e capitães. Desde Agosto do ano passado, quando iniciou a reorganização das forças policiais, o governo já afastou — incluídos os acima mencionados — 1.299 oficiais.



Alan García decidiu-se também pela unificação da Guarda Civil, Guarda Republicana e Polícia de Investigações, que passarão a ter um comando único. Estabeleceu também o posto de coronel como o de mais alta patente na hierarquia das três forças policiais, reservando para o comandante-geral a patente de general.

Estas três forças policiais são alvo de acusações provenientes de vários sectores da sociedade peruana, acusações que vão desde a prática de corrupção até à participação no narcotráfico. Alguns antigos generais da Polícia de Investigações e da Guarda Civil estão a ser processados por ligações com uma poderosa organização de traficantes do país.

Guatemala: Vinicio Cerezo extingue polícia secreta

A polícia secreta da Guatemala (Departamento de Investigações Técnicas) foi extinta pelo presidente Vinicio Cerezo, que anunciou, na ocasião, a reorganização das forças de segurança do Estado, com o objectivo de "prestar melhores serviços ao povo". A medida foi considerada pelos círculos locais como da maior importância política.

Os agentes do Departamento de Investigações Técnicas (DIT) são acusados de assassinatos, sequestros e outros crimes ocorridos durante muitos anos no país. Ao assinar o documento de dissolução, o presidente Vinicio Cerezo afirmou que os crimes perpetrados durante os primeiros dias do seu governo, incluindo o aparecimento de cadáveres com sinais de tortura, estavam a ser responsabilizados aos agentes do DIT.

O presidente guatemalteco revelou, ainda, que 600 agentes da extinta organização passarão por uma série de investigações para determinar quais deles poderão continuar ao serviço da polícia, porém uniformizados e dentro de uma outra organização. A medida governamental foi adoptada de surpresa, mas mesmo assim cerca de 20 agentes conseguiram fugir, os quais estão a ser procurados.

Depois de Marcos e de Duvalier Que futuro para Pinochet, Suharto e Mobutu?

Este ano começou de forma auspíciosa, varrendo do mapa político duas ditaduras: a de Jean Claude Duvalier, no Haiti, e a de Ferdinand Marcos, nas Filipinas.

Através destas boas notícias, a reflexão e a esperança levam-nos às tiranias que subsistem em países como o Paraguai e o Chile, na América Latina, a Coreia do Sul, a Indonésia e o Paquistão, na Ásia, e a Libéria e o Zaire, em África.

A pergunta é esta: os Estados Unidos, que tiveram uma influência decisiva nas fugas de Marcos e de Duvalier, terão dado início a uma nova política, propondo-se conter as ditaduras que até agora têm apoiado?

Não acreditamos nisso. Mas antes de mais nada, analisemos se é verdade que nestas quedas foi determinante a mão do presidente norte-americano Ronald Reagan e quais foram os seus motivos.

Seria um erro subestimar o peso do governo norte-americano em ambos os acontecimentos, tratando-se de países tão dependentes de Washington, como seria igualmente imperdoável esquecer a responsabilidade dos EUA na instauração e apoio de numerosas ditaduras.

Até há pouco, Reagan era um aliado e amigo de Duvalier e Marcos, como continua a ser, por exemplo, do presidente sul-coreano, general Chun Doo Hwan.

Se os regimes do Haiti e das Filipinas não se tivessem confrontado com crises tão graves,

provavelmente as suas relações com Washington seriam hoje tão "normais" como as que subsistem com Seul.

Há mais um dado: o deixar de lado aliados incômodos é uma operação politicamente conveniente, sempre e quando haja motivos para confiar que os sucessores não porão em perigo os interesses norte-americanos. É esta, precisamente, até onde é possível fazer previsões, a situação dos dois países recém-libertados do despotismo.

Ao contrário do democrata James Carter, que detestava as ditaduras direitistas, independentemente da sua eficácia e vontade real em combatê-las, Reagan jamais se considerou um inimigo ideológico deste tipo de regimes. Ao longo destes anos, a administração republicana tem demonstrado que pode ter como interlocutores e aliados generais brutais que usurparam o poder a sangue e fogo desde que eles comunguem dos seus ideais supremos: via livre para os investimentos estrangeiros e luta sem quartel contra o "comunismo".

A categoria de "inimigo ideológico" na visão de Reagan fica reservada para a esquerda e para os adversários de cariz socialista. O presidente da superpotência nunca teve em relação a Marcos e a Duvalier, no passado, como não tem hoje relativamente a Pinochet, Stroessner, Suharto ou Mobutu, a agressividade e a ameaça intervencionista que exibe contra a Nicarágua,

Editorial

apesar de existir nesse pequeno país pluralismo político e economia mista.

A Nicarágua não constitui uma ameaça à democracia, mas apenas às aspirações hegemónicas dos Estados Unidos, como qualquer movimento de libertação que chegue ao poder. E é isso que conta quando Reagan distingue entre amigos e inimigos, assim como é esse o significado quando o presidente dos EUA afirma: "as políticas e as acções do governo da Nicarágua constituem uma ameaça insólita e extraordinária à segurança nacional e à política externa dos Estados Unidos. É por esse motivo que Reagan, desde os seus tempos de oposição, criticou tão duramente Carter pela sua brandura em relação ao movimento sandinista e, depois de chegar ao poder, tem sido sempre tão implacável em relação à Nicarágua. Para ele, o maior perigo não era Somoza, mas a perspectiva de um regime anti-imperialista, e por isso considera que se deveria ter apoiado Somoza para evitar a vitória sandinista. Pela mesma razão, Reagan apoia os guardas somozistas que hostilizam a Nicarágua e os proclama como "combatentes da liberdade", revelando com esta comparação descabida que a liberdade e a democracia não figuram entre as suas preocupações, obcecado que está pelo facto de um país pobre de três milhões de habitantes, asfixiado economicamente pelo esforço bélico e pelos prejuízos causados pela guerra financiada pelos Estados Unidos, não se submeter aos ditames de Washington. E chama-o de "ameaça insólita e extraordinária à segurança" da primeira potência militar.

O Haiti é o maior receptor de ajuda norte-americana nas Caraíbas. Não é conhecido que Reagan haja alguma vez pressionado para melhorar a situação política na ilha, onde era mundialmente conhecida a brutalidade repressiva

da dinastia Duvalier e dos seus *tonton macoutes* há um vinténio.

Mas é do conhecimento público que todos os anos o Congresso norte-americano examinava a concessão de novos créditos à ilha caraibiana, que a Casa Branca informava que havia "progressos" em relação à situação dos direitos humanos e, devido a tão animadora perspectiva, o pacote de ajuda era aprovado. Para a Casa Branca tornava-se difícil responder às interrogações colocadas pelos jornais e opositores que indagavam sobre a coerência em financiar uma guerra contra a Nicarágua sob o pretexto de não haver ali liberdade de informação nem respeito à oposição, quando era do conhecimento geral que no Haiti os adversários políticos eram assassinados e a crítica não era admitida.

Neste contexto, o povo haitiano, que parecia não se ter dado conta dos "progressos" em relação aos seus direitos, decidiu desafiar o terror, manifestando a sua vontade de resistir à tirania. Segundo observadores de Washington, o governo norte-americano havia chegado à conclusão, no início de Fevereiro, de que Jean Claude Duvalier só conseguiria manter-se no poder através de um banho de sangue de proporções alarmantes. É fácil de imaginar, em tal hipótese, qual seria a pressão não só internacional, mas também da opinião pública interna, além de que seria um "prato farto" para a oposição democrata perante um governo que teria de admitir que se tinha enganado ou que tinha enganado. Quanto à incoerência em relação à Nicarágua não seria nem maior nem menor, apenas mais evidente. Não foi difícil a Reagan fazer uma pirueta e assegurar a saída de Duvalier, já que não havia qualquer "perigo comunista" à vista. A oposição havia sido liquidada fisicamente durante os anos

de feroz repressão e, portanto, a esquerda não tem actualmente uma organização sólida. O golpe militar teve como resultado a instalação de uma junta dominada por oficiais que no último momento se revoltaram contra o seu antigo chefe. Segundo os observadores, a Casa Branca veria com bons olhos um "duvalierismo sem Duvalier". O quadro filipino apresenta semelhanças com o haitiano no sentido de que Marcos se converteu num aliado desconfortável que era conveniente retirar de cena. A diferença residia em que nas Filipinas a oposição popular a Marcos era forte e organizada. No entanto, trata-se de duas oposições. Uma de cariz democrata-liberal, apoiada nas classes altas e no clero moderado e centrista. Estas forças convergiram na sustentação da presidente Corazón Aquino e do seu vice, Salvador Laurel.

Por sua vez, não só havia uma esquerda organizada apesar da repressão, como ainda uma guerrilha importante que as forças armadas nunca conseguiram enfraquecer, e que dava mostras de uma potencial capacidade de se expandir.

Os estrategos de Washington chegaram à conclusão de que, se em vez de se dar uma transferência pacífica de governo, de Marcos para Aquino, o ditador procurasse perpetuar-se no poder escudado num aumento da repressão, aconteceria uma polarização entre o governo e a oposição de esquerda. A dinâmica imposta por Marcos aumentava o "perigo comunista" e a única possibilidade de ultrapassar essa situação residia precisamente na substituição da ditadura de Marcos por um governo democrático liderado por Corazón Aquino.

Esta opção tem os seus riscos, já que o fermento da luta popular nas Filipinas é bastante forte, mas esta é uma outra questão.

A exposição destes antecedentes era necessária

para uma interpretação sobre as repercussões das derrubadas ditaduras no começo de 1986. A primeira conclusão é de que na medida em que o governo Reagan possa demonstrar que fez alguma coisa (ainda que tardivamente) para que Duvalier e Marcos se retirassem (transbordando de riquezas), poderá iludir mais facilmente as pressões para que tenha pulso firme contra ditaduras como as de Pinochet e Chun. Segundo, Reagan utilizará estas mudanças em função da sua estratégia anti-sandinista. Pretenderá convencer que a intervenção militar na Nicarágua é tão legítima como as pressões sobre Marcos e encenará com este argumento sempre que se critique a sua ingerência política e militar naquele país da América Central. Terceiro, não vislumbramos qualquer motivo para supor que a passividade demonstrada no passado em relação às ditaduras se venha a modificar enquanto não acontecerem mudanças internas noutros países que induzem a superpotência a agir de forma a favorecer uma alternativa governamental democrática. As quedas das ditaduras no Haiti e nas Filipinas foram vitórias alcançadas pelo povo e obrigaram Reagan a encontrar uma saída que não afectasse os seus interesses. A atitude de Washington poderá repetir-se onde as condições se apresentem semelhantes. Por último, estas duas experiências provaram mais uma vez que os Estados Unidos podem, se o desejarem, derrubar as ditaduras nos países dependentes da hegemonia norte-americana. As novas provas desta verdade política fazem recair sobre a superpotência uma grave responsabilidade, não só em relação às ditaduras subsistentes, mas também aos despotismos do passado que se mantiveram graças às alianças com a maior potência do mundo.

O PACOTE ECONÓMICO

O Brasil está em oitavo lugar no ranking do poder económico mundial: um dado sempre citado pelos interessados em mostrar a imagem de um "Brasil potência", embora tenham que dissimular os índices não tão elogiáveis de miséria, mortalidade infantil, subnutrição e fome, o outro lado da moeda de um país de contrastes.

Mas, sem dúvida, esse poderio económico transforma o Brasil num país de peso no cenário internacional e o facto da sua dívida externa ser a maior do Terceiro Mundo não faz senão aumentar a sua

importância diante dos credores do Norte industrializado e dos devedores do empobrecido Sul.

Estes elementos explicam o interesse com que se acompanhou, a nível internacional, o anúncio e a aplicação do Plano Inflação Zero do governo Sarney. O que deve mudar no Brasil depois do Plano Cruzado?

Os artigos que publicamos nesta matéria de capa procuram mostrar algumas das consequências do pacote, a partir dos elementos surgidos nas duas primeiras semanas após o seu anúncio oficial.

BANCO CENTRAL DO BRASIL

A 2624081754 A





Hélio Santos

O congelamento dos preços foi uma das medidas de grande impacte popular

Na noite de 27 de Fevereiro, os 130 milhões de brasileiros ficaram atónitos. As emissoras de televisão e de rádio começaram a divulgar as primeiras informações sobre um plano a ser anunciado na manhã do dia seguinte pelo presidente José Sarney, classificado bombasticamente por porta-vozes oficiais como "revolução económica". A expectativa de mudanças em todas as categorias sociais provocou uma expectativa geral, parcialmente desfeita quando os matutinos do dia 28 de Fevereiro anteciparam detalhes mais concretos sobre o Plano de Estabilização Económica, elaborado sigilosamente por um grupo de técnicos e de economistas.

Quando o presidente começou a falar em cadeia nacional de rádio e TV, o país vivia um feriado bancário, decretado para evitar uma retirada em massa de depósitos, corrida ao mercado negro do dólar e especulação desenfreada na bolsa de valores. O impacte popular das medidas anunciamas por Sarney foi provocado em primeiro lugar pela mudança da moeda nacional, que deixou de ser o cruzeiro para passar chamar-se a cruza-

Uma cruzada contra a inflação



A implantação do Plano Inflação Zero pelo governo brasileiro despertou diferentes reacções nos meios sindicais e nos partidos de oposição

do, com um valor mil vezes superior. E em segundo lugar pelo congelamento geral dos preços, taxas de câmbio e de títulos públicos e pela nova política salarial por um período de um ano. Também foi extinta a correção monetária, um índice criado há quase vinte anos e a partir do qual toda a economia nacional era indexada de acordo com a taxa de inflação.

O plano do governo surgiu num momento de profunda inquietação social e política em todo o

país. A sensação geral era a de que o governo havia perdido o controlo da situação. A reforma ministerial realizada no começo de Fevereiro em vez de superar a crise, criou novos impasses.

A classe política preparava-se, quando da reabertura do Congresso em Março, para um ataque frontal ao executivo. Os trabalhadores estavam mobilizados para uma onda de greves reivindicativas exigindo aumentos salariais trimestrais ou a escala móvel de reajustamento. Os agricultores sem terra, com o apoio de alguns governadores estaduais criticavam a inércia do presidente e vários políticos ameaçavam abandonar o barco governamental pulando para partidos mais à direita ou mais à esquerda. Foi nestas circunstâncias que o presidente Sarney partiu para um verdadeiro "ou tudo ou nada":

O Plano de Estabilização Económica, também conhecido como Plano Cruzado, Plano Inflação Zero, ou Plano Austral à brasileira, foi elaborado dentro do maior segredo por economistas brasileiros na sua maioria ligados ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), pertencente à aliança governamental juntamente com o Partido da Frente Liberal. O projecto, segundo fontes oficiais, foi posto em prática antes de ficar totalmente pronto. Para garantir a execução das mudanças económicas, o presidente apelou para o povo, pedindo uma vigilância geral sobre os preços. O apelo foi entusiasticamente aceite por uma po-

pulação cansada de suportar aumentos quase diárias em consequência de uma inflação descontrolada de 263% ao ano e que ameaçava saltar para 500% em 1986.

Espontaneamente, donas de casa, associações de moradores e de consumidores tornaram-se fiscais do governo denunciando à polícia comerciantes e serviços que reajustaram os seus preços depois do anúncio do congelamento. A participação popular, após mais de duas décadas de autoritarismo político e económico gerou uma onda de optimismo que nalguns momentos chegou a beirar a euforia. A população resolveu policiar os preços, mesmo sem aceitar muito bem o congelamento dos salários, confiando na promessa governamental de "zerar" a inflação. Desde o fim do regime militar, esta foi a segunda vez que a população teve a oportunidade de sair às ruas para exigir mudanças. A primeira foi em 1984 para pedir eleições diretas para presidente, objectivo até hoje não alcançado.

Recomposição de interesses

Mas o Plano Inflação Zero serviu também para uma estratégica recomposição dos interesses da indústria, comércio, agricultura, bancos e das empresas transnacionais. Se os trabalhadores já estavam cansados de ver os preços subirem a uma

velocidade cada vez mais frenética enquanto o seu poder aquisitivo diminuía, para as elites económicas a inflação deixou de ser interessante no momento em que ultrapassou o patamar dos 250% ao ano. A indústria, a agricultura e o comércio passaram a ter grandes dificuldades para calcular a sua taxa de lucro. O acompanhamento da espiral inflacionária passou a exigir técnicas e equipamentos complexos, ao mesmo tempo que as margens de erro nas previsões aumentaram consideravelmente, fazendo com que qualquer fracasso pudesse ser fatal. Os bancos e o capital financeiro, os principais beneficiados com a especulação surgida no momento em que o país passou a viver em função da inflação, não foram os mais entusiastas com o



Dílson Funaro foi um dos principais responsáveis do Plano Cruzado

tratamento de choque imposto pelo governo, mas acabaram impossibilitados de criticar abertamente o plano.

A solução técnica elaborada pela equipa económica reunida em torno dos ministros do Planeamento, João Sayad, e da Fazenda, Dilson Funaro, apresentou o modelo teórico, cuja colocação em prática acabou por ser acelerada pela conjugação dos interesses políticos de um governo em decomposição e de grupos económicos temerosos de perder o controlo sobre os lucros. Os "magos" económicos do governo fizeram questão de separar o plano brasileiro do controverso Plano Austral, vigente na Argentina desde meados do ano passado, o qual procurou também um tratamento de choque para uma inflação galopante.

Choque sem recessão

A ideologia dos autores da reforma económica brasileira é liberal. Quase todos eles são economistas jovens, formados em universidades estrangeiras e que se tornaram conhecidos pelas suas críticas sistemáticas ao projecto monetarista implantado pelos governos militares anteriores. No grupo de 15 economistas que formou o núcleo central do Projecto Cruzado, era unânime a opinião de que o tratamento de choque não gerará recessão. A diferença do plano brasileiro em relação ao Plano Austral é que a terapia de choque aplicada na Argentina encontrou um paciente em recessão económica aguda, enquanto a reforma do presidente Sarney foi implantada num país que registou no ano passado a maior taxa de crescimento económico do Ocidente (7,5%). Ainda segundo esses técnicos, o país teria que continuar a crescer a uma taxa média de 5 a 6% ao ano para garantir um mínimo de estabilidade ao projecto. Uma nova recessão geraria desemprego, e consequentemente

Hélio Santos



Hélio Santos



Nos primeiros dias a seguir ao anúncio do pacote a população depredou vários estabelecimentos que violaram a lista oficial de preços

protestos generalizados por parte dos trabalhadores, o que seria fatal para um governo que no começo de Março se mostrava cambaleante.

A solução

apresentada pelos economistas foi a oportunidade para que os sectores produtivos e políticos liberais e de centro-esquerda recompusessem a aliança estabelecida em 1984 durante a campanha pela redemocratização, e que culminou na eleição indirecta do falecido presidente Tancredo Neves, substituído no dia da posse pelo seu vice, José Sarney. Para os analistas da realidade política brasileira, a elite política e empresarial teve por ocasião do Plano Cruzado, também conhecido popularmente como Pacote, a rara oportunidade de fazer prevalecer uma vez mais os seus interesses

fazendo concessões mínimas aos assalariados que, pelo menos neste primeiro momento, retribuíram com um apoio generoso, uma mudança de rumo onde não são os principais beneficiados.

**O que é bom para a *Rede Globo*,
é bom para o Brasil?**

A estratégia de aliança entre políticos liberais e empresários pode ser melhor analisada através da conduta adoptada pela maior cadeia de rádio, televisão e jornal do país, a *Rede Globo*, o quarto maior conglomerado privado do mundo no sector da comunicação social. Depois de cometer inúme-

presidente do PMDB, deputado Ulisses Guimarães^{II} outrora conhecido como "senhor directas-já"^P opõe-se à escolha imediata de um novo presidente com a participação de toda a população.^P

Em Março, a *Rede Globo* lançou-se inteiramente na campanha de apoio ao pacote, com slogan "tem que dar certo". O mesmo esquem das "directas-já" foi posto em marcha.

Mas apesar do empenho do governo, dos empresários, dos políticos liberais e de significativos sectores da classe média para que tudo dê certo o plano anunciado por Sarney tem muitos pontos obscuros. O controlo geral dos preços é uma meta muito popular, mas tecnicamente difícil quase impossível, garantem alguns economistas



Walter Santos

As donas de casa não podem controlar a sofisticada contabilidade das transnacionais

ros erros de avaliação política no final do regime militar, com o qual manteve sólidos laços, a *Rede Globo* entrou, depois de um período vacilante, na campanha pelas eleições directas, embora tenha apoiado no passado a escolha indirecta dos governantes militares. Como porta-voz informal da élite governante, essa rede cuja audiência alcança a maioria dos telespectadores do país, teve a suficiente visão política para alinhar com as reivindicações populares pela redemocratização do país, ajudando a criar as condições necessárias para que o regime militar fosse substituído por um civil, sem que houvesse uma ruptura da aliança entre empresários e políticos liberais e, portanto, sem mudanças significativas no modelo económico. Como a élite manteve o processo sob controlo, a reivindicação popular por eleições directas foi sendo lentamente esvaziada e hoje políticos como o

entanto, foram perdendo gradualmente força, medida que se dirigiam ao ponto básico da produção. Isto é, os consumidores não têm meio para controlar os preços agrícolas na lavoura, não podem fiscalizar o valor das matérias-prima básicas, nem entendem os complicados mecanismos da fixação das cotações do aço, combustíveis, energia eléctrica, etc..

Faltam fiscais

As donas de casa não poderão controlar a sofisticada contabilidade das empresas transnacionais cujos custos são fixados no exterior. Mais difícil ainda será fiscalizar a mecânica interna do sistema financeiro. Tudo isto só é possível com uma presença hegemónica do Estado, e o modelo actual

mente vigente no Brasil não é o de uma economia planificada. O mais provável é que à medida que o controlo dos preços passe da etapa do balcão para o das reuniões de executivos e dos cálculos electrónicos, ele vá perdendo lentamente a sua rigidez e eficácia... e os aumentos voltem a acontecer de forma lenta e gradual. Até mesmo os autores do Plano Inflação Zero acreditam que esta é uma meta impossível. Realisticamente falam de uma inflação de até 20% ao ano. Mas um indicador de possíveis tendências futuras é o facto das principais empresas financeiras do país terem fixado, depois do pacote, os juros anuais em 55%.

Acostumado a inflações galopantes, o consumi-

A reacção dos assalariados variou da frustração ao protesto, porque o congelamento dos preços foi feito pela cotação máxima vigente no dia da divulgação do pacote. Vários sindicatos denunciaram que em Janeiro e início de Fevereiro vários preços foram reajustados muito acima da inflação, numa espécie de incorporação antecipada das desvalorizações futuras, aumentos estes que foram mantidos com o congelamento.

Os técnicos do governo alegam que os trabalhadores não ficarão a perder porque os seus salários congelados acabarão por ter o seu poder aquisitivo mantido com uma inflação baixa, ao contrário do que acontecia quando os reajustes chegavam a

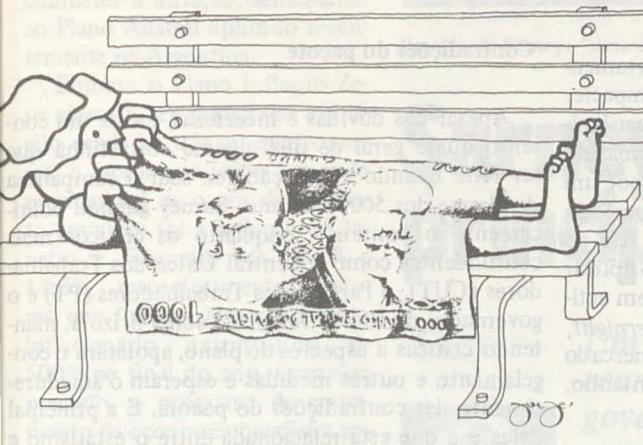
Jorge Arbach

100% ou mais em cada seis meses, mas a inflação passava os 250% ao ano.

No entanto esquecem-se de mencionar que os salários foram congelados com o seu poder de compra deteriorado ao máximo, com mais de 20 anos de perda de poder de compra, imposto pelo modelo económico dos governos militares.

A maciça campanha publici-

Os trabalhadores apoiaram a nova política económica, apesar de se registar nos primeiros meses uma considerável perda salarial



dor reagirá certamente com alívio a taxas inferiores a 50%. Mas logo verificará que a erosão do seu poder aquisitivo continuará e que o pacote não era a esperada solução para os problemas do país.

A questão dos salários é um dos pontos-chave do novo equilíbrio social procurado pelo pacote. No dia 28 de Fevereiro, o governo brasileiro congelou todos os salários do país pela média das remunerações recebidas nos últimos seis meses, mais um bónus de 8%. Em termos quantitativos uma perda salarial que variou entre 5 e 45%, dependendo das categorias profissionais e da data do último reajuste semestral. Foi implantada também a escala móvel de aumentos sempre que a inflação ultrapasse os 20% e adoptado um complicado mecanismo de compensação parcial de perdas geradas por taxas inflacionárias inferiores a 19,9%.



taria a favor do pacote e do congelamento dos preços esfriou os protestos e a mobilização dos sindicatos mais combativos a favor de uma greve geral. Mas, aparentemente, o problema foi apenas adiado. Se a inflação voltar e se o tabelamento dos preços não for obedecido à risca, a frustração sindical dificilmente será contida. O decreto presidencial que implantou o pacote permite negociações diretas entre patrões e empregados, mas este inegável avanço não foi precedido de alterações profundas na legislação laboral, o que acabará por favorecer os sindicatos dos sectores-chave da economia como os metalúrgicos, mas mantém as dificuldades negociadoras das categorias com menor poder de pressão.

O sacrifício imposto aos empregados bancários

O sector dos empregados bancários é certamente aquele que de imediato sofrerá o maior impacte. Existe um consenso entre os especialistas económicos brasileiros de que uma das maiores vítimas do pacote é o sistema financeiro, que passou por um processo de gigantismo incontrolável no período em que a inflação disparava diariamente. Até ao começo de Março era muito mais lucrativo aplicar dinheiro na especulação financeira do que em actividades produtivas. Ganhava-se mais no *overnight*, no *open market*, no mercado negro, no mercado de opções das bolsas de valores, do que plantando, construindo ou fabricando.

Esta "gula" insaciável do sistema financeiro acabou por ameaçar o próprio ritmo do crescimento industrial, cujos recursos para investimento minsgaram acentuadamente. As contradições entre os bancos e a indústria cresceram, antecipando um choque quase inevitável a médio prazo. O pacote cortou essa possibilidade, favorecendo a indústria, o comércio e a agricultura em prejuízo dos bancos, cuja fantástica rentabilidade ficará agora reduzida a margens consideradas normais num sistema económico estável. O sector financeiro deverá perder a sua opulência, tendo como consequência imediata a possibilidade de demissão em massa de 70 a 100 mil bancários, falências de bancos menores e o fortalecimento das instituições estatais.

A reforma económica não teve relação directa com a questão da dívida externa, nem incluiu qualquer medida de fundo sobre este problema, mas os banqueiros internacionais e o FMI acompanharam

bastante de perto tudo o que foi discutido e decidido em Brasília no período entre 27 de Fevereiro e fim de Março. O receituário clássico do Fundo não foi seguido pelo projecto, já que não houve uma maxidesvalorização do cruzeiro, nem medidas recessivas. Mas a nova situação não chega a preoclar os banqueiros internacionais, tanto que três dias após a aplicação do pacote débitos pendentes junto a bancos estrangeiros foram prorrogados sem maiores dificuldades e o todo poderoso Jacques d' Laroisière, presidente do FMI, fez elogios à audácia do presidente José Sarney. Sem romper com os credores internacionais, o Brasil obteve destes um novo crédito de confiança que querem cobrar de país mais de 100 mil milhões de dólares, 15 mil milhões só em juros, valor inferior ao saldo da balança comercial.

Contradições do pacote

Apesar das dúvidas e incertezas, existe um consenso quase geral de que alguma coisa tinha que ser feita quando a inflação fez soar a campainha de alarme dos 500% ao ano. Sarney ganhou politicamente o consenso, enquanto os críticos mais contundentes como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Partido dos Trabalhadores (PT) e o governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, mantendo críticas a aspectos do plano, apoiaram o congelamento e outras medidas e esperam o amadurecimento das contradições do pacote. E a principal delas é a que está relacionada entre o estatismo e liberalismo. Os liberais responsáveis pela reforma económica usaram mais uma vez o recurso da intervenção estatal para reorganizar a economia num momento em que os seus interesses pareciam ameaçados. Um documento preparado por economistas sociólogos e cientistas políticos organizado pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Económicas (IBASE) apontou as seguintes contradições do pacote:

- O Estado decretou o fim da inflação, para não ter mais que contê-la;
- Congelou os preços para que eles sejam livres;
- Congelou os salários para que haja livre negociação;
- Estatizou sectores económicos em crise para criar melhores condições para privatizá-los;
- Interferiu drasticamente na economia criando uma nova moeda, novas regras e sanções, para que o Estado se torne um actor secundário.

Carlos Castilho

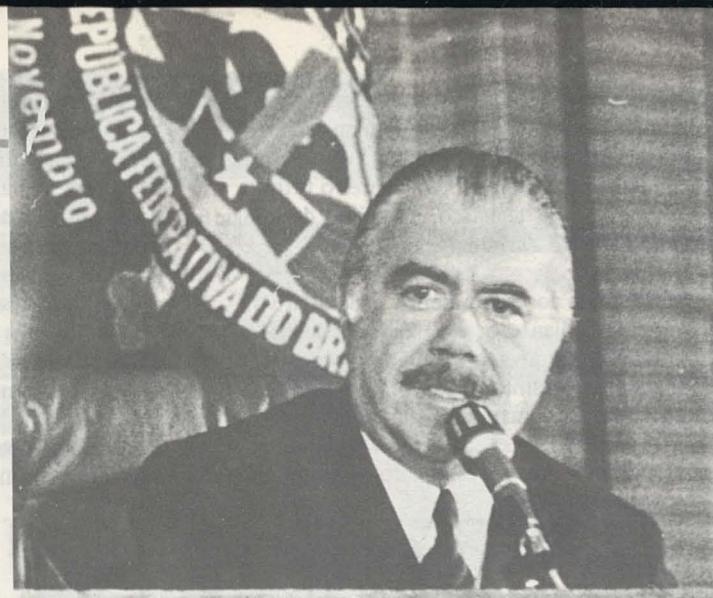
Materia de capa

O Brasil entrou numa época de grande agitação política e social a partir dos efeitos do Plano Inflação Zero anunciado pelo presidente José Sarney, a 28 de Fevereiro passado, cujas consequências são difíceis de prever no momento. O plano consiste numa reformulação global da política monetária e financeira do país, com as características de um tratamento de "choque heterodoxo" para combater a inflação, semelhante ao Plano Austral aplicado recentemente na Argentina.

Embora o Plano Inflação Zero viesse a ser preparado em sigilo desde há três ou quatro meses, o factor que levou à decisão presidencial de o pôr de imediato em vigor foi a inflação de Janeiro e Fevereiro (de 16,2% e 14,3%, respectivamente), valores que fizeram temer um salto inflacionário acumulado de 500% no final do ano. Com essa previsão, o programa de crescimento da economia brasileira para 1986, as negociações para o refinanciamento da dívida externa e a própria estabilidade política do governo Sarney ficavam em perigo.

A reacção dos partidos de oposição foi de severa crítica ao plano governamental, com a tónica nas suas consequências negativas sobre os salários dos trabalhadores, enquanto os grandes grupos económicos continuariam a ser beneficiados. A nível sindical, a desconfiança e o repúdio à decisão de Sarney predominou no primeiro momento, mas evoluiu posteriormente no sentido de um reconhecimento dos aspectos positivos e a exigência de alterações das insuficiências e aspectos negativos das medidas adoptadas.

Entretanto, a resposta da população ao apelo do governo para fiscalizar o congelamento dos preços foi rápida e generalizada em todo o país. Ocor-



Presidente Sarney: "uma decisão que marcará a sorte da nossa sociedade"

Sarney, o Plano e as principais reacções



Um plano de estabilização da economia elaborado por técnicos do governo Sarney muda profundamente as regras do jogo num momento em que a perda salarial e a subida em flecha dos preços ameaçava a estabilidade política

reram, inclusive, incidentes violentos em supermercados e estabelecimentos comerciais, quando a população reagiu à tentativa de remarcação ilegal de preços. A presença da população obrigou os comerciantes a pararem com as remarcações, e até a baixarem alguns preços, ao mesmo tempo que vários infractores eram multados ou detidos pelas autoridades.

Sarney: "guerra de vida ou morte à inflação"

"Esta é uma convocação para que todos juntos,

governo e povo, tomemos uma decisão grave e difícil. Ela marcará o destino da nossa sociedade nos próximos anos", assim começou o presidente Sarney, ao anunciar, em 28 de Fevereiro último, através da rádio e da televisão, a decisão de implantar o Plano Inflação Zero.

"Chegámos ao esgotamento dos paliativos", declarou mais adiante o presidente brasileiro, antes de enumerar as novas medidas económicas, advertindo que as mesmas "não são uma cópia de nenhum programa instaurado por qualquer outro país", adiantando-se às possíveis comparações com o Plano Austral aplicado recentemente na Argentina.

"A nossa economia tem peculiaridades e condições próprias, que exigem soluções próprias", realçou Sarney, reafirmando o compromisso do governo com o crescimento da economia brasileira e com a prioridade para com os problemas sociais. "O Brasil cresce, o desemprego cai, as finanças públicas estão saneadas", acrescentou.

O presidente Sarney reiterou algumas frases de um discurso seu anterior, quando disse que "combater a inflação é um ponto de honra do governo", e que "a inflação tem sido o pior inimigo da nossa sociedade, confiscando não apenas o salário: confisca o pão". "Este é, portanto - afirmou -, um programa de defesa do poder de compra dos assalariados".

"O governo não poupará esforços e energias para fazer cumprir os seus propósitos. Mas a nossa

firmeza não se realizará se faltar a coragem do povo. Foi a coragem do povo que nos reintroduziu na democracia. Foi a coragem do povo que restabeleceu o crescimento económico. Foi a coragem do povo que garantiu a negociação soberana da dívida externa. Será a coragem do povo que vai derrotar a inflação", disse o presidente, apelando à participação popular.

"Todos nós estaremos mobilizados nesta luta. Cada brasileiro ou brasileira será um fiscal dos preços", disse Sarney, acentuando que "ninguém poderá, a partir de hoje, praticar a 'indústria' da remariação. O estabelecimento que o faça será fechado e os seus responsáveis serão presos".

O Plano Inflação Zero brasileiro

O plano de combate à inflação adoptado pelo governo brasileiro cria uma nova moeda nacional, o cruzado, com o valor inicial de mil cruzeiros. O cruzado conviverá durante algum tempo com o cruzado, mas desvalorizar-se-á progressivamente até ser substituído totalmente pela nova moeda. O Banco Central do Brasil publicou uma tabela para a conversão em cruzados de todas as dívidas com vencimento futuro, dívidas essas que eram anteriormente calculadas com uma previsão de inflação.

Foi eliminado o sistema de correção monetária automática de acordo com a inflação, vigente até agora em todos os contratos financeiros, um dos principais factores alimentadores da especulação e da inflação. As aplicações financeiras em títulos públicos, no *open market* e no *overnight* terão rendimentos fixos de acordo com a taxa de juro estabelecida pelo Banco Central. Apenas estão excluídas desta medida as Cadernetas de Pou-



O controlo dos preços depende da vigilância popular

pança, cujos rendimentos passam a ser creditados trimestralmente e não mais mensalmente, com 6% de juro ao ano.

Os preços dos artigos industriais e de consumo, bem como as tarifas dos serviços públicos, foram

congelados por tempo indeterminado. A violação da lista de preços determinada pelo governo pode implicar uma multa ou o encerramento do estabelecimento e até a prisão do seu proprietário. Cada cidadão tem autoridade para controlar o cumprimento destas medidas e denunciar os infractores às repartições públicas encarregadas de aplicar a lei. As rendas de casa e as mensalidades do Sistema Nacional de Habitação foram igualmente congeladas por um ano.

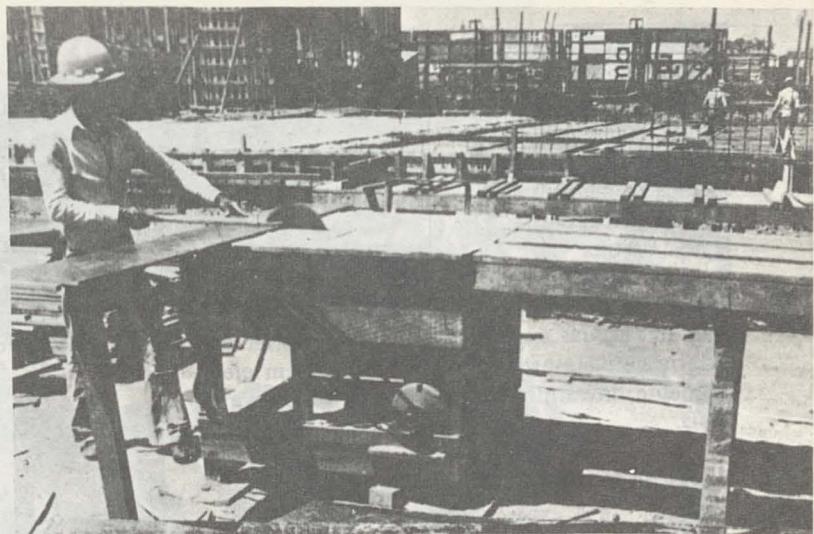
Escala móvel de salários

Os salários ficam convertidos em cruzados a partir da base do seu valor real médio dos últimos seis meses, acrescidos de um aumento geral de 8%. A partir de 1 de Março, fica estabelecida uma escala móvel de salários, que determina reajustamentos automáticos sempre que a inflação atinja 20%, sem prejuízo do reajuste geral anual. Ao mesmo tempo, mantida a liberdade de negociação entre empresários e trabalhadores quanto aos aumentos por produtividade ou outros, excepto por reposição salarial. Além disso, foi criado um sistema de seguro de desemprego durante quatro meses, facto sem precedentes no Brasil.

Em matéria de política cambial, estabeleceu-se, finalmente, um valor fixo para o dólar em relação ao cruzado, eliminando as minidesvalorizações periódicas que vinham sendo aplicadas ao cruzeiro. No câmbio oficial, o dólar custava 13.680 cruzeiros para a compra e 13.750 para a venda; no mercado paralelo 19.000 e 20.000, respectivamente. Com a reforma monetária, o dólar passou a valer 13,77 cruzados. Durante os primeiros dias de vigência do plano, o dólar estava a ser negociado a 17 cruzados no mercado paralelo.

Brizola: "um confiscar indecoroso dos salários"

O governador do estado do Rio de Janeiro e principal líder do Partido Democrático Trabalhista (PDT), embora realçando o propósito de Sarney de romper o imobilismo do governo, criticou severamente o novo plano económico sob a alegação de que este confisca os salários dos trabalha-



O Plano não assegura a reposição integral dos salários

dores, concentra ainda mais o rendimento nacional beneficiando os grandes grupos económicos.

Uma semana depois do lançamento do Plano Inflação Zero, Brizola, através da televisão e da rádio, advertiu a população para que "não se deixe impressionar pela onda publicitária", indicando que os bancos internacionais, os grupos estrangeiros e o próprio FMI aprovaram as medidas, bem como sectores que apoiaram o regime militar brasileiro. "Se é bom para eles não é bom para nós", resumiu o governador.

O líder do PDT reconheceu, entretanto, a existência de pontos positivos no plano, como o congelamento dos preços e das prestações mensais do sistema habitacional, além do seguro de desemprego, apesar de considerar este último como "uma iniciativa limitada, restrita". "Agora queremos um congelamento justo — advertiu Brizola —. Não vamos controlar apenas os artigos comprados pela população, mas também as matérias-primas que determinam os preços e que são produzidas pelos grandes grupos".

As críticas mais severas de Brizola são relativas à política salarial do novo plano, pois vê nela um parentesco com políticas aplicadas pelo regime militar na década de 60. "A nossa conclusão é que, sem qualquer dúvida, existe um confiscar de salários" afirmou o dirigente, acusando o plano de adoptar a linha recomendada pelo FMI.

O presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, Saturnino Braga, também ele membro do PDT, chamou a atenção para as relações entre o plano anti-inflacionário e o pagamen-

to da dívida externa. Saturnino Braga reivindicou do governo uma posição semelhante à do Peru, país que destina ao pagamento da dívida uma percentagem das suas exportações, para que os recursos subtraídos à especulação financeira sejam efectivamente investidos na actividade produtiva do país.

Lula: "os trabalhadores são as únicas vítimas"

Para o presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), Luís Inácio "Lula" da Silva, "o governo vendeu uma galinha comum como se ela pusesse ovos de ouro". O PT exigiu a "revisão completa" da política salarial adoptada pelas autoridades, considerada pelo seu partido como "uma das maiores reduções salariais dos últimos anos".

Os economistas do PT chegaram à conclusão de que "o congelamento dos preços dos alimentos básicos acabou por beneficiar os donos dos supermercados, pois o governo esperou que se passassem quatro meses de remarcação de preços, enquanto os trabalhadores tiveram os seus salários congelados por baixo".

Lula é da opinião que os trabalhadores são "as únicas vítimas" do Plano Inflação Zero e disse que uma prova disso é que as medidas tiveram a aprovação dos "credores externos, dos banqueiros, dos grandes proprietários, dos industriais e do ex-ministro Delfim Neto". Este último foi ministro da Fazenda e do Planeamento de diversos governos durante o período militar.

A direcção nacional do PT, por sua vez, divulgou um documento no qual "alerta a opinião pública para que, apesar das simpatias populares provocadas pela reforma monetária, fique atenta aos diversos aspectos que prejudicam a maioria da população, bem como outros que, deliberadamente ou não, permanecem obscuros".

"Os salários estão a ser convertidos, de forma incorrecta e subestimada, pela média real dos últimos seis meses, sem garantir a reposição salarial integral desse período, durante o qual se verificaram as maiores taxas inflacionárias da his-



tória do país. Mas os preços, os juros e as obrigações do Tesouro Nacional foram convertidas pelo pico, ou seja, pelos valores estabelecidos nos úl-



A política salarial é o ponto do Plano que levanta maior controvérsia

O sistema do seguro de desemprego é também criticado pelo PT, que considera "extremamente restritos" os critérios para classificar um trabalhador como desempregado. Apesar disso, a direcção do PT decidiu apoiar o congelamento dos preços e convocou a população a organizar-se e a lutar pela "sua real concretização".



A população aderiu em massa ao apelo do presidente Sarney para fiscalizar o congelamento dos preços

Organizações populares avaliaram aspectos positivos e negativos

Num primeiro momento, as centrais operárias reagiram ao plano do governo com grande desconfiança, recusando-o em bloco, principalmente pelo facto de não terem sido consultadas previamente e por acharem que o congelamento dos preços não seria efectivo, enquanto os salários estariam congelados e até, nalguns casos, reduzidos. Entretanto, à medida que foi sendo conhecido com maior precisão o conteúdo do plano e a reacção favorável da população, a posição inicial evoluiu para um apoio aos aspectos considerados positivos, enquanto se exige a retificação do que se considera insuficiente ou negativo.

Embora acreditando que o plano do governo fracassará, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) decidiu participar activamente na fiscalização dos preços, procurando inclusive tomar a iniciativa da organização popular para controlar o congelamento nas lojas e supermercados. Para a CUT, o Brasil "vive um rico momento de educação política" e o caminho aberto pelo gover-

no para a participação da população no controlo dos preços oferece a oportunidade de demonstrar a incapacidade do capitalismo para planificar e para resolver os conflitos internos da economia. A CUT mantém também as críticas quanto à política salarial do plano, tendo começado a traçar uma plataforma de reivindicações.

A Coordenadora Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) reconheceu o congelamento dos preços, a escala móvel dos salários, o seguro de desemprego e o combate à especulação financeira como "conquistas dos trabalhadores", resolvendo, no entanto, conservar uma posição crítica em relação ao que considera como erros do plano. "A CONCLAT calcula que o plano terá êxito, caso contrário não será o governo o único a fracassar, mas todos nós", declarou o dirigente Antônio Rogério Magri. A CONCLAT reivindica uma reformulação da tabela de conversão dos salários e a extensão do seguro de desemprego a todos os trabalhadores, bem como uma redução de 20% para 5% do índice inflacionário que determina o reajuste automático dos salários.

“O plano muda as regras do jogo”

Co-autor do Plano Austral argentino e um dos principais responsáveis pelo novo modelo económico brasileiro, o economista Francisco Lopes¹ definiu, em entrevista à Associação dos Correspondentes da Imprensa Estrangeira, no Rio de Janeiro, as principais metas e perspectivas da política adoptada pelo pacote de 28 de Fevereiro passado.

“Desindexação sem recessão”, essa é a meta básica e principal do modelo, onde, segundo Francisco Lopes, o único sector da sociedade brasileira beneficiado foi o dos assalariados, com a publicação de um decreto posterior, que estabelece a incorporação automática de 60% da inflação aos salários, ficando os restantes 40% objecto de negociação directa entre patrões e empregados.

A perspectiva inicial é que, durante os três primeiros meses, a inflação permaneça reduzida a zero. A estabilização dos preços, embora o plano seja traçado para durar um ano, representa também um factor psicológico, pois a população – segundo o governo, a grande viabilizadora do sucesso do plano – precisa ter uma prova cabal de que, agora, os preços não subirão.

Para Francisco Lopes, a filosofia do plano é “mudar as regras do jogo, mudar a moeda. O país vivia uma fase do dinheiro pelo dinheiro e quem perdia com isso eram as classes menos favorecidas, que não têm e não tinham acesso aos grandes negócios”.

“As grandes fortunas brasileiras foram feitas, nos últimos anos, no mercado financeiro. E esse sector financeiro foi o maior prejudicado com o plano. Com o fim da inflação desapareceu a oportunidade de especular no *overnight* (mercado de depósitos por um dia remunerados com taxas de até 0,5% ao dia) e, consequentemente, aumentaram os recursos disponíveis para investir em actividades produtivas, que dão emprego e pagam impostos”.

Francisco Lopes não vê qualquer razão para se temer uma recessão. E explica porquê: “como os salários aumentaram, a procura de bens de consumo vai crescer. Por isso mesmo, a indústria e o comércio serão beneficiados, pois aumentarão, respectivamente, a sua produção e venda”.

A data de promulgação do decreto (28 de Fevereiro) foi uma decisão política do presidente Sarney. Alguns economistas defenderam que o decreto entrasse em vigor em Janeiro, mas Francisco Lopes defendeu o mês de Fevereiro, altura em que o índice de inflação chegaria a um nível insuportável, gerando uma melhor aceitação do pacote pela sociedade em geral.

O plano começou a ser elaborado em Setembro do ano passado, quando Francisco Lopes foi chamado a Brasília para participar na primeira reunião a nível governamental. O sigilo foi a chave do sucesso, razão pela qual, ele explica, as tabelas de congelamento de preços não foram fixadas antes do anúncio do plano.

“Se nós tivéssemos tentado isso, pelo menos 500 pessoas teriam sabido da possibilidade do tabuleamento e afé tudo estaria perdido. Mas a participação do povo demonstra que existe uma credibilidade geral e cabe ao governo administrar os instrumentos necessários ao seu prosseguimento até atingirmos a meta final”.

Transcrevemos em seguida outras afirmações proferidas por Francisco Lopes:

1 – Os instrumentos do plano podem ser analisados e revistos.

2 – A meta é alcançar uma inflação entre 5 e 7% ao ano.

3 – O governo não pretende intervir nas negociações entre a indústria e o comércio quanto à fixação dos lucros das partes, pois considera que elas chegarão a um acordo. Caso isso não aconteça, o governo será obrigado a intervir.

4 – É mais fácil adoptar um plano económico num país com uma taxa de inflação anual superior a 200% do que num outro com apenas 10 ou 15%.

5 – Com a inflação “zerada”, o problema do défice público não é de fundamental importância.

6 – As empresas estatais não devem ser impedidas de contraírem empréstimos externos, elas devem poder investir.

7 – A taxa de câmbio permanecerá fixa por um ano.

8 – Se o plano der certo, a escala móvel de salários não precisará ser usada.

¹Francisco Lafaiete Lopes, 39 anos, é doutorado em economia pela Universidade de Harvard, EUA. Foi director de Ensino da Fundação Getúlio Vargas e actualmente coordena os cursos de pós-graduação em economia na Pontifícia Universidade Católica (PUC), do Rio de Janeiro.

Sayad: negociar a dívida externa sobre novas bases

□ Desde que foi anunciado o pacote económico o ministro do Planeamento, João Sayad (PMDB), não cessa de receber convites para participar em seminários e conferências. Os mais diversos sectores da sociedade brasileira desejam conhecer a fundo as consequências da reforma monetária, do congelamento dos preços, das mudanças na economia. O ministro é uma das figuras chave da equipa de jovens经济istas que participou na formulação do Plano Inflação Zero.

Em declarações exclusivas a *cadernos do terceiro mundo*, João Sayad abordou um aspecto que, apesar de todo o interesse pelo pacote, ficou relegado no Brasil para segundo plano: a relação entre a dívida externa e o pacote anunciado pelo presidente Sarney em 28 de Fevereiro.

“O governo herdou uma tarefa histórica: conter a inflação. Essa é a tarefa deste ano de 1986, com o pacote económico. Uma vez que a economia esteja equacionada, o que se conseguirá nos próximos meses, o Brasil deverá dedicar-se à renegociação da dívida externa sobre outras bases. Isso deverá ocorrer no próximo ano”, afirmou o ministro.

“O nosso PIB é de mais ou menos 300 mil milhões ao ano – acrescentou Sayad – e enviamos para o exterior 12 mil milhões, 4% do PIB, por conta do pagamento dos juros da dívida. Poderemos continuar a enviar isto em 1986, talvez em 87 e em 88. Mas isso não é deseável e não poderá continuar indefinidamente.

“A questão da dívida é um problema complexo, criado por vários factores, como a política económica dos Estados Unidos, a grande quantidade de dólares oriunda das nações produtoras de petróleo, a irresponsabilidade com que se fizeram os empréstimos aos países endividados, a forma como procederam os governantes desses países. Por isso, a solução não é fácil.

“O Brasil vai-se esforçar em 1987 por conseguir dos banqueiros internacionais uma diminuição do spread¹ e menores taxas de juro. Mas



Sayad: “podemos exigir novas condições aos credores”

deveremos sobretudo ser criativos na forma de negociar, inovar”.

Como se poderá inovar?

– Exigindo a presença dos bancos oficiais na negociação.

E também dos governos?

– A participação dos governos envolvidos acabará por ser imprescindível devido à importância da dívida externa na economia mundial. Sem isso não haverá solução.

Depois do pacote económico melhoraram as condições do Brasil para negociar diante dos seus credores?

– Sem dúvida. Com exportações crescentes, uma economia saneada e estabilidade monetária, poderemos exigir novas condições dos credores, pois para eles constituímos um bom negócio.

O Brasil continuará a promover uma negociação bilateral com os credores ou pode defender uma negociação multilateral? Estão previstas conversações com o México, a Argentina, a Venezuela e outros grandes devedores?

– O Brasil já entabulou conversações com o México, Argentina e outros países latino-americanos devedores através do Ministério da Fazenda. Esses contactos devem ser aprofundados e ampliados. Se não para uma negociação multilateral pelo menos para traçar uma estratégia comum a ser aplicada diante dos credores.

Consultado sobre a iniciativa dos presidentes Raúl Alfonsín, da Argentina, e Alan García, do Peru, de promover um maior intercâmbio comercial entre os países latino-americanos sem o uso do dólar, o ministro João Sayad respondeu que “a integração económica latino-americana é uma velha aspiração dos nossos povos e toda a iniciativa que tenda a fortalecer-la é vista com bons olhos pelo Brasil”. (Beatriz Bissio)

¹ Diferença entre a taxa normal do mercado de Londres e a taxa paga pelo Brasil, por conta do risco assumido pelos bancos.

EXCLUSIVO



Quando Nelson Mandela, líder do Congresso Nacional Africano (ANC) — partido banido pelo governo da África do Sul — foi preso e condenado a prisão perpétua em 1962, Winnie, sua esposa, tinha apenas 24 anos, e as suas duas filhas, Zinzi e Zenani, a primeira era ainda de colo e a mais velha tinha só três anos. Desde então, a família Mandela tem vivido separada.

Há algumas semanas, quando se descobriu que Nelson Mandela sofria de uma doença de rins, a família teve, pela primeira vez em 23 anos, a oportunidade de reunir os seus quatro membros na prisão de Pollsmore, na Cidade do Cabo.

Momentos após essa reunião histórica, Zinzi, a filha mais nova, disse a *cadernos do terceiro mundo* que "o reencontro tinha sido extremamente emocional, embora tivessem estado o tempo todo sob os olhares vigilantes de um guarda". Zinzi tinha 16 anos quando viu o pai na cadeia pela primeira vez.

Quanto a Winnie, disse-nos que "é difícil descrever por palavras a reunião da família, mas sentimo-nos como seres humanos durante alguns instantes, o que é um privilégio na nossa sociedade, uma vez que o destino do sul-africano é ditado pelo governo branco de Pretória".

Desde que o marido foi preso, a vida não tem sido fácil para Winnie. Só com muitas dificuldades

30 — terceiro mundo

"Vivemos sobre um vulcão"

14 anos quando, pela primeira vez, teve permissão de vir a Brandford para me ver. E isso só foi possível depois que o pai, na cadeia, intercedeu junto das autoridades", lembra ele.

Há 23 anos, o governo da África do Sul proibiu Winnie Mandela de fazer qualquer declaração pública. A imprensa local não pode citar o que ela diz. Winnie não pode viajar para o exterior. O governo separou-a das filhas e mandou-a para o exílio interno em Brandford, um lugarejo no meio das planícies secas da região central da África do Sul.

Mas nem em Brandford Winnie deixou de participar nos assuntos do seu país. É uma mulher enérgica e dinâmica, e o que ela diz é considerado pela juventude radical negra como palavra-de-ordem na luta contra o apartheid. A sua casa em Brandford foi apedrejada e incendiada e já foi ameaçada de morte em

Winnie Mandela, mulher do líder histórico do ANC, Nelson Mandela, descreve as suas dificuldades nos anos de confinamento e afirma que o fim do apartheid é inevitável

pôde criar as duas filhas. Zenani casou-se com um filho do rei da Suazilândia e Zinzi estudava na Universidade da Cidade do Cabo. "Sem a ajuda dos meus muitos amigos, ter-me-ia sido impossível criar as minhas filhas, mas consegui. Conseguí apesar de tudo, apesar da lei que nos foi imposta pelo governo racista, segundo a qual eu não poderia conservar a guarda das minhas filhas, isto apesar do facto do pai delas estar preso", disse ela num tom de profunda amargura.

"Durante o meu confinamento, as minhas filhas não podiam visitar-me, pois a lei concede ao pai direitos totais e absolutos sobre as crianças. Zinzi tinha

14 anos quando, pela primeira vez, teve permissão de vir a Brandford para me ver. E isso só foi possível depois que o pai, na cadeia, intercedeu junto das autoridades", lembra ele.

Há 23 anos, o governo da África do Sul proibiu Winnie Mandela de fazer qualquer declaração pública. A imprensa local não pode citar o que ela diz. Winnie não pode viajar para o exterior. O governo separou-a das filhas e mandou-a para o exílio interno em Brandford, um lugarejo no meio das planícies secas da região central da África do Sul.

Mas nem em Brandford Winnie deixou de participar nos assuntos do seu país. É uma mulher enérgica e dinâmica, e o que ela diz é considerado pela juventude radical negra como palavra-de-ordem na luta contra o apartheid. A sua casa em Brandford foi apedrejada e incendiada e já foi ameaçada de morte em

BB On - IndA - 888

várias ocasiões. Oficialmente, continua sob prisão domiciliar. Vários jornalistas estrangeiros já foram presos por tentar entrevistá-la. Eu tive a sorte de poder falar com ela.

Uma vida ligada à causa da liberdade

Você sente alguma segurança quanto à sua integridade pessoal e das suas filhas?

— Jamais as nossas vidas estiveram seguras sob o regime fascista de Pretória, da mesma forma que não há segurança para a população negra desde que começou o domínio dos afrikaners. Há mais de três séculos que as vidas dos melhores filhos da África do Sul têm sido ceifadas. A minha vida e a das minhas filhas estão ligadas à causa da liberdade, e estamos preparadas para as consequências que vierem.

Há alguma possibilidade de libertação para Nelson Mandela?

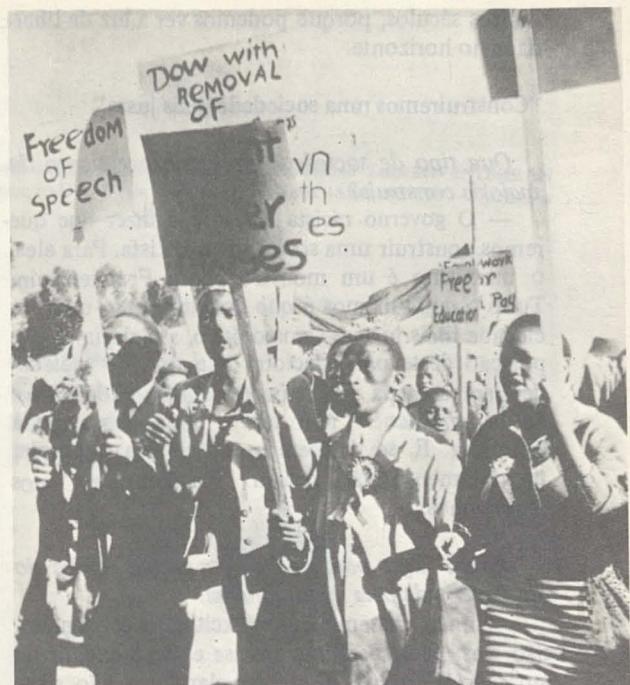
— A justiça neste país pende para onde pende o governo. Em virtude da cor da nossa pele, nós não fazemos parte do sistema judiciário do país. Não temos o direito de participar na formulação das leis da nossa terra. Nelson Mandela ficará na prisão enquanto existir um governo branco na África do Sul. Jamais tiveram a intenção de libertá-lo.

As autoridades consideram-no um incitador à violência.

— A violência na qual o país se encontra hoje mergulhado é obra dos brancos e os seus responsáveis estão no governo racista e fascista de Pretória. Desde o momento em que os nossos dirigentes foram presos em 1962, enviaram à África do Sul, do banco dos réus, uma mensagem que qualquer governo de bom-senso, qualquer comunidade, qualquer sociedade que não fosse louca teria escutado. Há 50 anos que o ANC, que é a voz do povo desta terra, se tem destacado como organização não-violenta.

Só após anos de luta, depois de todas as portas se terem fechado para o nosso povo, é que o ANC chegou à conclusão de que seria inútil enfrentar, sem armas, a violência do regime minoritário.

A nossa única finalidade era defender a nossa honra, defender aqueles princípios pelos quais os homens se dispõem a morrer, defender o conceito de liberdade. Nós, como a nação do povo oprimido desta terra, tínhamos de recuperar o nosso país e empunhar as armas. Agora o ANC



"Nós, como a nação do povo oprimido desta terra, tínhamos de recuperar o nosso país"

está empenhado numa luta armada em resposta à violência do governo.

Como encara a actual situação?

— Durante séculos vivemos sobre um vulcão, e todo o vulcão explode mais cedo ou mais tarde. A actual onda de violência foi prevista pelos nossos dirigentes, que disseram que, caso não detivéssemos a violência do governo, o resultado seria uma perda desnecessária de vidas. Há anos que o nosso povo espera, há tantos anos, há tantas gerações! Qualquer povo responderia com a mesma violência com que é tratado. A situação actual nada mais representa senão a inevitabilidade do trágico fim das instituições sul-africanas.

Do ponto de vista histórico, como define a actual situação?

— Estamos a atravessar uma situação pré-revolucionária. Os apedrejamentos e as barricadas são o começo do derrube do governo de minoria branca.

Os afrikaners, como bons seguidores de Hitler, não querem dividir o poder com ninguém. Mas, apesar da violência, apesar do sangue que corre no nosso solo, somos uma geração feliz. Provavelmente a geração mais feliz que viveu neste país em

muitos séculos, porque podemos ver a luz da liberdade no horizonte.

"Construiremos uma sociedade mais justa"

Que tipo de sociedade pretende o governo da maioria construir?

— O governo racista cansa-se a dizer que queremos construir uma sociedade marxista. Para eles, o marxismo é um monstro como Frankenstein. Tudo o que sabemos é que construiremos uma sociedade mais justa. O nosso povo, a maioria da população deste país, decidirá que tipo de sociedade para a etapa posterior ao regime minoritário. Se os *afrikaaners* têm tanto medo, é por pura estupidez. E, se tivessem a consciência tranquila, provavelmente não veriam "Frankensteins" nos seus sonhos.

Haverá lugar para os brancos numa África do Sul governada pela maioria negra?

— Nunca dissemos que excluiríamos alguém. São eles, os *afrikaaners*, que se estão a excluir de antemão. Gostaria de deixar claro que não acredito em superioridade racial, e que somos um povo amante da paz. De outra forma, como explicar que uma maioria tão grande tenha supor-

tado durante tantos séculos o domínio de uma minoria tão pequena?

Quando falamos de governo da maioria, não falamos de poder só para os negros. Qualquer branco que respeite e se identifique com a maioria terá um papel a desempenhar.

Como mulher, como vê o papel feminino na tarefa de construir uma nova sociedade?

— As mulheres negras têm um grande papel à sua espera. Até agora, os maridos chegam a casa trazendo consigo a sua humilhação social, e procuram descarregá-la em cima das mulheres. O governo racista e o próprio *apartheid* destruíram a instituição familiar no nosso país. Quando um homem migra para uma cidade, a mulher e os filhos têm de ficar no seu bantustão, isto é, no "território independente": não podem acompanhar o marido e o pai. Se o fizerem, estarão a violar a lei. De certa forma, as mulheres são proibidas de viverem em áreas urbanas. Ao impor tais restrições, o governo da minoria branca de Pretória procurou destruir a família negra. As mulheres negras da África do Sul têm mais problemas do que é possível imaginar. E é por isso que o papel delas na luta pela paz e pela igualdade social é tão importante.

Adrián Soto

Novo bantustão

□ O governo sul-africano anunciou no início de Fevereiro a criação ainda este ano do bantustão Kwandebelé. Será a quinta reserva étnica em que os africanos autóctones passarão à situação de estrangeiros no seu próprio país. Os outros bantustões cuja pseudo "independência" não é reconhecida por qualquer governo mundial, excepto naturalmente pelo de Pretória, são os de Transkei, Ciskei, Venda e Bophutatswana.

A decisão do governo de Pieter Botha em prosseguir a política de bantustanização, pedra base do sistema sul-africano de "desenvolvimento segregado das raças" contraria as apregoadas intenções das autoridades de "reformar" o *apartheid*.

O anúncio da criação do bantustão Kwandebelé coincidiu com declarações no Parlamento de Pretória do ministro da Lei e da Ordem, Louis Le Grange, segundo as quais estão presas na África do Sul mais de duas mil crianças e jovens africanos até 16 anos de idade. O total de pessoas de-

tidas no país por terem violado as leis do estado de emergência, decretado pelo governo no Verão passado, é de 7.777, de acordo com as afirmações do ministro.

Por outro lado, o jornal sul-africano *Weekly Mail* revelou que a polícia está a recorrer a gases lacrimogéneos e neuroparalisantes contendo combinações de cianeto. Entre esses gases, frequentemente usados nas prisões sul-africanas, está o "CS" que pode provocar sérias doenças e mesmo a morte. A sua utilização contra crianças é particularmente grave, segundo afirmou à revista médica *Critical Health*, Robin Dryer, secretário-geral da Associação Nacional dos Médicos da África do Sul.

Finalmente, o Instituto das Relações Inter-raciais da África do Sul, organismo não-governamental, divulgou em Paris um balanço da represão policial, segundo o qual cerca de 1.200 pessoas foram mortas no país nos últimos 18 meses. O relatório assinala que a esmagadora maioria das vítimas são negros e que o mês mais sangrento foi o de Janeiro passado, quando foram assassinadas 169 pessoas.

intexang

PLANEAMENTO E REALIZAÇÃO DE OBRA
ENGENHARIA CIVIL - TOPOGRAFIA - ARQUITECTURA
PRÉ-FABRICADOS CONDAÇO

Av. 4 de Fevereiro, 52-B — Luanda-R.P.A. Tels: 70538 70548 - Telex: 3117-INTEXE AN
Av. Júlio Dinis, 10-3.º G-F Tels: 768439 763224 - Telex: 18300-INTEXE — 1000 Lisboa

Habitação
Escolas
Postos médicos
Edifícios metálicos

Mobiliário
Cozinhas industriais
Lavandarias
Frio industrial



Conferência Ministerial
Países Não-Alinhados
Luanda, Setembro 85

Ao serviço dos conferencistas



II Congresso do MPLA-PT
Luanda, Dezembro 85

Ao serviço dos congressistas



Complexo da Samba

Fornecido à Empresa Nacional de Pré-fabricação, Pré-fabricados, U.E.E.

Propriedade da Logitécnica, U.E.E. — Secretaria de Estado da Cooperação

**Estamos cá
como se estivéssemos lá.
Somos uma ponte segura
na cooperação recíproca.**



uma Empresa privilegiada na auscultação directa e no diálogo negociador, preparada e experimentada como via das melhores condições de parceria, que decorrem do planeamento de um grande mercado.

ANGOLA

O seu estatuto preferencial é um espelho que reflecte as necessidades orientadas e as potencialidades do comércio externo angolano.



**uma experiência
adquirida
uma confiança
reforçada
no domínio de
acordos e
operações
comerciais e
no fomento de
cooperação
técnica com a RPA.**

DESIGN LUIS CARROLO

Consulte:
VESPER • Importação e Exportação, Lda.
Av. João Crisóstomo, 16, 3.^º
1000 LISBOA • Portugal
telefs. 54 60 00 (8 linhas)
telex 43688 VESPER P
43446 VESPER P

Empresa de Capital misto
Luso-Angolana, associada das
seguintes Unidades Económicas Estatais:
IMPORTANG U.E.E.
Central Angolana de Importação

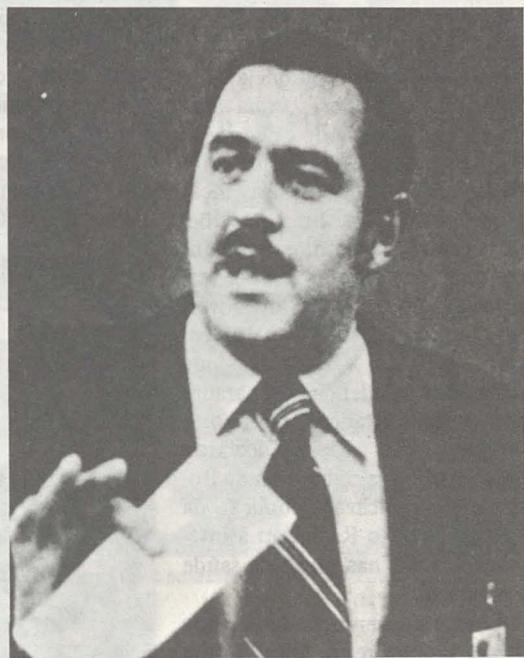
EXPORTANG U.E.E.
Central Angolana de Exportação

ANGODESPACHOS U.E.E.
Empresa de Despachos Altandegários
de Luanda

e da
**COTECO, Sociedade de Cooperação
Técnica e Comercial, Limitada**



P. W. Botha, presidente do regime do *apartheid*



"Pik" Botha, ministro dos Negócios Estrangeiros

Botha contra Botha

A crise política dentro da minoria branca racista aprofundou-se com as divergências públicas entre o presidente P.W. Botha e o ministro dos Negócios Estrangeiros "Pik" Botha

Nunca na história do *apartheid* sul-africano as divergências entre os políticos brancos foram tão flagrantes e tão profundas como agora. Vivendo há 18 meses num virtual estado de guerra interna entre a maioria negra discriminada e a minoria governante de origem europeia, são cada vez mais evidentes as divisões no outrora monolítico edifício da segregação racial institucionalizada. O crescimento da rebelião negra, que já causou mais de mil mortes, diminuiu drasticamente a

margem de manobra dos políticos *boers*, cuja luta pela sobrevivência começa a tornar-se num quase salve-se quem puder.

Este facto ficou claro a partir do discurso pronunciado pelo presidente P. W. Botha em 31 de Janeiro, na abertura dos trabalhos do parlamento sul-africano, e nas declarações feitas dias depois pelo seu ministro dos Negócios Estrangeiros, Roelof Botha. Os dois entraram em choque frontal. Enquanto o presidente anunciava mudanças no *apartheid*, sem no entanto alterar as

sus bases estruturais, o ministro dos Negócios Estrangeiros, falando aos jornalistas, investiu contra algumas das chamadas "verdades sagradas" da minoria *afrikaner*.

No seu discurso no parlamento, Pieter Botha teve esta frase: "o *apartheid* é um conceito ultrapassado". E acrescentou que o seu governo "está disposto a partilhar o poder".

As diferentes facções do Partido Nacional apressaram-se a dar a sua interpretação do discurso, através de duas figuras que mais abertamente têm cor-

porizado as contradições internas: o ministro da Educação, F. W. de Klerk, e o ministro dos Negócios Estrangeiros, Roelof "Pik" Botha.

De Klerk declarou que a frase "partilha o poder" tinha por base "uma divisão do poder", ou seja, um reforço das estruturas destinadas a cada uma das raças ou grupos étnicos. Só as questões mais gerais passariam para fóruns comuns. Ao mesmo tempo, reafirmou como política do governo a manutenção da lei residencial — a *Group Areas Act* — que fixa áreas residenciais separadas para negros, brancos, mestiços e indianos. De Klerk declarou igualmente que o discurso de Botha não implicava a abolição da Lei do Registo Racial ou a integração racial nas áreas da saúde e educação.

Numa conferência de imprensa a 6 de Fevereiro, "Pik" Botha forneceu uma interpretação mais liberal do discurso. O ministro dos Negócios Estrangeiros declarou que a criação de um Conselho Nacional Consultivo fornecia uma "agenda aberta" para um processo de negociações, e teve a frase que viria a ter uma estrondosa repercussão interna. Disse: "desde que os interesses dos diversos grupos estejam defendidos por estruturas adequadas, a possibilidade de haver um presidente negro torna-se inevitável". E adiantou que, pessoalmente, não tinha qualquer problema em ser ministro "sob um presidente negro".

No dia seguinte, no parlamento, intervindo no debate sobre uma moção de não confiança no governo, Pieter Botha alinhou com a interpretação de De Klerk e admoestou publicamente "Pik" Botha.

"Nenhum ministro tem o direito de comprometer o seu par-

tido sem consulta prévia", disse Pieter Botha ao considerar as declarações de "Pik" Botha como especulações puramente hipotéticas. E acrescentou: "o senhor (Pik) Botha concorda comigo. Aprecio a sua atitude, que ele me confirmou por escrito. Isto faz com que se possa trabalhar para o seu país, um trabalho que é altamente apreciado".



General Magnus Malan

Depois desta última afirmação, nem Pieter Botha nem "Pik" Botha podiam afastar a interpretação pública de que o primeiro havia pressionado o segundo a retratar-se por escrito como condição para continuar como ministro. O resultado foi, para muitos observadores internos, uma dura censura à facção do Partido Nacional mais chegada às posições de "Pik" Botha e o en-

fraquecimento da capacidade negociadora deste, quer internamente quer no plano internacional. Na realidade, pensa-se hoje na África do Sul, a credibilidade de "Pik" Botha como porta-voz das posições do governo no exterior foi pura e simplesmente desfeita.

Mas terá sido realmente? Terá sido isso um acto de marginalização de "Pik" Botha ou um acto consciente de auto-marginalização, estando já "Pik" Botha a apresentar-se interna e internacionalmente como o único líder do Partido Nacional capaz de entrar seriamente nas (inevitáveis) negociações com o ANC? Não estará ele sacrificando o presente para ter um lugar de destaque no futuro?

As contradições entre os dois Botha parecem vir de longe.

Botha versus Botha

Pieter Botha "empurrou" o seu ministro dos Negócios Estrangeiros para o difícil processo de negociação dos acordos de Nkomati e Lusaka, num momento em que ele, Pieter Botha, já sabia das profundas objecções dos militares sul-africanos a um acordo de segurança com Moçambique e Angola.

O resultado foi trágico e os documentos apreendidos na principal base dos bantustões armados da RENAMO — Casa Banana, na Gorongoza — em Agosto de 1985, são prova disso. Nesses documentos, "Pik" Botha é apresentado pelo general Viljoen, então chefe das forças armadas sul-africanas, e por outros oficiais generais, como traidor e até como "bufo" da União Soviética.

Um outro momento da crescente crise aconteceu a 16 de Agosto de 1985. "Pik" Botha foi



Conversações entre Moçambique e a África do Sul. Os sul-africanos sempre se opuseram a um acordo de segurança

enviado a Viena e Maputo para comunicar a norte-americanos e britânicos e ao presidente Samora Machel que, no seu discurso de 16 daquele mês, Pieter Botha iria anunciar reformas de fundo, o que acabou por não acontecer. A especulação mais aceite foi a de que o discurso de Pieter Botha tinha sido alterado pelos militares horas antes de ser pronunciado em Durban. Após o discurso, "Pik" Botha e dois outros ministros teriam ameaçado demitir-se.

O certo é que, a 17 de Agosto, um porta-voz da Presidência declarou laconicamente que não havia "razões para qualquer ministro se demitir".

Na sequência do processo dos documentos de Gorongoza – entregues por Samora Machel a "Pik" Botha em Maputo a 17 de Setembro do ano passado o ministro sul-africano, normalmente dado a declarações políticas diárias, entrou num mutismo evidente.

Uma fonte sul-africana geralmente bem-informada disse a *cadernos do terceiro mundo* que "Pik" Botha esteve, silenciosamente, conduzindo durante os últimos dois meses um processo de negociação com o Partido Nacional e junto à hierarquia militar, tentando puxar para o seu modo de pensar e agir, cerca de 30 parlamentares do Partido Nacional e alguns oficiais superiores. A pessoa, entre os militares, mais inclinada a tomar uma posição diferente da do ministro da Defesa, Magnus Malan, ou da dos outros generais, seria o actual chefe das forças armadas, o general Geldenhuys, transferido no ano passado da Namíbia, onde comandava as tropas sul-africanas ali estacionadas.

As dúvidas em torno desta questão levantam a pergunta: estarão os militares divididos? Em Moçambique, um observador atento à questão sul-africana pôs o problema nestes termos: "na medida em que os militares fo-

ram tomando o poder político nos últimos oito anos, é lógico pensar-se que algumas contradições importantes, inerentes a esse poder, tenham passado para as suas fileiras".

No seu discurso de 16 de Agosto de 1985, Pieter Botha declarou abertamente que havia quem quisesse substituí-lo na Presidência da República. Apontam-se três nomes: De Klerk, chefe do Partido Nacional no Transvaal, Roelof Botha e Chris Huenis. Ao mesmo tempo, fala-se muito de que Pieter Botha está gravemente doente.

De Klerk tem o apoio da direita do Partido e é tido como o candidato mais sério a substituir Pieter Botha. Recentemente, contratou uma empresa de Relações Públicas para melhorar a sua imagem junto à parte mais *verligte* (liberal) do eleitorado do Partido Nacional.

Quanto a Chris Heunis, dizem os seus colaboradores mais próximos que ele é a favor de nego-

ciações com o ANC, ainda que destinadas fundamentalmente a tentar dividir a organização negra, mas que não ousa sugerir tais negociações enquanto Pieter Botha estiver na Presidência.

Esta crise provocou inúmeras reacções. Segundo um funcionário superior do Departamento de Estado norte-americano: "é incrível, não conseguem fazer nada certo". Na realidade, depois do apoio do secretário de Estado Shultz ao discurso de Pieter Botha no parlamento dias antes, era de esperar que Washington ficasse embaraçado com esta "guerra" pública entre os dois Botha.

Para Thabo Mbeki, membro do Conselho Executivo Nacional e responsável pela Informação e Propaganda do ANC, trata-se de "contradições dentro do grupo dirigente provocadas pela intensidade da luta democrática" na África do Sul.

Falando a *cadernos do terceiro mundo*, Mbeki declarou que "à medida que a luta prossegue e se intensifica, os conflitos reflectidos no debate público entre os dois Botha passarão a ser mais frequentes, mais abertos e incisivos, espelhando a profunda e insolúvel crise em que o grupo minoritário no poder está submerso".

As declarações de "Pik" Botha, mesmo que tenham sido posteriormente desmentidas, marcam no entanto a primeira grande "heresia" no edifício ideológico do *apartheid*. E por duas razões: em primeiro lugar por sugerir que possa haver um dia um presidente negro na África do Sul; em segundo lugar, porque — mesmo que o ministro dos Negócios Estrangeiros estivesse a pensar num Muzorewa saído do tal Conselho Consultivo — quando alguém diz "pre-

sidente negro" na África do Sul, toda a gente pensa imediatamente num único nome: Nelson Mandela.

O caso Slabert

No dia 5 de Fevereiro, no parlamento, o ministro da Defesa, general Magnus Malan, acusou o deputado oposicionista branco Frederick Van Zyl Slabert de contactar "todos os inimigos da África do Sul". Malan referia-se, entre outras coisas, ao encontro de Slabert com a direcção do ANC o ano passado em Lusaka, e à sua ida a Maputo a convite do presidente Samora Machel para conversar sobre o processo de desestabilização lançado por Pretória contra Moçambique.

No dia seguinte aconteceu a polémica declaração de "Pik" Botha e no dia 7 a crítica pública de Pieter Botha ao seu ministro dos Negócios Estrangeiros. Mas não era tudo. Depois de Pieter Botha, discursou Van Zyl Slabert, chefe da oposição legal branca e líder do Partido Progressista Federal no Congresso. Slabert terminou o seu discurso dizendo que abandonava tanto a chefia do seu partido como o seu lugar no parlamento. Slabert fazia culminar, de forma radical, a crise política mais séria até hoje no *establishment* do poder minoritário branco.

A sua intervenção, carregada de emotividade em algumas passagens, reflecte o seu gradual afastamento das posições clássicas do seu partido.

Dirigindo-se a Malan, Slabert acusou-o de não responder às questões que ele levantara, preferindo pôr em causa a lealdade do chefe da oposição ao seu país, e prosseguiu: "um outro problema que vejo no ministro da Defesa é o de que ele caracteriza deliberamente o ANC de uma forma errada. É verdade que há influência comunista no ANC e é verdade de que a estratégia do ANC comprehende a acção armada que inclui o terrorismo e o assassinato que eu condenei no meu discurso de abertura. Mas a questão é o que é que vamos fazer?".

Ainda segundo Slabert: "para Magnus Malan temos apenas que disparar e destruir. Caímos sobre eles. Mas os simpatizantes do ANC trabalham nas nossas cozinhas, nos nossos jardins e fábricas. E é af que estamos a ser enganados por Malan e por Louis Le Grange (ministro da Lei e da Ordem), quando dizem que devemos lançar uma guerra contra o ANC. O que dizem de facto é que devemos lançar uma guerra contra as pessoas dentro da África do Sul, quer concordemos ou não. O ANC e os seus adeptos vêm a sua luta como uma luta contra a tirania, e para nós, *afrikaanders*, lutar contra a tirania não é novidade".

Criticando as limitações do discurso de Pieter Botha, Slabert declarou que "não pode haver um *apartheid* de primeira classe e um *apartheid* de segunda classe. Tanto faz se dizemos a um homem, de maneira cortês ou com brutalidade, que ele é cidadão de segunda categoria; ele continua a ser um cidadão de segunda categoria". E acrescentou que o discurso de Botha fora uma repetição do fracassado referendo constitucional de 1983 quando mais de 80% da população mestiça e indiana rejeitou a criação de um parlamento de três câmaras, para tentar consolidar o *apartheid*.

Slabert considerou o discurso de Botha como incapaz de produzir qualquer solução. "Fiz tudo o que pude para conhecer este governo e por isso sei de certa

maneira o que está por detrás de um discurso. As circunstâncias no nosso país são demasiado sérias para ficarmos a mentir a nós mesmos".

"Este governo", prosseguiu, "não comprehende os princípios de uma negociação. O desmantelamento do *apartheid* não tem nada a ver com negociações. Isso é apenas um primeiro passo para que as negociações se possam efectuar".

Algumas das suas últimas palavras espelham abertamente a contradição em que entrou com vários outros dirigentes do seu partido que continuam a defender uma África do Sul federativa. Disse Slabert: "o dia virá, em breve, em que nós ultrapassaremos as barreiras da língua, cor da pele e das fidelidades partidárias para nos juntarmos finalmente àqueles que honestamente acreditam num país reunificado... Falando como *afrikaaner*, não temo pelo futuro da minha língua, numa África do Sul democrática e unida".

Slabert, com esta afirmação, acabou por apoiar o Estado unitário, uma velha reivindicação do ANC. Mas no seu discurso ele apelou ao diálogo interno, citando aquilo que considerou serem "palavras profundas" (*winged words*) de "Pik" Botha: "para termos termo à guerra temos que falar".

Segundo fontes próximas do ex-líder no PFP, os referidos 30 deputados do Partido Nacional mais chegados à linha de "Pik" Botha estariam dispostos a reunir-se em torno de Slabert, ele próprio um *afrikaaner*, para iniciar uma aproximação com o ANC, e outras forças democráticas, como a UDF. O reverso da medalha seria a passagem da direita do Partido Progressista Federal para o Partido Nacional.

Desde o seu encontro com a direcção do ANC em Setembro último, que Slabert adoptou uma tática de gradual aproximação à ideia frentista do ANC, tentando reunir em torno de si algumas forças reais no seio da comunidade branca, desde o sector empresarial, de língua inglesa e *afrikaaner*, até aos estudantes e religiosos. O ANC acredita que Slabert seria a figura mais bem colocada para desencadear uma oposição efectiva ao *apartheid* no seio da comunidade branca.

Espera-se que Slabert venha a encontrar-se de novo com os dirigentes do ANC, num processo de negociação que já incluiu conversações entre este movimento e os representantes do sector empresarial branco sul-africano, e dirigentes religiosos e estudantis. Seja como for, Slabert declarou que continuaria a sua actividade política, pois ele ainda é membro do PFP.

As articulações políticas iniciadas a partir de Fevereiro apontam em duas direcções: a



O regime racista já provocou milhares de mortes entre a população negra

Para já, o ANC saudou a decisão de Slabert. "Nunca na história do nosso país um membro do quadro político branco confrontara a injustiça do sistema do *apartheid* tal como o fez o Dr. Slabert. Saudamos a sua coragem, honestidade e lealdade a uma nação sul-africana comum", garantiu um comunicado do ANC emitido a partir de Lusaka. A primeira indica que o discurso de Botha provocou um realinhamento de forças que estavam em séria contradição, e principalmente trouxe de novo o apoio dos grandes empresários sul-africanos a Pieter Botha. Confirmam esta tese as opiniões favoráveis da imprensa de língua inglesa a Botha, e as fortíssimas críticas do sector de direita do PFP a

Slabert, chegando a acusá-lo de "traição" num momento "vital" da vida do partido.

A segunda possibilidade está ligada ao factor *timing* na decisão de Slabert e nas declarações de "Pik" Botha. Aponta também um facto inédito. O líder do movimento tribalista Inkhata, Buthelezi, veio à televisão dizer que Mandela e Oliver Tambo eram seus "amigos", após anos de constantes ataques a estes dois líderes. Esta tese põe, portanto, ênfase numa aproximação de todo um novo leque de forças políticas à esfera do ANC, preferindo fazê-lo agora, com alguns riscos, do que perder de vez a oportunidade de uma participação de relevo no futuro do país. No final de Fevereiro, Slabert já tinha conseguido oito milhões de Randes e a promessa de

mais cinco milhões, provenientes de capitalistas sul-africanos, para uma acção política fora do PFP e das instituições constitucionais.

O factor Mandela

Também em relação a Mandela, Pieter Botha recuou. A condição que Botha punha para a libertação de Nelson Mandela era a de que este declarasse publicamente que rejeitava a violência. Foi esse o conteúdo do discurso de Botha, a 16 de Agosto do ano passado.

No seu discurso de abertura do parlamento, a 31 de Janeiro último, Pieter Botha abandonou essa condição. O presidente sul-africano disse que o seu governo poderia libertar Mandela se Angola libertasse o capitão Wy-

nand du Toit — capturado no ano passado quando tentava sabotar as instalações petrolíferas de Cabinda — e se a URSS libertasse os dissidentes Anatoly Scharansky e Andrei Sakharov. Se o objectivo de Pretória era angariar o "sim" de Washington, parece ter conseguido exactamente o contrário; o embargo nos EUA e no resto do Ocidente não passou despercebido.

A libertação de Mandela — segundo o ANC e ele próprio — não pode vir como um gesto "humanitário", mas sim como um acto político. Em segundo lugar, Mandela não aceita ser libertado sem que o sejam também todos os restantes presos políticos.

No início da segunda semana de Fevereiro tinham-se reacendido os rumores de que o líder histórico sul-africano sairia muito em breve da prisão de Pollsmoor.

Dia 8, em Joanesburgo, a sua esposa Winnie Mandela declarou que Pretória estava a preparar a libertação do marido. "Não tenho uma ideia exacta de quando e como ele será libertado, mas ele será solto", disse ela, para acrescentar que "dentro de dias" o iria ver de novo à prisão, coisa aliás que ela tem feito com frequência ao longo do último ano.

Mas este não é o único sinal de que as autoridades de Pretória estão a dar a Mandela um tratamento especial. Recentemente, quando ele esteve num hospital do Cabo para tratamento, foi defendido de qualquer possível franco-atirador de extrema-direita por 60 agentes da polícia. Quando regressou a Pollsmoor não foi recolocado na sua cela, mas no hospital da prisão onde recebeu, um por um, em audiência, os seus companheiros de prisão. Já em Janeiro de 1986, pelo menos por duas vezes, a polícia



Nelson Mandela, líder do ANC: a sua libertação será um acto político



Winnie Mandela: "não tenho uma ideia exacta de quando e como ele (Mandela) será libertado, mas ele será solto"

levou Mandela para passear de carro pelas ruas da Cidade do Cabo.

A 12 de Janeiro, o ministro da Justiça, Kobie Goetze, desmentiu os rumores sobre uma iminente libertação de Mandela, argumentando que a libertação de Scharansky no dia anterior não tinha satisfeito o critério de "gesto humanitário" exigido por Botha.

Esta condição parece, no entanto, ser a capa que esconde um outro objectivo: Pretória quer libertar Mandela — devido ao factor mobilização que a sua prisão provoca — mas quer enviá-lo para o exílio. Mas Mandela exige que ele e todos os restantes pre-

sos políticos sejam libertados sem quaisquer condições, e que saiam da prisão para os seus anteriores locais de residência — no caso de Mandela, Soweto.

Nas capitais da África Austral é visível o receio de que as autoridades de Pretória libertem Mandela para depois tentarem matá-lo. Mas o seu assassinato dentro do país poderia causar um banho de sangue. Fora do país seria mais fácil matá-lo e com consequências provavelmente menos graves.

O dilema de fundo de Pretória é simples: uma vez libertado, Mandela não pode voltar a ser preso porque a sua libertação implica o reconhecimento de tudo por quanto ele tem lutado. Im-

plica, por exemplo, aceitar que ele desenvolva publicamente uma acção política em prol do seu movimento, o ANC. Daí até à legalização do ANC é um passo.

É isto, aliás, o que o ANC quer: que ele seja libertado e passe a desenvolver trabalho político em todo o país — ele e os restantes presos políticos. O estatuto adquirido por Mandela ao longo dos anos poderá garantir-lhe que rapidamente se reúna à sua volta, e do ANC, toda a revolta popular, forçando assim a fase seguinte do processo de negociações para uma transferência de poderes para um governo de maioria.

Carlos Cardoso

A síndrome argentina

A polícia sul-africana e grupos paramilitares brancos começaram a imitar os generais argentinos da época da ditadura, ao sequestrar e executar líderes negros



Vinte e três militantes da UDF foram já capturados por grupos paramilitares brancos

Oze militantes da organização multi-racial Frente Democrática Unida (UDF), a maior organização legal da oposição, reunindo 1,5 milhões de aderentes e 600 organizações, foram já mortos em circunstâncias suspeitas enquanto 12 outros dirigentes estão desaparecidos. O governo de minoria branca diz não ter qualquer responsabilidade nestes atentados, ao mesmo tempo que os atribui a grupos de ex-

trema-direita, surgidos recentemente, os quais se especializaram na eliminação dos que se opõem ao racismo na África do Sul.

Apesar dos desmentidos oficiais, um crescente número de provas indica que o governo é, de alguma forma, cúmplice nos assassinatos, embora as evidências sejam na sua maioria circunstanciais.

Os ataques clandestinos contra activistas contrários ao apar-

theid não são uma novidade na África do Sul. Desde 1965, mais de 800 incidentes desta natureza foram registados. No entanto, as execuções e sequestros tornaram-se mais frequentes a partir de 1979. Segundo o jornal *Rand Daily Mail*, estes métodos de terrorismo "variavam desde os telefonemas anónimos à noite, até às ameaças materializadas na execução de cães e gatos das vítimas, cocktails molotov lançados de noite contra casas de opositores, tiros disparados contra janelas e portas, corte de pneus de carros ou inscrições nos muros das casas dos militantes anti-apartheid".

Em Janeiro de 1978, aconteceu o assassinato do Dr. Richard Turner, facto considerado chave na evolução das ações dos grupos paramilitares. Turner era um activista muito influente, cujo livro "O furo da agulha" (*The eye of the needle*) serviu de inspiração a centenas de jovens sul-africanos, ao propor uma sociedade multi-racial e não baseada na exploração do homem pelo homem. No dia da sua morte, Turner atendeu um estranho que bateu à sua porta. O desconhecido disparou apenas um tiro que atingiu o advogado no peito, tendo este falecido cinco minutos depois. O crime nunca foi investigado. De acordo com militantes anti-apartheid, a polícia branca nunca se empenhou na captura dos assassinos, tanto que os vizinhos de Turner apenas foram interrogados seis semanas depois do crime.

Um casal executado

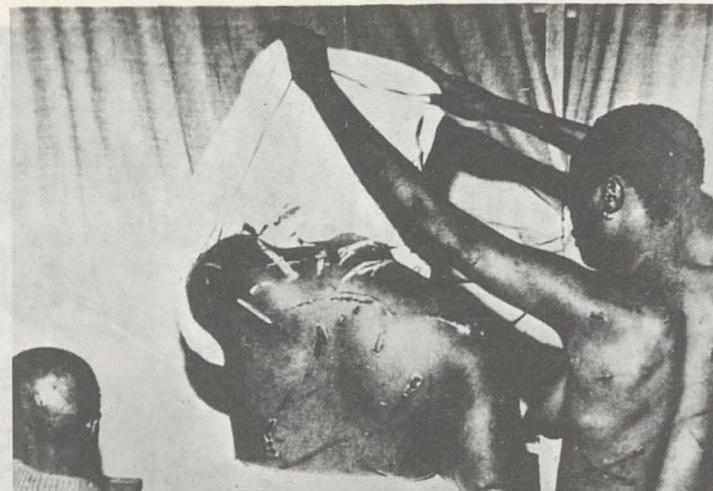
Um novo assassinato político aconteceu em Novembro de

1980, quando o advogado negro e líder dos direitos civis, Griffiths Mxenge, foi encontrado morto e mutilado num estádio abandonado perto de Durban. A mulher dele, Victoria, também era activista da campanha pelos direitos civis na África do Sul, foi igualmente assassinada, quando se encontrava em casa, em Durban, em Agosto do ano passado. Os dois crimes não foram até agora esclarecidos.

Os "desaparecimentos" de dirigentes da campanha contra o racismo começaram em Abril de 1982. A primeira vítima foi Sipho Mtimkhulu, dirigente do agora banido Conselho de Estudantes Sul-Africanos (COSAS). Várias semanas antes do seu desaparecimento, Mtimkhulu foi libertado de uma prisão militar, tendo iniciado uma acção judicial contra os seus captores, alegando ter sido envenenado e torturado pelas autoridades militares enquanto esteve detido. Sofrendo de paralisia parcial das pernas, o dirigente da COSAS recebia tratamento médico num hospital de Port Elizabeth quando foi visto vivo pela última vez. Apesar de uma grande campanha e de numerosos apelos às autoridades, há três anos que Mtimkhulu deixou de ser visto.

Estes acontecimentos marcam apenas o começo de uma dramática escalada de assassinatos e "desaparecimentos" em 1985. O aumento da actividade dos esquadrões da morte surgiu paralelamente ao mais sério desafio já enfrentado pelo *apartheid* desde a Segunda Guerra Mundial. A partir de Setembro de 1984, cerca de mil pessoas, na sua maioria negros, foram mortas em choques com a polícia. Mais de 200 militantes anti-racistas estão desaparecidos e sete assassinatos políticos acabaram

Reuter



Dezenas de negros foram torturados pela polícia, que no entanto nega tê-los detido apesar das evidências em contrário

comunidade negra de Port Elizabeth, foram vistos vivos pela última vez na noite de 8 de Maio de 1985. Os três deixaram um escritório do centro da cidade, depois de receberem um telefonema de alguém que se identificou como "funcionário da embaixada britânica", pedindo para os ver imediatamente. Nunca chegaram ao seu destino. Três meses depois, os três corpos foram encontrados nos arredores de Port Elizabeth. Vários detidos da prisão da cidade alegam ter visto Sipho, Qaqali e Champion numa das celas, mas tanto a polícia como o Ministério da Lei e da Ordem negam que eles tenham sido presos.

Outro incidente igualmente grave aconteceu em Junho do ano passado, quando quatro dirigentes comunitários de Port Elizabeth regressavam às suas casas depois de participarem de uma reunião de emergência da

por se tornar em provas mais do que evidentes da acção dos esquadrões da morte, criados pelos brancos ultra-racistas. Os sete mortos, todos membros da UDF foram barbaramente torturados pela polícia antes de serem executados.

Os fuzilamentos sumários

Sipho Hashe, Qaqali Godolizi e Champion Galela, dirigentes da



Grupos paramilitares brancos agem impunemente nos atentados contra líderes dos movimentos anti-apartheid

secção local da UDF, na localidade de Cradock. Todos eles afirmaram a amigos que tinham que regressar e garantiram que não parariam o carro em que viajavam a não ser sob ordem de um polícia uniformizado. Os quatro, Mathew Goniwe, Fort Calata, Sparrow Mkonto e Sicelo Mhawuli nunca mais foram vistos. O carro onde viajaram foi encontrado, no dia seguinte, incendiado, não havendo sinais de qualquer dos seus ocupantes.

Dois dias mais tarde, no mesmo lugar, foram encontrados dois corpos carbonizados. Parentes e amigos, após investigações independentes, chegaram a algumas provas sobre o envolvimento da polícia no desaparecimento dos dirigentes locais da UDF:

a) Peritos afirmaram que o carro não sofreu qualquer acidente, nem foi obrigado a sair da estrada;

b) O corpo de Goniwe foi encontrado com uma bota militar em vez dos sapatos;

c) As famílias não tiveram permissão para ver os cadáveres, a não ser através de uma pequena janela de vidro no caixão, e mesmo assim, à distância;

d) Alguns motoristas em depoimentos prestados em tribunal, disseram que foram mandados parar por uma patrulha da polícia perto do local onde o carro das vítimas foi posteriormente encontrado. No entanto, a polícia negou que tivesse feito qualquer "operação-stop" na noite em questão, na área onde se deu o crime.

Os "quatro de Cradock", como ficaram posteriormente conhecidos, foram enterrados na presença de 100 mil pessoas, no maior funeral jamais visto na África do Sul. Enquanto o enterro era realizado, o governo de-

cretou o estado de emergência em 64 cidades, mostrando a gravidade da situação e o vulto da campanha contra o apartheid.

Os activistas da campanha contra o racismo afirmam que a acção dos esquadrões da morte continua. Por causa do modus operandi dos assassinos, é difícil provar a cumplicidade do governo. Os activistas garantem que a táctica dos esquadrões da morte é típica dos regimes repressivos e já foi largamente usada em países latino-americanos como a Argentina, Uruguai, Brasil e Chile, precisamente por ser difícil provar as ligações dos assassinos com as autoridades. Mas a grande questão, segundo os militantes da UDF, continua de pé: a quem interessa o assassinato ou o desaparecimento de opositores?

Philip Page/Africa News

Anatóli Gromiko
Vladimir Lomeiko

UM NOVO PENSAMENTO NA ERA NUCLEAR



Hoje em dia, o que está em causa não é tão somente a defesa da paz, é a defesa de toda a civilização. O homem, que, pela primeira vez na sua história, domina, não só as técnicas como também a força material necessária para acabar com todo o género humano, tem de sacudir, se quiser sobreviver, as grilhetas da velha mentalidade e olhar com novos olhos o mundo que o rodeia.



editorial
CAMINHO



**LEVAR:
INFORMAÇÃO
CULTURA
CIÊNCIA
FORMAÇÃO**

são as tarefas da EDIL

- BENGUELA
Livraria 10 de Fevereiro
- BIÉ
Livraria 11 de Fevereiro
- CABINDA
Livraria Popular
Quiosque Maiombé
- CALULO
Livraria 17 de Setembro
- DONDO
Livraria 2 de Março
- GANDA
Livraria 1.º de Maio
- HUAMBO
Livraria 8 de Fevereiro
Quiosque Albano Machado
- HUÍLA
Livraria 27 de Março
- K. KUBANGO
Livraria Kilamba
- KUANZA-NORTE
Livraria 10 de Dezembro
- KUANZA-SUL
Livraria Aníbal de Melo
- LOBITO
Livraria 11 de Novembro
- LUANDA
Casa da Vendá
Armazém Venda Grosso
Quiosque 4 de Fevereiro
Livraria Centro do Livro
Livraria Augusto N'Gangula
Livraria 4 de Fevereiro
- LUNDA-NORTE
Posto de Venda
- LUNDA-SUL
Livraria Deolinda Rodrigues
- MALANGE
Livraria 1.º de Agosto
Quiosque N'Dongo
- MOXICO
Livraria 14 de Fevereiro
- NAMIBE
Livraria Lutuíma
- NEGAGE
Livraria Saidy Mingas
- SOYO
Livraria Lundogi
- UÍGE
Livraria 10 de Dezembro
- ZAIRE
Livraria Sagrada Esperança



Distribuindo jornais, revistas e livros, bem como material didático e escolar, a EDIL contribui para a formação cultural do povo de Angola. A EDIL é a distribuidora exclusiva de *cadernos do terceiro mundo* para todo o território angolano.

EDIL Empresa Distribuidora Livreira
Caixa Postal 1245
Luanda - República Popular de Angola



Oscar Arias e sua esposa, durante a campanha eleitoral: uma vitória apertada (apenas 9%) sobre o seu opositor

Os social-democratas continuam no poder

Embora signifique uma séria derrota para os que exigiam uma posição mais agressiva frente à situação centro-americana, a vitória de Arias Sánchez representa uma continuação da ambiguidade diplomática que caracterizou o governo Monge

Com as eleições gerais de 2 de Fevereiro na Costa Rica, a região centro-americana fechou um ciclo eleitoral iniciado em Novembro último, com a eleição de três novos governos que geraram expectativas em torno da possibilidade de modificações substanciais na situação política da área. Paradoxalmente, os processos eleitorais implicaram, nalguns momentos, aumentos de tensão em sectores políticos e militares centro-americanos. A mão de Washington, é claro, não permaneceu alheia a esta circunstância.

A vitória situacionista

Ao contrário da Guatemala e das Honduras – onde as eleições se realizaram sob pressão dos militares e da Casa Branca – a Costa Rica confirmou uma tradição democrática que remonta à revolução de 1948, depois da qual esse país deixou de ter exército e passou a eleger os seus governantes em cada quatro anos. Pela mesma razão, as eleições costa-riquenhas não sofrem as práticas fraudulentas e coercivas tão comuns noutros países da região.

O triunfo de Oscar Arias Sán-

chez, candidato do situacionista Partido da Libertação Nacional (PLN) – de orientação social-democrata – foi apertada: apenas nove por cento de vantagem sobre Rafael Angel Calderón Fournier, candidato do oposicionista Partido da Unidade Social-Cristã (PUSC).

Formado em Direito, Economia e com doutorado em Ciências Políticas, o presidente eleito começou a sua carreira política em 1964, ao ingressar na juventude do PLN, de onde subiu rapidamente até chegar a ministro do Planeamento, em 1970, car-

go que ocupou durante oito anos. Logo depois, foi eleito deputado, tendo exercido o cargo de secretário-geral do PLN, de Julho de 1979 a Janeiro de 1984. Os seus três livros sobre a situação sócio-económica da Costa Rica são imprescindíveis para se compreender a realidade dessa nação.

Com 44 anos de idade e pertencendo a uma das mais ricas famílias de agricultores do país, Arias Sánchez demonstrou, ao derrotar Calderón, uma enorme capacidade de recuperação. Vítima das divisões internas do PLN, abandonado pelos velhos caudilhos do partido (José Figueres e Daniel Oduber), alvo de acusações de corrupção lançadas pelo PUSC contra a administração de Luis Alberto Monge e não muito bem visto pelos norte-americanos, o candidato social-democrata foi capaz de mudar uma opinião pública que, até Novembro, dava preferência a Calderón.

De acordo com o semanário *Rumbo Centro-Americanano*, editado em San José, o PLN conseguiu resolver os seus problemas internos e lançar uma campanha decisiva através de todos os meios de comunicação, desafiando o candidato social-cristão a um debate com Arias. Nesse debate, Arias derrotou facilmente Calderón. "Mais tarde, o PLN lançou uma determinada campanha pela paz, cujo principal objectivo foi acusar o PUSC e o seu candidato de defenderem a participação da Costa Rica em conflitos bélicos, especialmente contra a Nicarágua", explica o semanário.

Paralelamente, os propagandistas do PLN lançaram outra ofensiva prometendo ao eleitorado "a construção de 80 mil habitações e a criação de 25 mil novos postos de trabalho por ano". Ao mesmo tempo, as grandes figuras do PLN entraram na cam-

panha política (apesar das suas anteriores divergências com Arias Sánchez), o que "põe em marcha a máquina liberalizadora".

A vantagem do candidato situacionista tornou-se evidente. De acordo com uma sondagem realizada em Dezembro pela Consultoria Interdisciplinar de Desenvolvimento (CID), Arias Sánchez contava com 47% das preferências do eleitorado, perante os apenas 41% de Calderón. Esta tendência, com pequenas variantes, foi mantida até ao dia da votação.

Problemas económicos

Quando assumir a Presidência, no próximo dia 8 de Maio, Arias Sánchez deverá lançar mão de toda a sua astúcia e experiência política para enfrentar os dois principais problemas que afligem a sociedade costa-riquenha: a aguda crise económica e a possibilidade de se ver arrastada para um conflito armado regional.

As cifras oficiais de 1985 são reveladoras: uma inflação de 9%, um índice de desemprego superior a 10% e uma dívida externa que consumiu 75% das exportações (930 milhões de dólares) apenas para pagar o seu serviço. A Câmara da Indústria da Costa Rica divulgou, em meados de Janeiro, um relatório no qual assinala que "não se prevê para 1986 um crescimento económico nos sectores tradicionais", nem são esperadas "entradas externas que permitam a formação de um excedente para ser investido em desenvolvimento".

Os analistas locais concordam em afirmar que o relativo encobrimento da crise económica foi conseguido graças às doações dos Estados Unidos, cujo montante, desde Maio de 1982, chega aos 700 milhões de dólares (segundo

dados do embaixador norte-americano Lewis Tambs), os quais se destinaram principalmente a superar as dificuldades na balança de pagamentos, geradas pela escassez de divisas.

Se em termos de política económica, além da criação de empregos e habitações, Arias Sánchez apenas propõe uma reestruturação mal definida dos sectores produtivos, no campo da política externa é mais evidente a falta de propostas da nova administração, no sentido de encontrar uma solução para a crise centro-americana.

Dualidade diplomática

O presidente eleito reafirmou que continuará a política de "neutralidade" praticada por Monge, o que significa que a Costa Rica continuará ao lado das potências ocidentais na sua cruzada contra o comunismo, embora não se envolvendo em conflitos bélicos. O PLN realçou que a sua estratégia internacional está baseada num estreito contacto com os Estados Unidos, na não-aceitação do governo da Nicarágua e numa política de aproximação à Europa e aos organismos regionais.

Embora Arias Sánchez tenha dito que não permitirá a instalação de tropas norte-americanas em território costa-riquenho, as suas declarações sobre o conflito centro-americano revelam um total alinhamento com as directrizes de Washington.

O dirigente social-democrata considerou "pouco provável" que a crise regional termine numa solução política nos próximos meses; pelo contrário, "há fundamentados indícios para se afirmar que a instabilidade na região será a sua característica mais marcante nos anos vindouros", ad-

vertiu.

A partir deste raciocínio, o presidente eleito chega a conclusões surpreendentes: não dialogará bilateralmente com o presidente Daniel Ortega e apoiará qualquer medida que leve o governo nicaraguense a negociar com os contra-revolucionários financiados por Washington.

A ambiguidade parece ser a principal característica das declarações de Arias Sánchez sobre política externa. Depois de realçar que o seu governo "promoverá uma missão de paz na América Central", o futuro presidente disse que, se a ajuda dos Estados Unidos aos contra-revolucionários é um instrumento para conseguir uma negociação com os sandinistas, "então é um bom meio de pressão".

Para Arias Sánchez, o trabalho do Grupo de Contadora não consiste em encontrar uma fórmula para a paz regional mas sim em "obrigar os sandinistas a ceder". A sua oposição ao governo de Manágua é clara: "esses nove comandantes que governam a Nicarágua são um perigo para a região por causa das suas ligações com o bloco soviético".

Os observadores são da opinião que será difícil a Arias manter o equilíbrio entre as pressões norte-americanas para adoptar uma linha mais beligerante em relação à Nicarágua e a prometida neutralidade. Tudo parece indicar que, à semelhança do caso hondurenho, o próximo governante da Costa Rica adoptará uma dupla política, caracterizada por uma retórica pacifista e uma prática de confrontação aberta com Manágua.

O continuísmo

Embora Arias afirme que a sua vitória promoveu uma "subs-

Rauer



Uma vitória de Calderón teria sido mais conveniente para Washington

tuição de gerações" dentro do PLN, "continuismo" é o termo que descreve com maior rigor a sucessão do poder na Costa Rica. O facto do ultradireitista Fernando Volio, ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, ter sido designado líder do grupo parlamentar social-democrata na Assembleia Legislativa, leva a crer que o novo governo se situará inclusivamente mais à direita do que a administração Monge.

É verdade que, para Washington, teria sido muito mais conveniente uma vitória de Calderón Fournier, que de imediato teria rompido relações diplomáticas com os sandinistas e dirigido as suas baterias contra o Grupo de Contadora. Além disso, o PUSC no poder teria ampliado o eixo democrata-cristão na América Central.

Mas Arias Sánchez não é de forma alguma desagradável à Casa Branca. Embora o futuro presidente afirmar que "jamais permitirá a presença de contra-revolucionários nicaraguenses em território costa-riquenho", os norte-americanos sabem que se trata apenas de uma declaração de fachada dirigida à opinião pública: os "contras" estão há muito tempo na Costa Rica e nada indica que serão tirados de lá.

Depois da eleição de três novos governos, a situação na América Central não parece destinada a sofrer modificações substanciais. A orientação de Washington continuará a ser o factor determinante da política externa dos países da região. Este é o verdadeiro limite de Arias Sánchez, que transcende as suas intenções.

Horacio Castellanos Moya

Apenas mudanças superficiais

Politicamente débil e subordinado, em última instância, aos militares, o novo governo civil hondurenho não promete modificações internas de relevo nem na sua posição perante o conflito centro-americano

Na região mais tensa do hemisfério ocidental, com praticamente dois exércitos estrangeiros (cerca de mil soldados norte-americanos e mais de dez mil contra-revolucionários nicaraguenses) no seu território, diante de uma aguda crise económica e enredado em lutas internas que dispersaram as principais forças políticas do país, o novo governo hondurenho desperta poucas expectativas de mudança em relação à linha seguida pela antiga administração.

Fragilidade política

O novo presidente das Honduras, José Azcona Hoyo, um engenheiro civil de 58 anos de idade, iniciou o seu mandato de quatro anos a 27 de Janeiro último juntamente com os 132 deputados e 238 representantes municipais. Apenas três dias depois, o todo-poderoso Comando Superior das Forças Armadas (COSUFFAA) anunciou, sem levar em conta as autoridades civis, a substituição do comandante-chefe, ge-

neral Walter López Reyes, que de imediato viajou para os Estados Unidos.

O governo liberal do presidente Azcona começou politicamente fraco a partir do próprio resultado das eleições de 24 de Novembro do ano passado. Embora um dos candidatos do oposicionista Partido Nacional, Rafael Callejas, tenha obtido o maior número de votos individuais, Azcona foi eleito graças ao facto da soma dos votos obtidos pelos quatro candidatos do Partido Liberal ter sido superior.

A corrente política do novo presidente conta apenas com 46 deputados, contra os 66 de Callejas, 17 de Oscar Mejía Arellano (da corrente liberal do ex-presidente Suazo Córdoba) e três de Efraín Bu Girón, ex-presidente do Congresso. As tentativas de alcançar a unidade do Partido Liberal tiveram início uma semana depois das eleições, com a iniciativa do ex-presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Ramón Valladares, que convocou os ex-candidatos presidenciais para uma reunião, à qual Mejía Arellano não compareceu.

No início de Janeiro, quando ficou clara a inviabilidade de um entendimento entre as correntes de Azcona e Suazo Córdoba, os seguidores do presidente fizeram uma viragem de 180 graus e começaram, a 16 de Janeiro, negociações com o ultra-direitista Callejas, visando conseguir "um grande acordo nacional". Quatro dias mais tarde, os dois sectores anunciaram publicamente um "pacto", com resultados na distribuição de cargos no governo e na administração pública.

A partir do acordo, o governo



Soldados norte-americanos em manobras realizadas em território hondurenho



O governo de Azcona (na foto) teve uma considerável viragem à direita

de Azcona deslocou-se consideravelmente para a direita, facto que ficou evidente na formação ministerial, onde embora o Partido Liberal esteja em maioria, os seus integrantes são bastante conservadores. A presidência do parlamento ficou nas mãos de um liberal, enquanto que o Supremo Tribunal de Justiça, 7 dos 18 governos regionais, várias autarquias, metade dos serviços diplomáticos e judiciais couberam aos callejistas.

Os observadores consideram que o poder de Azcona será bastante frágil, inclusive dentro da aliança que o levou à Presidência, onde os 14 deputados da ALIPO, um grupo dirigido por empresários do norte do país, não seguirão sistematicamente o presidente. As coincidências conjunturais entre o Partido Liberal e o Partido Nacional, assim como entre as correntes internas liberais, não constituem uma garantia de estabilidade política do governo.

Nestas condições, as possibilidades de que a nova administração faça frente ao poder militar tornam-se ainda mais remotas. Nos últimos anos, as forças armadas consolidaram a sua influência política no país e, mesmo que não detenham o poder de decisão formal, continuarão a ditar as normas a serem seguidas pelo governo, em nome da "segurança nacional das Honduras". A substituição do general López Reyes não fez mais do que realçar a fragilidade política do regime civil hondurenho.

Pugnas entre militares

Dentro do Conselho Superior das Forças Armadas, o verdadeiro centro do poder nas Honduras, desenvolve-se uma luta entre as duas turmas da Academia Militar mais influentes, a 5^a dos coronéis e a 6^a dos tenentes-coronéis. Entre elas, a 6^a é considerada a mais "progressista" ou "nacionalista", constituída,

na sua maioria, por oficiais de infantaria com comando de tropas, que participaram na breve e sanguenta guerra contra El Salvador em 1969.

Irritados com a derrota sofrida então, estes oficiais recusaram-se a fazer qualquer concessão a El Salvador sobre os territórios fronteiriços em litígio. A disputa estende-se até ao Golfo de Fonseca, onde as ilhas do Tigre e Meanguera estão ocupadas por El Salvador e Estados Unidos, que estabeleceram no local algumas instalações militares. Para esses oficiais, o principal inimigo é El Salvador e não a Nicarágua.

Foi este sector que escolheu o general Walter López Reyes, até então chefe da força aérea, para substituir o general Gustavo Alvarez Martinez no cargo de comandante-chefe, em 31 de Março de 1984. Entre outras razões, Alvarez Martinez foi substituído por facilitar ao exército salvadorenho a instrução de recrutas

seus no Centro Regional de Treino Militar (CREM), instalado pelos Estados Unidos em Puerto Castilla.

López Reyes conseguiu suspender o treino dos salvadorenhos, mas não teve o mesmo êxito com os milhares de nicaraguenses contra-revolucionários que ocupam vários pontos na fronteira, de onde agredem um país com o qual as Honduras estão formalmente em paz. E não conseguiu igualmente qualquer progresso no cumprimento por El Salvador do compromisso, garantido pelos Estados Unidos, de encontrar uma solução para o pendente litígio fronteiriço.

participação para ficarem ao lado da Constituição da República e do povo hondurenho".

López Reyes referia-se à intervenção militar que liquidou a tentativa de Suazo Córdoba de se reeleger através de uma manobra no Congresso executada por deputados conservadores e liberais seus adeptos. Contudo, o mal-estar militar prosseguiu com as mudanças propostas nos comandos militares e precipitou-se, a 30 de Janeiro último, quando López Reyes renunciou depois de ter anunciado que prorrogaria o seu mandato por mais um ano, até Janeiro de 1987.

Embora López Reyes tenha

a confiança". A 12 de Fevereiro o parlamento aprovou a nomeação do coronel Humberto Regalado como novo comandante-chefe, seguindo a proposta do COSUFFAA.

O executivo e o Congresso atravessaram incólumes a crise militar, com a posição de que os civis não se devem intrometer nos problemas internos das forças armadas. A designação de Regalado foi considerada uma solução de conciliação dentro do COSUFFAA — já que ele não pertence a qualquer das duas correntes principais — o que não vai alterar as relações da instituição com o governo nem com os Estados Unidos.

A crise económica

Entre as suas primeiras tarefas, Azcona tentará desactivar a "bomba-relógio" que constitui a actual situação sócio-económica do país. A Associação Hondurenha dos Economistas afirma que o nível de desemprego — 21,3% de acordo com os dados oficiais e 43% segundo as centrais sindicais — "pode desencadear conflitos imprevisíveis". As Honduras têm uma das mais altas taxas de mortalidade infantil da América Latina (88% durante o primeiro ano de vida), um índice oficial de analfabetismo de 40% e um défice habitacional de 400 mil fogos.

Em matéria fiscal e laboral, o governo de Suazo Córdoba rendeu-se, nos últimos meses do ano passado, diante das pressões do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Agência Internacional para o Desenvolvimento (AID). Trinta empresas estatais foram vendidas ao sector privado, milhares de funcionários públicos foram despedidos e foi au-



Honduras: uma das mais altas taxas de mortalidade infantil do continente

A irritação crescente dentro das forças armadas tornou-se patente a 11 de Dezembro de 1985 quando, ao discursar no 160º aniversário do exército, López Reyes acusou "categoricamente a ousadia daqueles que, com uma precipitação irresponsável, emitiram julgamentos perigosos sobre a actuação das forças armadas, quando se requereu a sua presença ou se solicitou a sua

negado mais tarde esta versão e declarado que se retirava por razões pessoais, as duas principais cadeias de rádio anunciam que a sua demissão era devida a "contínuos actos de disciplina, corrupção e prepotência de oficiais subalternos". O que parece ter acontecido de facto é que as duas principais correntes do COSUFFAA decidiram simplesmente "retirar-lhe



Suazo Córdoba rendeu-se às exigências económicas do Fundo Monetário Internacional

torizada a instalação de 15 fábricas montadoras.

A dívida externa alcançou, em Dezembro, um saldo de 2.400 milhões de dólares, segundo dados do Banco Central das Honduras, e o governo não conseguiu renegociar o pagamento da dívida externa com 40 instituições bancárias estrangeiras, presididas pelo *Lloyds Bank*. Azcona terá que pagar 279 milhões de dólares apenas em termos de juros, o que equivale a 25% do total das exportações do país.

Esta situação explica os constantes pedidos do governo hondurenho para que os Estados Unidos aumentem a sua ajuda económica. Washington, por seu lado, exige que as Honduras desvalorizem a sua moeda, liberem o comércio externo e façam maiores concessões ao investimento estrangeiro. A tensão atingiu o seu ponto máximo a 30 de De-

zembro último, quando se romperam as negociações em torno de um crédito de 67,5 milhões de dólares. Paralelamente, os Estados Unidos pressionaram o Banco Inter-American de Desenvolvimento (BID) para que protelasse um empréstimo de 40 milhões de dólares a Tegucigalpa.

A recusa dos hondurenhos em desvalorizar a sua moeda foi categórica: desde o Conselho Hondurenho da Empresa Privada (COHEP) até às organizações operárias e camponesas todos se pronunciaram contra a desvalorização. O ministro da Presidência, Ubodoro Arriaga, acusou os Estados Unidos de actuar contra o seu país da mesma forma que faz contra Cuba e Nicarágua. Os norte-americanos pressionam as Honduras para que desvalorizem a sua moeda o que é "impreciso", afirmou Arriaga.

Fontes oficiais reconheceram

que Washington começou a mostrar-se reticente em conceder créditos às Honduras desde que as autoridades de Tegucigalpa se negaram, em Novembro passado, a conceder facilidades para a entrega, em território hondurenho, da ajuda aos grupos anti-sandinistas aprovada pelo Congresso norte-americano.

Ambivaléncia diante dos Estados Unidos

Azcona mostrou-se bastante cauteloso no que diz respeito às relações com os Estados Unidos. Embora o novo vice-presidente, Jaime Rosenthal, tenha declarado que o seu país não se deixará pressionar para desvalorizar a moeda, Azcona negou à partida a existência de tais pressões. O embaixador norte-americano em Tegucigalpa, John Ferch, foi talvez quem melhor resumiu esta situação ao dizer



Azcona não impedirá as manobras dos EUA nem o apoio aos "contras"

que "se não conseguirmos um acordo com o antigo governo, é muito possível que o consigamos com o novo".

As posições sobre política externa do novo presidente oscilaram entre as manifestações de relativa autonomia em relação a Washington e uma retórica semelhante à da administração Reagan. Dias depois das eleições de Novembro, Azcona atreveu-se a dizer que reduziria o número de manobras militares com os Estados Unidos, expressou a sua disposição de manter um diálogo com o presidente da Nicarágua e realçou que a presença dos anti-sandinistas em território hondurenho terminaria.

Contudo, um mês depois, o novo presidente reuniu-se com o chefe do estado-maior do exército norte-americano, William J. Crowe, com quem fez coro nas críticas ao governo da Nicarágua por "avançar a passos largos para o totalitarismo". Azcona foi mais longe ao assi-

nalar que "os 'contras' devem ficar na Nicarágua e derrotar esse governo que viola e despreza os direitos do povo nicaraguense".

De 15 a 18 de Janeiro, Azcona visitou Washington, onde se reuniu com o vice-presidente George Bush, o secretário de Estado George Shultz, o conselheiro de Segurança Nacional, John Poindexter, e com o secretário da Defesa, Gaspar Weinberger. O dirigente hondurenho pronunciou-se a favor de uma solução global para a crise centro-americana através do Grupo de Contadora e disse que retiraria os assessores dos Estados Unidos se a Nicarágua retirasse "os assessores búlgaros, cubanos, líbios e de outras nacionalidades que se encontram ali".

As declarações de Azcona, que visam mostrar uma certa autonomia política em relação a Washington, foram recebidas com ceticismo. Todas as fontes coincidem em afirmar que no

Reuters que diz respeito às decisões sobre os problemas estratégicos na América Central, o executivo hondurenho não teve nem terá maior influência, já que as forças armadas se reservam a última palavra.

Na primeira quinzena de Janeiro, o novo presidente esteve reunido durante oito horas com o conselho superior das Forças Armadas, não sendo os assuntos discutidos do conhecimento público.

Os observadores em Tegucigalpa acreditam que o novo governo manterá uma posição ambivalente em relação a Washington e aos "contras", posição essa caracterizada por uma submissão de facto aos interesses norte-americanos e, ao mesmo tempo, por declarações espectaculares para criar uma suposta imagem de independência.

Segundo o jornal local *Tiempo* — um dos proprietários é o vice-presidente Rosenthal —, Azcona reconhece "a realidade quanto à dependência em relação aos Estados Unidos e, portanto, a necessidade de actuar conforme este imperativo". Isto é: vão continuar as manobras militares, o apoio dissimulado aos "contras", a retórica a favor do Grupo de Contadora e as acusações a Manágua.

Num país onde "o espectro político é reduzido, o qual vai do ultraconservadorismo até a um centro que dificilmente poderá deslocar-se para a esquerda, não há margem nem para preocupações nem para surpresas, já que as políticas gerais se manterão mais ou menos intactas, podendo haver apenas diferenças de estilo", assegurou o *Tiempo*. Trata-se portanto de modernizar o "folclore provinciano" de Suazo Córdoba.

Horacio Castellanos Moya



O regime indonésio em declínio, apesar da repressão contra as forças populares

A oposição islâmica

Vinte anos depois da sua instauração, a Nova Ordem de Suharto está encurralada entre a oposição liderada pelo islamismo radical e a queda drástica da receita proveniente do petróleo

Ao fim de duas décadas de estabilidade política conseguiu-se através de uma duríssima repressão, o regime indonésio entrou numa fase de declínio.

A imagem de estabilidade e de tolerância que o presidente Suharto tenta ainda exhibir para consumo interno e externo tem sofrido rudes golpes nos últimos anos. Esses golpes vêm da contestação de sectores radicais da maioritária comunidade islâmica, das dissensões nascidas no seio do próprio sistema e da situação de impasse das guerras levadas a cabo em Timor Leste e em Irian-Jaya, a antiga colónia holandesa

da Papua-Nova Guiné, anexada pela Indonésia em 1963.

No ano passado, quando se festejaram na Indonésia o 40º aniversário da proclamação da independência e o 30º aniversário da Conferência de Bandung, onde nasceria o Movimento dos Países Não-Alinhados, foram executados nas prisões do leste da ilha de Java cinco antigos dirigentes sindicais e do Partido Comunista Indonésio (PKI) — entre eles, Mohammad Munir, líder da confederação sindical indonésia — encarcerados desde 1965, quando o presidente Sukarno foi derrubado num banho de sangue de

700 mil a um milhão de vítimas. Presumíveis delinquentes são assassinados pelos “esquadrões da morte” integrados por militares, segundo o modelo e o estilo latino-americano. Três mil cadáveres desses “justiçados”, com claros sinais de tortura, foram encontrados, desde 1983, nas ruas e subúrbios das cidades indonésias.

Ao invocar a “tolerância” e o conceito de “democracia guiada” como máximas para definir o seu regime, Suharto recuperou a ideologia de Estado elaborada por Sukarno quando da independência da Indonésia. Destinada

na altura a unir os muçulmanos maioritários a outras etnias religiosas (a população fala mais de 250 línguas e dialectos e está espalhada por 3.000 ilhas habitadas das 13.677 no total do arquipélago), essa filosofia serviu também de apoio teórico ao "país da independência" para recusar o islamismo como religião oficial. Consubstanciada num código que tomou o nome de *Pancasila*, essa ideologia de Estado tem cinco princípios básicos: fé em Deus, único e supremo; humanidade justa e civilizada; unidade da Indonésia; democracia guiada pela sabedoria, resultante do debate entre os seus representantes; justiça social para todo o povo.

A Ordem Nova

Em 1966, Suharto instaura a Ordem Nova, o regime baseado na aliança do exército e das organizações islâmicas anticomunistas, as duas forças que haviam derrubado Sukarno e eliminado da cena política o poderoso PKI¹.

A boa convivência entre os militares fundadores da Ordem Nova e os movimentos radicais islâmicos foi, porém, de curta duração. Resistindo às exigências dos seus aliados, Suharto manteve a recusa de institucionalizar o Islão como religião de Estado e recorreu precisamente ao *Pancasila* para empreender uma política de marginalização e controlo cerrado sobre as organizações muçulmanas mais ortodoxas e

activas.

Nos anos setenta, a Ordem Nova impõe a aglutinação em três aos dez partidos com existência legal. Formam-se assim dois partidos de oposição autorizada: Partido Unido para o Desenvolvimento (PPP), que agrupa os antigos partidos muçulmanos, e Partido Democrático Indonésio (PDI), reunindo partidos nacionalista cristão e outros não-muçulmanos.

O terceiro partido é o situacionista *Golkar*, ou "grupo funcional para o desenvolvimento", com origem na organização burocrática e paramilitar criada em 1964 pelo exército na estratégia de tomada do poder. Composto por representantes das diversas forças administrativas, militares, económicas, sociais e culturais e ao qual todos os funcionários de Estado são obrigados a aderir, o *Golkar* não teve dificuldades em conquistar nas últimas eleições de 1983, 64% dos lugares em disputa no parlamento (dos 920 deputados, apenas 360 são eleitos por sufrágio directo, os outros são designados pelo poder executivo), contra 28% do PPP e 8% do PDI.

Em Agosto de 1982, a culminar a estrutura corporativa-ditatorial do regime, Suharto impõe, através da promulgação da Lei das Associações, o *Pancasila* como ideologia única. Entre as organizações muçulmanas levadas a renunciar a qualquer actividade política e que cedem às pressões para substituírem a referência estatutária ao Islão pelo *Pancasila*, figuram o Nahdlatul Ulama (NU), movimento islâmico de orientação tradicionalista implantado nas aldeias javanesas; Muhammadiyah, mais modernista e ligado aos meios comerciantes; e HMI, organização influente no seio dos estudantes.

"Ocidentalização" gera descontentamento

Com os partidos de oposição e organizações muçulmanas legais domesticados e amordaçados pelo regime, cresce no interior da comunidade islâmica, esmagadoramente maioritária², uma resistência fora do quadro institucional. São postos em questão a marginalização dos valores islâmicos e a orientação "ocidentalizada" e "cristianizada" do país³ proporcionada pela industrialização e pelos "benefícios fáceis" do desenvolvimento baseado nos recursos petrolíferos.

O militantismo islâmico transforma-se num centro aglutinador dos críticos e desiludidos do regime. Nas universidades e mesquitas multiplicam-se círculos de estudo e discussão que protestam contra os limites estreitos da "democracia guiada", a invasão

² Segundo o último censo, cerca de 90% dos 160 milhões de indonésios professam o islamismo, o que faz da Indonésia o primeiro país muçulmano (sunita) do mundo. Porém, esta cifra inclui um número incalculável dos chamados "muçulmanos estatísticos". Com a imposição do *Pancasila*, qualquer cidadão – mesmo ateu – é obrigado a declarar-se por uma das cinco religiões oficiais (islamismo, budismo, hinduísmo, catolicismo e protestantismo). Por outro lado, a população de Java que, por si só, representa 60% do total do arquipélago, está impregnada de crenças anteriores à penetração do Islão – hinduístas, budistas ou animistas –, o que a faz ter muito pouco a ver com o islamismo ortodoxo ou "puro" de grande parte desses muçulmanos estatísticos.

³ A comunidade cristã (protestantes e católicos) representa 5% da população. Tem uma taxa de crescimento de 3,8%, superior à média nacional de 2,3% e desempenha um papel cada vez mais influente na sociedade indonésia com a prática da sua acção social e sistema de ensino próprio. Muitos dirigentes político-militares são católicos, como o comandante das forças armadas, general Benny Murdani, e é católico o jornal de maior influência na Indonésia, o *Kompass*.

¹ Nas vésperas do contragolpe de Outubro do ano anterior, este partido reivindicava treze milhões de militantes e simpatizantes, o que o fazia na altura o segundo maior partido comunista asiático, logo depois do chinês, por quem era, aliás, fortemente influenciado, tanto na ideologia maoista como na estratégia de conquista do poder.

selvagem dos investimentos estrangeiros, o estrangulamento da pequena empresa nacional que na sua maioria está na posse dos muçulmanos, as carências do desenvolvimento rural. Pugna-se contra as desigualdades sociais, o poder desmesurado dos banqueiros e homens de negócios chineses associados aos militares, a



Propaganda do regime nas ruas

corrupção que alastrá por toda a sociedade, a irrupção do luxo, a imoralidade "à ocidental", a profusão dos casinos e dos "salões de massagem" à tailandesa.

Progressivamente, vai-se criando um clima próprio à confrontação e à violência que é espolada em 12 de Setembro de 1984.

Nesse dia, em Tanjungpriok, bairro portuário de Jacarta, o exército dispara contra a manifestação de fiéis desarmados protestando contra a prisão de um representante de uma mesquita. Este fora detido após ter expulso do templo um agente de segurança que penetrara calçado no local de oração para rasgar cartazes antigovernamentais.

O número exacto de vítimas não é conhecido. Mais tarde o chefe das forças armadas, gene-

ral Benny Murdani, anunciara que o motim não fizera mais de vinte mortos, enquanto os porta-vozes dos manifestantes fazem estimativas referindo mais de cem vítimas. Entre os corpos recolhidos pelos fiéis está o de Amir Biki, antigo chefe do batalhão de estudantes de extrema-direita que fôra, em 1965, um dos instigadores do golpe de Suharto e participara ao lado do exército na caça e massacre dos comunistas.

Atentados nunca reivindicados

A partir da repressão de Tanjungpriok, desencadeia-se uma série de atentados com alvos e significado político precisos, mas nunca reivindicados por qualquer organização. O primeiro atinge em Jacarta, a 4 de Outubro de 1984, as instalações do

centros comerciais, locais de diversão e hotéis de luxo que se incendeiam misteriosamente nos bairros chineses da capital. No Natal de 1984, explodem bombas numa igreja católica e num seminário em Malang, no leste de Java. Carros da polícia são objecto de atentados à bomba no centro de Jacarta. Em 21 de Janeiro de 1985, nove bombas danificam seriamente o templo budista de Borobudur, glória arquitectónica nacional do século VIII. Em seguida é a vez do palácio histórico de Solo, no centro de Java.

Em 1985 os atentados são mais escassos, mas, no último dia do ano passado, outro incêndio de origem misteriosa destrói em Jacarta o edifício de sete andares da televisão estatal.

O governo responde à contestação violenta com uma campanha simultaneamente de conciliação e de ameaça. Desfere contra os meios islâmicos radicais uma vaga de prisões, enviando a tribunal, ao longo de 1985, os militantes muçulmanos detidos no motim



Forças armadas: omnipresença na política indonésia

Bank Central Asia, propriedade do milionário chinês Liem Sioe Liong, personagem íntimo de Suharto. Depois são depósitos de munições do exército e da marinha que voam pelos ares,

de Tanjungpriok e nas razias efectuadas pelo exército e polícia após os atentados.

Ignorando os procedimentos judiciais mais elementares, os juízes condenam, sem critério

ou provas, os prisioneiros a severas penas. Alguns deles desfalecem em plena sala de audiência por não lhes terem sido extraídas as balas recebidas nos actos de repressão.

Ao mesmo tempo, Suharto faz-se fotografar inaugurando mesquitas por todo o país e o católico general Murdani efectua uma digressão pela ilha de Java lembrando aos *ulamas*, dignatários islâmicos, que o *Pancasila* defende a prática religiosa mas que o governo e as forças armadas não permitirão a transformação das mesquitas em centros de subversão.

A "Petição dos Cinquenta"

Mas a mão dura do poder não cai somente sobre os muçulma-

nos radicais. Atinge os membros da "Petição dos Cinquenta".

O aspecto essencial que une este influente grupo de dissidentes — e os seus membros não se esquecem de o lembrar durante os processos que agora os atingem — está em terem desempenhado papéis relevantes no contragolpe de Outubro de 1965 e contribuído na implantação da Ordem Nova. Claramente anticomunistas, defendem, no documento por que ficaram conhecidos, uma plataforma de reformas para conduzir a Indonésia à democracia parlamentar. Propõem a criação de novos partidos libertos da tutela do regime, a supressão da Lei das Associações e o combate aos abusos mais gritantes do sistema. Numa época em que o Partido Comunista começa a dar sinais

de recuperação após vinte anos de feroz perseguição, a legalização do PKI está fora das suas cogitações. Não contestam o genocídio do povo maubere, mas denunciam a omnipresença das forças armadas na política do país.

Entre os elementos proeminentes da "Petição dos Cinquenta" estão Sanusi Hardjadinata, ex-dirigente do dissolvido Partido Nacionalista, presidente até 1980 do PDI e ministro da Indústria no primeiro governo de Suharto; general A. H. Nasution, várias vezes ministro, ex-primeiro-ministro, ex-comandante das forças armadas e um dos principais responsáveis pelos massacres de 1965; tenente-general H.R. Dharsono, antigo comandante militar de Java ocidental e secretário-geral até 1980 da ASEAN

A POLÍTICA DE TRANSMIGRAÇÃO

Quinta nação do mundo em população, a Indonésia aproxima-se, em 1986, dos 165 milhões de habitantes. Sessenta por cento vivem em Java — apenas 6,4% da superfície do território do arquipélago — que dispõe de uma densidade populacional de 702 habitantes por km², 56 vezes a densidade de Kalimantan, a parte indonésia de Bornéu.

Em cada ano, há mais 2,5 milhões de indonésios (2,3% de crescimento demográfico), o que dará, em 1990, uma população rondando os 183 milhões. Desses, 110 milhões serão javaneses que viverão com a densidade populacional de 832 habitantes.

Nos finais da década de setenta, o governo indonésio iniciou uma política de transmigração visando corrigir a má distribuição demográfica, que tem características crónicas no arquipélago.

Durante o plano de desenvolvimento de 1979-1983, cerca de 2,6 milhões de javaneses foram deslocados para outras ilhas escassamente povoadas: metade para Sumatra, os restantes para Kalimantan, Sulawesi, Irian-Jaya e Timor Leste. No

plano actualmente em execução (1984-1990) serão transferidas para outras ilhas 3,6 milhões de pessoas oriundas de Java e Bali.

Na realização desta fase do programa de redenamento demográfico, está comprometida uma verba de 600 milhões de dólares financiada pelo Banco Mundial, Banco Asiático para o Desenvolvimento, Banco Islâmico para o Desenvolvimento e do FNUAP (Fundo das Nações Unidas para Actividades da População).

Com antecedentes históricos vindos da época da colonização holandesa, esta política de transmigração levanta, no entanto, vários tipos de problemas que se prendem com a adaptação da população javanesa islâmica em ilhas de etnias, religião e modos de vida diferentes. Em sentido contrário, verificam-se reacções de rejeição das populações locais pela cedência de terra aos recém-chegados (3,5 hectares em média por família) e "islamização" forçada do seu espaço cultural próprio. É isso que acontece em Timor Leste (maioria católica) e Irian-Jaya (maioria protestante) onde as guerrilhas da FRETILIN e do Movimento de Libertação da Papua (OPM) combatem a fixação da população muçulmana para preservar a sua identidade nacional que o governo de Jacarta se propõe descharacterizar com a política de transmigração.

(Associação das Nações do Sudeste Asiático); Ali Sadikin, ex-governador de Jacarta; Sjafruddin Prawiranegara, ex-ministro das Finanças; Burhanuddin Harapan, ex-primeiro-ministro; general Hugeng, chefe da polícia até 1972; general Suyitno; general Azis Saleh; Haji A.M. Fatwa, *imam* secretário do grupo de trabalho da Petição. Um rol de antigos primeiros ministros, ministros e generais na reserva, mas também de grandes empresários, dignitários religiosos e intelectuais que não pode deixar de inquietar os chefes da Ordem Nova.

Após o massacre de Tanjungpriok, os membros da "Petição dos Cinquenta" tomam uma atitude de clara contestação ao governo da ditadura. Publicam o "Lembaran Putih", ou livro branco, rebatendo a versão oficial dos acontecimentos e exigem a criação de uma comissão de inquérito isenta. O governo é, sem contemplações, acusado de primeiro responsável pela agitação social.

A resposta não se faz esperar: três dos "cinquenta" são presos e enviados a tribunal.

No primeiro julgamento de um dos signatários da "Petição", efectuado em Maio último, o antigo ministro Sanusi, acusado de ter financiado o ataque bombista de 4 de Outubro contra o Bank Central Asia, é condenado a 19 anos de prisão num processo onde outros 28 réus recebem penas até 17 anos de cárcere.

Tensões nas forças armadas

Meses depois, em Novembro, outro julgamento coloca no banco dos réus o tenente-general Dharsono e o *imam* Haji Fatwa encarcerados há um ano por terem sido os principais responsáveis do "Lembaran Putih" cuja



Ali Sadikin assume-se como alternativa

versão dos acontecimentos de Tanjungpriok a acusação pública considera difamatória para a administração e forças armadas. O antigo secretário-geral da ASEAN é condenado a dez anos de prisão no termo de um processo que constituiu, até à data, o maior desafio público ao regime.

O julgamento desenrola-se sob um clima de grande tensão, com milhares de pessoas rodeando o tribunal de Jacarta para ouvirem a principal testemunha de defesa.

Ali Sadikin, antigo governador da capital durante quase dez anos e talvez a personagem de maior prestígio dos "Cinquenta", na casa de quem o "Lembaran Putih" fora redigido, acusa o exército de ter disparado indiscriminadamente contra os fiéis da mesquita de Tanjungpriok matando mais de 70 pessoas e passado depois com camiões sobre os corpos caídos. Debaixo dos aplausos da multidão, Sadikin profere enérgico requisitório contra o re-

gime acusando-o de agir à revelia da Constituição e trair as suas próprias promessas de democratização.

Realçando o peso político desse antigo delfim de Suharto, que dirá na altura à imprensa estrangeira existirem actualmente na Indonésia só dois endereços importantes, o do presidente e o seu, vários camiões com fuzileiros navais — Sadikin vem da escola da marinha — estacionam em redor do tribunal numa evidente demonstração de força de apoio a um homem que se assume como alternativa ao regime. Um acto de desobediência militar sem precedentes que mostra não estarem as forças armadas indonésias tão disciplinadas e unidas



Presidente Suharto

como tentam fazer crer Suharto e Mardani.

Forças armadas corroídas por um sentimento de impotência nascido dos fracassos da guerra de desgaste de dez anos em Timor Leste, onde a corrupção e os lucros só beneficiam alguns

generais e oficiais superiores. O afastamento e a destituição de vários chefes militares discordantes do modo como Suharto e Murdani conduzem a guerra na antiga colónia portuguesa é o segredo militar mais mal guardado na Indonésia.

Desde a invasão de Dezembro de 1975, calcula-se terem passado por Timor Leste quase um milhão de soldados indonésios. No seu regresso, esses soldados são as melhores testemunhas da resistência de uma guerrilha mal armada e sem "santuários" que já provocou — segundo reconheceu o próprio governo de Jacarta — mais de 20 mil baixas ao exército de ocupação. Uma situação de impasse com tempo suficiente para, forçosamente, não deixar de abalar a disciplina nas fileiras das forças armadas indonésias, cada vez menos confiantes nas "ofensivas vitoriosas" ciclicamente anunciadas pelo estado-maior.

Desenvolvimento acelerado versus austeridade económica

O endurecimento da oposição interna e da confrontação étnico-religiosa surge na fase de abrandamento do desenvolvimento económico vindo com as reduções drásticas dos rendimentos do petróleo.

Décimo produtor mundial, a Indonésia perde cerca de 400 milhões de dólares sempre que o preço do barril de petróleo desce um dólar no mercado internacional.

Para diminuir as perdas provocadas pela baixa das cotações petrolíferas, o governo de Suharto anunciou recentemente ir aumentar para 1,5 milhões de barris diárias a actual extração de 1,3 milhões. No entanto, a Indonésia verá agravados os proble-

mas de escoamento dos hidrocarbonetos: com o mercado internacional saturado, o principal comprador do seu *crude*, o Japão, começou a ser disputado pela China que oferece preços mais baixos dos propostos por Jacarta.

A pauta das exportações (*crude* e gás natural contribuem com 66%) ressente-se também com a queda de preços de outros produtos que a Indonésia vende ao estrangeiro: borracha, madeira, estanho, café (quarto produtor mundial), chá (sexto produtor mundial), banana (sexto produtor mundial), cacau, óleo de palma, lâ em bruto, pesca (décimo produtor mundial).

Com uma conjuntura económica internacional adversa, os encargos da dívida externa de 27 mil milhões de dólares, em 1984, saltam em cada ano (em 1983 absorveram 19% das receitas das exportações) e a balança comercial entrou em défice no ano fiscal de 1983/84 depois de um *superavit* de 13,1 mil milhões de dólares em 1980.

Por outro lado, o crescimento na agricultura é quase totalmente anulado pelo aumento demográfico e a mecanização dos campos, incrementada na euforia do *boom* petrolífero, provocou desemprego rural, principalmente feminino. E enquanto a força de trabalho aumenta dois milhões de indivíduos por ano, o sector industrial não chega a absorver um décimo desse número.

Terceiro produtor mundial de arroz, com uma colheita estimada para 1985 de 26 milhões de toneladas (que permitiria, pela primeira vez, exportar esse alimento base), em 1983, a Indonésia teve de comprar no mercado externo 1,2 milhões de toneladas, o que fez do país o maior importador mundial do produto.

Com o potencial demográfico

que dispõe, bom preço da mão-de-obra, apreciável ritmo de crescimento industrial na última década e vinte anos de estabilidade política, a Indonésia oferece ainda sólidas garantias ao capital estrangeiro.

Mas os investimentos japoneses (36% do capital estrangeiro durante o período de 1967 a 1982), norte-americanos, de Hong-Kong, canadianos ou holandeses — os grandes exportadores de capitais para a Indonésia — dão ultimamente sintomas de retracção. Este dado novo que preocupa as autoridades de Jacarta pode não ter como única explicação a sedução dos países investidores pelo fabuloso mercado chinês a abrir-se lentamente às potências capitalistas. Começam também a agir nos cálculos frios dos "donos do dinheiro" os sinais vindos do arquipélago da agitação e do acirrar de conflitos anunciadores de "fim de época".

No entanto, a confiança do capital estrangeiro (o investimento externo representa quase um terço do investimento total indonésio) é mais do que nunca necessária com o irreversível encerramento do ciclo de ouro do desenvolvimento baseado na venda do petróleo caro.

Suharto, que se fez chamar "pai do desenvolvimento" para suceder a Sukarno, o "pai da independência", vê-se agora compelido a praticar uma política de austeridade e impedido de realizar este ano qualquer grande projecto económico. O "presidente do sorriso" (outro dos epítetos da sua preferência sugeridos à imprensa oficial), arrisca-se a enfrentar o futuro da Ordem Nova e a sua reeleição em 1987 num cenário carregado de factores de desestabilização a que não está habituado.

Carlos Pinto Santos

O desprezo pelo futuro

Ao ritmo actual, mais de 4,5 milhões de crianças brasileiras - 4 milhões delas com menos de um ano de idade - morrerão, nos próximos 15 anos, de males evitáveis

São quase 300 mil crianças brasileiras que morrerão por ano, antes de completar o primeiro aniversário, de diarreia, desnutrição, infecções várias e de seis doenças evitáveis: tosse convulsa, difteria, poliomielite, sarampo, tétano e tuberculose. Quase 800 crianças mortas por dia, cerca de 30 por hora. Se estendemos o limite da faixa etária aos cinco anos, são três crianças mortas em cada cinco minutos. Em cada 10 que morrem na América Latina, quatro são brasileiras.

Estes dados, referidos no relatório intitulado "Situação Mundial da Infância - 1985", do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), colocam o Brasil em sétimo lugar no mundo em números absolutos de mortalidade infantil, precedido apenas pela Índia, China, Indonésia, Nigéria, Bangladesh e Paquistão, muito embora a economia brasileira seja uma das dez maiores do planeta.

A causa maior

A diarreia foi responsável por quase 30% - 87 mil - dos óbitos de menores de um ano de idade no ano passado. No Nordeste, o índice sobe a 40%. Aliás, a taxa

de mortalidade infantil (TMI)¹ nordestina equivale à dos países mais pobres do mundo: em 1980, era superior a 120, mais do dobro do limite fixado pela Organiza-

¹ A TMI é o número de crianças que morrem com menos de um ano de idade por cada mil natos-vivos.

Mundial de Saúde, que é de 50 em mil. Ou seja: com menos de 30% da população brasileira, o Nordeste é responsável por metade dos óbitos infantis do país e por 20% dos latino-americanos. Só por estes dados pode-se deduzir que todas as causas imediatas de mortalidade infantil até agora mencionadas estão intimamente relacionadas com uma causa maior: a pobreza, ou melhor dizendo, a miséria.

Segundo a Dra. Fúlia Rosenberg, a maior parte das mortes infantis "resulta do efeito combinado de doenças infecciosas, desnutrição e carência de saneamento básico". Em regiões desprovistas de redes de esgoto, como é o caso, por exemplo, da Baixada Fluminense, na perife-



Com menos de 30% da população brasileira, o Nordeste é responsável por metade dos óbitos infantis do país e por 20% dos latino-americanos

ria do Rio de Janeiro, a TMI é maior. Nessa área, com quase três milhões de habitantes, morrem de 80 a 100 crianças em mil antes de completar o primeiro ano de vida. O rendimento médio ali é pouco superior ao salário mínimo (55 dólares). No Nordeste, 80% das crianças com menos de seis anos provinham, em 1980, de famílias de baixo rendimento, inferior a dois salários mínimos por mês. É dessas famílias que saem os "anjinhos" — crianças muitas vezes enterradas dentro de caixas de sabão em pó — a que o jornalista Ivo Patar-

rem e vivem à custa de expedientes muitas vezes ilegais nas ruas das grandes cidades brasileiras. São, em geral, "órfãos de pais vivos", conforme a expressão de uma especialista da Câmara Municipal de São Paulo citada pelo semanário *Istoé*, de 12 de Janeiro de 1983, menores semi-abandonados ou deixados pelos pais no processo de desagregação familiar provocado pela miséria. Na sua maioria, crianças com crescimento físico e desenvolvimento mental retardados pela subnutrição. Para elas, já não há grande espe-

mente, de constituir futura mão-de-obra gratuita, muitos senhores de escravos largavam-nos à própria sorte. Foi a fundação da delinquência juvenil no país e também a causa das primeiras preocupações do Estado brasileiro com a infância. Mas, a ideia de que ele deveria assisti-la só começou a ganhar terreno na década de 20 e a adquirir força legal com a Constituição de 1934, que, no seu artigo 138, "estabelecia, pela primeira vez, que a União, os estados e os municípios deviam amparar a maternidade e a infância, assim como adoptar medidas legislativas e administrativas tendentes a restringir a mortalidade e a morbidade infantis".²

Muitas medidas foram tomadas desde então, incluindo a criação, em 1940, do Departamento Nacional da Criança (DNCr), órgão ligado ao Ministério da Educação e Saúde, e mais tarde transformado, sucessivamente, em Coordenação de Proteção Materno-Infantil e Divisão Nacional de Proteção Materno-Infantil. Programas e siglas não faltaram: somente durante os 20 anos do regime militar iniciado em 1964, houve, entre outras iniciativas, o Programa de Saúde Materno-Infantil (PSMI) e o Programa de Nutrição em Saúde (PNS), aos quais se somariam, em 1984, o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher e da Criança (PAISMC), e, em 1985, o Programa de Suplementação Alimentar (PSA). Através deste último, o governo do presidente José Sarney pretende beneficiar mais de 10 milhões de gestantes, nutrizes e crianças de até três anos de idade.

Ao longo de tantas siglas, a TMI média no Brasil diminuiu de 121, em 1960, para 87, em



O problema do menor abandonado começou no Brasil com a Lei do Vento Livre: essas crianças eram largadas à própria sorte

ra se refere no livro "Fome no Nordeste".

No Brasil, havia, em 1982, 43 milhões de menores de 18 anos oriundos de famílias com menos de dois salários mínimos. Os que sobreviveram às infecções perinatais, à diarreia, às seis doenças evitáveis mediante vacinação, às moléstias parasitárias e respiratórias e à desnutrição vieram, em grande parte, engrossar as legiões de "meninos da rua", que mo-

rança, sobretudo tratando-se de portadoras de lesões cerebrais decorrentes da desnutrição nos três primeiros anos de vida.

Problema antigo

O problema é antigo no Brasil. Vem desde a aprovação, em 1871, da Lei do Vento Livre, que considerava livres os filhos que os escravos teriam a partir de então. Como os beneficiados pela lei deixavam, automatica-

1980, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mas, este facto não chega a ser motivo de alívio, já que a tendência de queda da TMI é mundial, como resultado dos progressos da medicina. Ao contrário, a situação brasileira neste campo, se comparada à de outros países, é deprimente, já que a TMI tem caído no Brasil a um ritmo bem mais lento: de 1960 a 1982, caiu 41%. No mesmo período, países como Cuba e a Colômbia, com Produtos Nacionais Brutos (PNB) *per capita* bem inferiores ao brasileiro, registavam quedas de 70% e 44%, respectivamente. Nos tempos do chamado "milagre económico", com os índices oficiais de crescimento subindo em flecha, a tendência à redução da TMI chegou a ser invertida em regiões industrializadas do Brasil, como São Paulo.

Medidas simples

Conclui-se assim que não é só o subdesenvolvimento que contribui para elevar a TMI. Um desenvolvimento económico que não leve em consideração o bem-estar da população, como o que aconteceu no Brasil no início dos anos 70, tem o mesmo efeito negativo. Só um desenvolvimento integrado e voltado para os interesses das massas populares pode reduzir a mortalidade infantil até ao limite considerado aceitável pela UNICEF. O que não significa que se tenha que aguardar que uma revolução humanista venha a solucionar o problema. Vários países de diferentes sistemas e regimes, como a China, Sri Lanka, República da Coreia, Cuba, Costa Rica, Singapura e Índia têm levado a cabo, com êxito, esforços maiores pela sobrevivência infantil.



Só um desenvolvimento integrado e voltado para as massas populares pode reduzir a mortalidade infantil até ao limite considerado aceitável

Tais esforços baseiam-se em grande parte, no que a UNICEF chama de Conjunto de Ações Simples para a Sobrevivência e Desenvolvimento Infantil. Trata-se de uma série de medidas pouco onerosas, mas de eficácia comprovada nos países em que vêm sendo adoptadas: o incentivo ao aleitamento e a orientação adequada no desmame; a Terapia de Reidratação Oral (TRO), que constitui o método mais eficiente de combate às doenças diarreicas; o acompanhamento do crescimento; o emprego da vitamina A; e, finalmente, a imunização contra as seis doenças evitáveis. Não são medidas caras: o custo da imunização de todas as crianças do mundo equivale ao de três modernos aviões militares. Não obstante, em 1984, menos de 20% das crianças do Terceiro Mundo estavam imunizadas contra essas seis doenças.

O Brasil tem realizado alguma coisa quanto ao aleitamento materno e à imunização. A campanha lançada há cerca de dois anos em prol do aleitamento já produziu resultados qualificados pela UNICEF de importantes. E a campanha de imunização de

1984, que mobilizou mais de 400 mil voluntários em 90 mil postos de vacinação em todo o país, deixou dois milhões de crianças menores de dois anos vacinadas contra o sarampo; 1,5 milhão contra a difteria, a tosse convulsa e o tétano; e quase a totalidade das crianças brasileiras contra a poliomielite.

Pode-se então, apesar disso, falar de desprezo do Estado brasileiro em relação às crianças? Sim, porque elas — o tão decantado "futuro do País" dos discursos oficiais — precisam de uma actuação bem mais efectiva e constante dos órgãos responsáveis, para que o Brasil possa alcançar neste campo até mesmo países mais pobres, como Cuba e a Colômbia. Não bastam campanhas esporádicas e programas com títulos sonoros — como o "Primeiro, a Criança", que o governo Sarney tem levado a cabo — para reduzir a níveis aceitáveis a TMI, que o Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República estimou em 60, no sul do país (no estado de Santa Catarina, é de 27), e 120, no Nordeste.

Artur José Poerner
terceiro mundo — 63

LIVRO-TRACO DE UNIÃO ENTRE QUEM FALA PORTUGUÊS

ESTAMOS ONDE VOCÊ ESTÁ • CONTACTE-NOS!



1945-1985
40 ANOS
A EDITAR LIVROS
COM O FUTURO PRESENTE
SOMOS
PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA

Ainda há muito por fazer

Os problemas da mulher no trabalho, na procriação, na mortalidade e na migração, analisados num relatório das Nações Unidas

“Setenta e cinco por cento das mulheres do mundo vivem em países em desenvolvimento. Em comparação com as mulheres dos países desenvolvidos, têm taxas de natalidade mais altas, níveis de alfabetização e educação mais baixos, oportunidades de obter trabalho remunerado mais limitadas e menor acesso aos benefícios sociais e económicos. A sua esperança de vida (58 anos) é 19 anos mais curta”, afirma o relatório “Estado da População Mundial 1985” da ONU, dedicado a um exame das questões populacionais e da mulher no contexto do desenvolvimento, do qual extraímos alguns capítulos que apresentamos em seguida.

A mulher e o desenvolvimento

Calcula-se que havia, em 1980, 824 milhões de analfabetos no mundo. Desses, 60% eram mulheres, número que tem aumentado mais rapidamente do que o dos homens. Entre 1980 e o ano 2000, estima-se que o número de analfabetos nos países desenvolvidos diminuirá em cinco milhões. Nos países do Terceiro Mundo calcula-se que aumentará de 491 para 552 milhões. O número de analfabetos diminuirá na América Latina e nas Caraí-

bas: o aumento acontecerá na Ásia e na África.

As taxas de participação da força de trabalho revelam diferenças importantes entre os homens e as mulheres. As estimativas das Nações Unidas indicam que, em 1975, 29% das mulheres trabalhavam, em comparação com 27,5% em 1950, proporção inferior à cifra correspondente de 53,8% para os homens. Os dados sobre o emprego feminino são incompletos, especialmente nos países subdesenvolvidos, já que a maioria das mulheres

dedica à economia familiar. A proporção de mulheres empregadas em sectores modernos como a indústria, transporte, comunicações e administração é bastante inferior às proporções correspondentes à mão-de-obra masculina.

As mulheres constituem também a maioria dos pobres e é urgente que se acelere o seu acesso ao emprego, à educação e à saúde. A participação feminina na elaboração de políticas e de decisões é um meio de se alcançar esses objectivos de desenvolvimento, assim como uma forma de se conseguir a igualdade em relação ao homem.

O lugar da mulher na sociedade é peculiarmente determinado pelo seu duplo papel na família e na economia. O equilíbrio entre ambos os papéis depende de uma combinação de factores económicos, sociais, culturais e institucionais: qualquer mudança terá invariavelmente efeitos corres-



As mulheres do Terceiro Mundo têm menos acesso ao trabalho e à saúde

QUADRO 1
TAXA GLOBAL DE FECUNDIDADE
ESTIMADA E PROJECTADA*

	1970	1980-85	1995-2000
Mundo	4,53	3,55	2,98
Países desenvolvidos	2,17	1,98	2,03
Países em vias de desenvolvimento	5,33	4,09	3,20
Africa	6,49	6,43	5,81
África Central	6,75	6,79	6,42
África Austral	6,00	6,03	5,77
África Ocidental	6,29	6,01	4,46
África Oriental	5,43	5,21	4,62
Norte de África	6,48	6,86	6,51
América Latina	5,02	4,12	3,13
Caráibas	4,54	3,36	2,94
América Central	6,33	4,76	3,29
América do Sul temperada	3,18	3,21	2,65
América do Sul tropical	4,98	4,13	3,17
Ásia	5,23	3,56	2,63
Sul da Ásia	4,66	2,30	1,92
Ásia Ocidental	5,74	4,65	3,19
Ásia Oriental	5,37	4,11	2,75
Sudeste Asiático	5,87	4,78	3,24
Sudoeste Asiático	5,94	5,46	4,26
América do Norte	1,95	1,85	2,07
Europa	2,16	1,90	1,87
Oceania	3,15	2,71	2,49
URSS	2,42	2,36	2,34

* A taxa global de fecundidade indica a magnitude aproximada do "tamanho da família completa", isto é, o número médio de filhos de uma mulher durante a sua vida.

Fonte: Nações Unidas, Departamento de Assuntos Económicos e Sociais Internacionais: *World Population Prospects, Estimates and Projections as Assessed in 1982*, Nova Iorque, 1985

pondentes, por exemplo, na procriação, na mortalidade e na migração. É exactamente por isso que se devem incluir nas preocupações mundiais em matéria de população considerações sobre o papel e a condição da mulher. A questão fundamental é saber qual é a participação da mulher na tomada de decisões dentro da família e da sociedade.

A mulher e a procriação

As recomendações da Conferência Internacional sobre Popula-

lação dizem explicitamente que a obtenção da igualdade para a mulher depende de forma crucial dos seus direitos em matéria de procriação. Nos países desenvolvidos, a mulher desfruta normalmente das liberdades básicas em matéria de procriação, tais como o conhecimento dos métodos anticoncepcionais e o acesso aos mesmos, o que lhe permite controlar a sua própria fecundidade. Nesses países, a mulher luta por uma maior participação na tomada de decisões políticas e económicas, e por uma maior

participação do homem como pai e nas actividades tradicionalmente reservadas à mulher.

Ao contrário, o melhoramento da condição da maioria das mulheres nos países em desenvolvimento vê-se travado pela falta de liberdade em matéria de procriação. Como esse factor se combina com a mortalidade infantil elevada, o valor económico dos filhos e as atitudes tradicionais em relação ao tamanho da família, o resultado são as altas taxas de natalidade.

A consequência para as mulheres é que, devido às exigências impostas pelos partos e pela criação dos filhos, ficam excluídas da educação escolar e profissional, dos empregos que não correspondam às esferas tradicionais do trabalho feminino no lar e da participação em questões políticas locais e nacionais. Além disso, a saúde das mulheres é prejudicada e a sua vida encurtada devido aos anos dedicados à gravidez e à criação dos filhos.

As altas taxas de natalidade continuarão a restringir o papel produtivo da mulher nos sectores não-tradicionais em muitos países em desenvolvimento. Inclusive, até ao final deste século, em África, as mulheres terão em média 5,81 filhos, ou seja, apenas ligeiramente menos do que a média de 6,75 do período quinquenal de 1970-1975. Na África oriental e ocidental, haverá apenas uma diminuição pouco significativa no número médio de filhos até ao ano 2000. América Central e América do Sul tropical, Ásia meridional e Ásia ocidental são as outras regiões onde o número médio de filhos será superior a três no final deste século. Para os países desenvolvidos, calcula-se que o número médio de filhos estará reduzido a

menos de dois, o que fará estabilizar a população.

A mulher e a mortalidade

A Conferência Internacional sobre População recomendou um esforço aos países com alto nível de mortalidade para alcançarem uma esperança de vida à nascença de pelo menos 60 anos, enquanto que os países com um nível de mortalidade intermédio devem tentar conseguir uma esperança de vida de pelo menos 70 anos para o ano 2000.

As estimativas das Nações Unidas sobre esperança de vida à nascença mostram que para o ano 2000 esta deverá ter aumentado de 56,6 em 1980-85 para 61,6 anos em relação ao total da população, e no caso específico das mulheres, de 57,7 anos e 63,1 anos. Se não forem tomadas medidas especiais, parece remota a possibilidade de se conseguir uma esperança de vida mínima de 60 anos nos países com um alto nível de mortalidade. A esperança de vida estimada para o total da população de África para o ano 2000 é de apenas 55,7 anos, 57,4 anos no caso das mulheres. As projeções indicam ainda que essa meta não será alcançada na Ásia meridional, onde a esperança de vida aumentará apenas para 57 anos no ano 2000.

Em todas as regiões do mundo, à excepção da Ásia meridional, a esperança de vida é mais alta para as mulheres do que para os homens. A África tem as esperanças de vida mais baixas, mantendo a diferença por sexos, embora essa diferença seja pequena. Na Ásia meridional, ao contrário, a esperança de vida é maior para os homens, situação que se manterá no ano 2000.

Um dos graves riscos de saú-



O grande número de partos aumenta a taxa de mortalidade materna

de das mulheres dos países do Terceiro Mundo é a gravidez repetida. Nos países desenvolvidos, onde os cuidados médicos e sanitários são bons e existem registos bem documentados, a mortalidade materna varia entre 5 e 20 em 100 mil nados-vivos. São raros os dados sobre mortalidade materna nos países em desenvolvimento e os elementos de informação baseados em estudos especiais indicam que as taxas de mortalidade materna poderiam ser, em alguns casos, superiores a 500 em 100 mil nados-vivos, podendo chegar até a 1.000 em 100.000 nalgumas partes de África.

A Organização Mundial de Saúde calculou que em 1980 nas regiões com mais altas taxas de mortalidade materna, ou seja, na

maior parte de África e da Ásia ocidental, meridional e oriental, cerca de meio milhão de mulheres faleceram por motivos ligados à maternidade. Na América Latina, as taxas de mortalidade materna parecem ser muito mais baixas, mas é provável que os registos sejam incompletos.

As gestações frequentes muito precoces ou muito tardias aumentam os riscos tanto para a mãe como para o filho. Na maioria dos países em desenvolvimento, particularmente nas zonas rurais, raramente existem parteiras qualificadas, o que causa frequentemente mortes devido a complicações na hora do parto.

A mulher e a migração

Muitos problemas populacionais têm origem na migração: co-



As camponesas são ignoradas pelos projectos agrícolas

mo é afectada a fecundidade? São mais altas as taxas de doença e de mortalidade entre os mi-

grantes? Existe discriminação contra as mulheres migrantes em termos de salário e de emprego?

A Conferência Internacional sobre População reconheceu os problemas especiais com que se confrontam as mulheres migrantes, especialmente nos países do Terceiro Mundo, tendo recomendado o seguinte:

“Os governos devem adoptar políticas eficazes para ajudar as mulheres migrantes, especialmente as trabalhadoras agrícolas e as mulheres, crianças e velhos que tenham ficado sem apoio nas zonas rurais. Pede-se também aos governos que prestem uma atenção especial às dificuldades de adaptação com que deparam nas zonas urbanas as mulheres migrantes de origem rural e que sejam adoptadas medidas apropriadas para fazer frente a essas dificuldades.”

Esta recomendação reconhece a importância da migração da mão-de-obra agrícola feminina

QUADRO 2
VALORES MÉDIOS (NÃO PONDERADOS) DE INDICADORES DEMOGRÁFICOS
SELECCIONADOS E DA FORÇA DE TRABALHO DE GRUPOS CLASSIFICADOS DE
ACORDO COM A ESTRUTURA DO EMPREGO, DADOS RECENTES

Proporção activa de mulheres Grupo de 15 ou mais anos	Taxas específicas de participação por idades			Taxa de participação por estado civil			Taxa Bruta de Reprodução
	- 25	25-54	55 ou mais	Solteiras	Casadas	Divorciadas/Viuvas	
I	42,5	54,2	52,0	19,2	49,8	35,6	32,5
II	27,4	48,6	28,6	11,7	61,2	5,3	26,3
III	37,5	59,3	48,1	18,9	50,1	34,2	24,2
IV	48,9	54,3	68,1	20,7	56,0	50,0	35,3
V	23,6	32,3	24,1	9,9	35,4	10,8	22,8
VI	19,6	20,8	19,3	11,1	34,3	9,3	39,4
VII	5,9	10,8	8,7	4,3	—	—	3,15

- Grupo I Participação: agricultura, baixa; actividades modernas, alta
- Grupo II Participação: agricultura, baixa; actividades modernas, média
- Grupo III Participação: agricultura, média; actividades modernas, média
- Grupo IV Participação: agricultura, alta; actividades modernas, alta
- Grupo V Participação: agricultura, baixa-média; actividades modernas, baixa
- Grupo VI Participação: agricultura, baixa-média; actividades modernas, muito baixa
- Grupo VII Participação: agricultura, baixa; actividades modernas, mínima

Fonte: Nações Unidas, Departamento de Assuntos Económicos e Sociais Internacionais. Divisão de População. Report on Monitoring of Population Trends (mimeografado) E/CN.9/XX/CPR.1 Janeiro de 1979, pág. 400.

das zonas rurais para as urbanas. Os trabalhadores agrícolas são os mais pobres entre a população rural dos países subdesenvolvidos e, quando migram para as zonas urbanas, passam normalmente a fazer parte do contingente de mão-de-obra não-qualificada, ou seja, trabalham na construção civil, serviços domésticos ou outros trabalhos mal remunerados e sem segurança. Acabam por viver em bairros de lata ou em residências precárias que carecem de rede de água e de saneamento adequados, sem qualquer acesso aos serviços sanitários ou outros serviços sociais. Estas condições provocam altas taxas de doença e de mortalidade infantil entre a população migrante.

Por último, as mulheres são também gravemente afectadas pelos movimentos de refugiados.



As mulheres também são afectadas pelos movimentos de refugiados

Muitas vezes as refugiadas ficam separadas do lar e da família. Nessas circunstâncias, podem ser exploradas de diversas maneiras. É importante que se identifi-

quem os problemas específicos com que se defrontam as refugiadas e se tomem medidas internacionais para proteger os seus interesses e bem-estar.

Mulher/Notas

CHILE: A MULHER NA LÓGICA MILITAR

A situação da mulher chilena tem-se deteriorado acentuadamente desde que as forças armadas assumiram o poder em 1973. Além dos aspectos repressivos comuns a todos os cidadãos, o militarismo esmagou a mulher porque os seus valores e princípios são baseados na masculinidade, na força, ordem, disciplina, autoridade e hierarquia. A constatação foi feita pela socióloga Maria Elena Valenzuela, durante a Primeira Conferência para o Desarmamento e a Reconciliação dos Povos, realizada em Santiago.

Na sua palestra, "A Mulher e a Desmilitarização", a integrante da Associação Chilena de Pesquisas para a Paz (CHIP) afirmou



que, para o general Pinochet, "a mulher, quando se torna mãe, não deve esperar mais nada no campo material. Procura e encontra no próprio filho a finalidade da sua vida, o seu único tesouro e a meta de todos os seus sonhos". A situação legal da mulher também não escapa a esse esquema, pois o próprio Código Civil chileno compara as

mulheres casadas às crianças e deficientes mentais, legalmente considerados incapazes.

A filosofia do governo militar — acrescentou a socióloga — é a de incultar a ideia de que o lugar da mulher é dentro de casa. O trabalho remunerado fora do lar é visto apenas como uma necessidade financeira, que desvia a mulher das suas tarefas tradicionais.

Quanto ao tema "Paz e Desarmamento", Maria Elena declarou que a paz mundial interessa às mulheres, mas que também é preciso não esquecer "a paz de todos os dias, a não-violência quotidiana. Uma paz que substitua o medo de sermos agredidas, violentadas, reprimidas, eliminando as formas de violência".

Odette Magnet Ferrero/
Ana Marfa Foxley

A crise ecológica

O círculo vicioso de destruição das florestas, a seca e os distúrbios climáticos colocarão em risco, nos próximos anos, a produção agrícola mundial

O mundo vive hoje um processo gradual de crise ecológica que é, em grande parte, consequência da destruição das florestas. Inundações, secas, granizos e tempestades — com colheitadas destruídas e prejuízos de milhões de dólares — fizeram surgir uma consciência ecológica nova e muito mais forte do que no passado.

A sociedade industrial consumista começa a interessar-se agora pelo respeito à vida porque as suas estruturas económicas estão

a ruir diante da acção da “linguagem da Natureza”, como foi chamada pelo norte-americano John Hamaker.

A advertência da OMM

A Organização Mundial de Meteorologia fez uma advertência em 1965: “nos próximos 20 anos o planeta sofrerá transformações climáticas profundas e difíceis de prever”. Os países deveriam “criar grandes stocks de cereais, evitar o desmatamento e

investir em estudos meteorológicos”. A advertência, porém, não foi ouvida.

Quase 20 anos mais tarde, em Junho de 1984, o director do Observatório Nacional de Meteorologia do Brasil, Ronaldo de Freitas Mourão, comentava as frequentes catástrofes climáticas no seu país: “há muitas hipóteses sobre os factores determinantes das transformações do clima da Terra. Segundo alguns, são causadas pela superactividade do Sol. Outros dizem que a razão é o excesso de partículas vulcânicas na atmosfera. Um terceiro grupo pensa que a crescente quantidade de gás carbónico (dióxido de carbono) no ar é a causa das catástrofes”.

Mourão acrescentou que uma grande parte dos meteorologistas mais qualificados é da opinião que a morte das florestas e a consequente diminuição da área verde são, na realidade, a razão



Deter o desflorestamento: um imperativo perante os desastres climáticos que têm ocorrido nos últimos 20 anos

mais importante da transformação dos padrões climáticos.

Entretanto, não se pode interpretar a destruição das florestas como um fenômeno isolado e independente do aumento de gás carbônico na atmosfera. Os dois factos estão ligados. As árvores e as áreas verdes purificam o ar do planeta, absorvendo gás carbônico. O rápido processo de destruição das florestas, somado ao aumento de gás carbônico na atmosfera, configura um verdadeiro processo de suicídio coletivo.

As reiteradas advertências dos ecologistas e dos organismos internacionais não foram ouvidas. Hoje em dia a televisão e os jornais mostram constantemente várias catástrofes relacionadas com o clima, além de novos recordes de temperatura. Os padrões climáticos do planeta tornaram-se totalmente irregulares desde que o dióxido de carbono na atmosfera chegou a 345 partes por milhão (o nível normal é de 280 p. p. m.).

A teoria mais conhecida sobre as consequências do aumento de dióxido de carbono na atmosfera afirma que o processo causa um aquecimento da mesma, ou "efeito estufa". Ele permite que o calor do sol penetre na atmosfera e aqueça a Terra, mas inibe a saída das radiações térmicas para o espaço. Segundo o governo norte-americano, a partir de 1990 poderemos assistir a um aquecimento considerável da atmosfera, com um parcial degelo das camadas polares. Vários cientistas prevêem um enorme aumento do volume de água nos oceanos e a inundação de cidades costeiras.

Outra teoria, contudo, vem ganhando uma credibilidade crescente. Uma ideia anunciada por alguns climatologistas no in-

cio da década de 70 teve uma formulação acabada por John Hamaker e Don Weaver, no livro *"The Survival of Civilization"* (1982). Os autores afirmam que o "efeito estufa" ocorre, na realidade, apenas nas áreas tropicais e semitropicais e que o resultado final do excesso de gás carbônico será o arrefecimento do clima e a entrada da Terra numa nova era glacial.

Os pólos tornam-se mais pesados e os oceanos, com menos água, ficam mais leves. Os pontos geologicamente sensíveis da crosta terrestre são levados a entrar em actividade, multiplicando a quantidade de terremotos e erupções vulcânicas. O número de nuvens no céu tende a crescer muito devido à evaporação.

Gil Russo, especialista do 8º Distrito Meteorológico do Bra-



O "efeito estufa" pode provocar a inundação de muitas cidades costeiras

O aumento dos pólos

Devido ao calor excessivo do "efeito estufa" inicial, segundo a teoria de Hamaker e Weaver, a evaporação dos oceanos, lagos e rios tem-se acelerado. O ar aquece-se e tem aumentado o seu nível de humidade. O ar aquecido sobe, expande-se e vai em direção aos pólos. Enquanto isso, ar frio e seco sai dos pólos para as regiões tropicais e subtropicais, pela atmosfera inferior. Por meio deste sistema de circulação, a água vai sendo transferida dos oceanos para os pólos, onde chega em forma de neve. A região polar recebe mais gelo e cresce.

sil, informa que actualmente chega ao seu país uma média de três frentes frias por semana, provenientes da zona polar, facto que é relativamente recente. Isto provoca necessariamente a deslocação de ar quente e húmido para o pólo, em substituição do ar frio e seco que chega. Segundo John Hamaker, o excesso de dióxido de carbono provoca também o aumento de nuvens. Somado ao aumento de gelo nos pólos, este fenômeno devolve ao espaço uma grande quantidade de calor solar, o que motivará o aparecimento de uma nova era glacial que durará milhares de anos.

Durante o processo de transição — diz Hamaker — a agricultura sofrerá um colapso geral. A alternativa seria um esforço à escala mundial para remineralizar o solo e reflorestar a superfície do planeta, enquanto se procura reduzir drasticamente a libertação de gás carbónico para a atmosfera. Para isso seria necessária uma profunda transformação política da sociedade, que contemplasse a organização desta à escala planetária, comum e pacífica, já desejada por muitos para o século XXI.

Neve em regiões quentes

"As florestas tropicais ocupam 35% do território sul-americano e são um factor determinante do clima mundial", diz o relatório final do 16º Congresso pela Conservação da Natureza (Madrid, Novembro de 1984). "No entanto — continua o documento — elas estão a desaparecer à velocidade de 40.000 km² por

ano". Esta realidade, por si só preocupante, pode ser ainda mais grave: segundo o ecologista brasileiro José Lutzenberger, a cifra calculada é muito optimista. "Só na região amazônica brasileira 100.000 km² de florestas tropicais são destruídos anualmente".

Quando começou a colonização do Brasil, no século XVI, havia dois milhões de quilómetros quadrados de floresta na Mata Atlântica, na região sudeste. Agora apenas 3% dessa área têm árvores. Os últimos exemplares de centenas de espécies de animais estão a ser dizimados, juntamente com as florestas que são derrubadas e incendiadas. Em estados como os do Rio Grande do Sul e Bahia, nos quais uma terça parte do território estava coberto por florestas, a proporção actual é de apenas 1%. O estado do Espírito Santo tinha 90% de florestas, agora reduzidas a 2%. O Rio de Janeiro tinha também 90%, sendo o estado que menos so-

freu, proporcionalmente, a acção predatória do homem. Ainda assim, as suas florestas ocupam actualmente uma inexpressiva área equivalente a 13% do seu território. São Paulo, Santa Catarina e Paraná desceram de 85% para uma cifra dramática de 3% a 6% de zona florestal. No estado de Minas Gerais, as florestas diminuíram de 45% para 3%.

Em Agosto de 1984, pela primeira vez na história, nevou na cidade de Porto Alegre (Brasil). Em Junho de 1985, nevou fortemente num lugar normalmente ainda mais quente do que Porto Alegre, próximo da cidade do Rio de Janeiro. Em Outubro de 1985, uma tempestade de granizo destruiu todos os telhados da pequena cidade de Itabirinha, em Minas Gerais, próxima do Paralelo 20, numa região bastante quente. Morreram 29 pessoas, houve 800 feridos e as plantações foram destruídas. As pedras de gelo tinham o tamanho de laranjas, às vezes maiores. "Para

A EROSÃO NO BRASIL

Em termos financeiros, o Brasil ocupa uma posição chave no cenário mundial, pelo facto de ter uma dívida externa bastante superior a 100 mil milhões de dólares. Contudo, e embora pareça surpreendente, a destruição da natureza custa mais caro do que isso. Um funcionário do governo revelou em 1985 que, devido à falta de árvores, a erosão do solo causou perdas em alimentos e fertilizantes cujo valor poderia pagar a dívida externa brasileira em poucos anos. A notícia foi publicada em *Zero Hora*, jornal de Porto Alegre (1 de Abril de 1985) e infelizmente não se tratou de uma piada do dia das mentiras.

Além de evitar a erosão e abrigar centenas de espécies de animais, as florestas purificam o ar e regulam todo o ciclo das águas. A região do Nordeste brasileiro foi-se desertificando progressivamente nas últimas décadas porque as suas flores-

tas foram quase completamente destruídas. Agora a natureza "revoltou-se" na região sul, onde desde os anos 30 ocorre um processo de industrialização. A principal razão das catástrofes continua a ser a falta de florestas.

Em Julho de 1983, os três estados do Sul — Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul — sofreram a "inundação do século". Mais de 300 mil pessoas viram as suas casas invadidas pela água. Houve uma perda de 3 milhões de toneladas de cereais e dezenas de cidades ficaram submersas. Em Junho de 1984, aconteceu nova inundação, com importantes prejuízos para a agricultura e pecuária, tendo ainda causado graves prejuízos na rede rodoviária.

Em 1985, uma enorme inundação cobriu a região Nordeste, tradicional vítima da seca. Em Abril do mesmo ano, 650 mil pessoas ficaram sem casa e mais de 200 morreram. Em Maio houve 800 mil flagelados e mais tarde esse número chegou a um milhão. As autoridades deixaram de informar sobre o número de mortos.

nós" — disse o Presidente da cidade, Clóvis Domingos, surpreso — "o granizo teve as mesmas proporções que o terremoto que abalou a Cidade do México". As tempestades de granizo tornaram-se comuns em diferentes regiões do Brasil.

A seca começa

Em 1985, pouco depois de uma inundação que havia deixado submersas as casas de milhares de pessoas no Rio Grande do Sul, parou de chover. A novidade era o calor em pleno inverno, os recordes de temperatura foram ultrapassados ainda em Outubro. Enquanto a seca adquiria características dramáticas em São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, 30 mil pessoas perdiam as suas casas devido às cheias no estado da Baía. Nessa mesma altura outras 30 mil pessoas estavam desabrigadas devido a uma inundação em Buenos Aires, Argentina.

As consequências dessa seca são sentidas ainda hoje. Em Janeiro de 1986, os quatro estados brasileiros onde se concentra a seca determinaram restrições ao uso de energia eléctrica, devido ao baixo nível dos rios. O racionamento atingiu 600 cidades, com cortes de 20% no consumo doméstico e industrial. Os prejuízos superaram os seis mil milhões de dólares. A água foi



A evaporação da água dos mares tem ocorrido a um ritmo acelerado

igualmente rationada em mais de uma centena de cidades, afectando cerca de 20 milhões de habitantes. A paisagem tornou-se desértica, as colheitas foram perdidas, e segundo as previsões, as chuvas podem escassear até Julho do corrente ano (*Zero Hora*, 13 de Dezembro de 1985).

Enquanto um incêndio criminoso destruía 91.500 hectares de floresta no estado do Mato Grosso do Sul, grandes incêndios acabaram com 4 mil hectares de floresta no estado do Paraná. No Uruguai, 8 mil hectares foram destruídos, por causa da seca. Na Bolívia, inundações atingiram várias cidades e o Paraguai debate-se actualmente com uma grave seca. Estamos num círculo vicioso: a seca, causada pela destruição das florestas,

destroi novas florestas.

Enquanto o governo brasileiro anuncia que terá que importar seis milhões de toneladas de alimentos em 1986, um jornalista de um canal de televisão afirmava: "a boa notícia, que compensa parcialmente a perda das nossas colheitas, é que pelo terceiro ano consecutivo nenhuma excesso prejudicaram as plantações de citrinos nos Estados Unidos, aumentando bastante o preço das laranjas brasileiras no mercado internacional". Uma ironia financeira da mãe natureza. John Hamaker¹ descreveu assim o actual fenômeno:

"A área de gelo, constantemente crescente no hemisfério norte, tem arrefecido essa parte do planeta mais rapidamente do que o hemisfério sul, através da faculdade que tem o seu diferencial de temperatura de atrair as nuvens do hemisfério sul. Assim, o frio vem primeiro para o hemisfério norte e a seca chega primeiro ao hemisfério sul. Tanto o frio como a seca causam destruições agrícolas. O resultado de ambos os fenômenos para a população do mundo é o mesmo: fome para todos dentro de poucos anos".

● Carlos Aveline

¹ Esta citação foi extraída de uma carta enviada por John Hamaker ao autor deste artigo, em Abril de 1985.

Impedir o esbanjamento de recursos naturais

Se fosse possível, por um sonho louco, eliminar da face da Terra toda a porcaria causada pelos países altamente industrializados, não existiria poluição de importância mundial. Desde os materiais radioactivos, cuja disseminação se deve apenas e tão só às nações mais adiantadas em tecnologia, até à crescente e avassaladora maré de detritos e emanações de todo tipo, quase tudo provém de um sofisticado nível de produção imposto pelas grandes potências.

Na agricultura, por exemplo, só as nações mais desenvolvidas têm condições para utilizar em massa os perigosos adubos químicos, pesticidas, praguicidas, herbicidas, biocidas, sintéticos e venenos em geral. Isto porque, devido ao preço, nos países mais pobres da Ásia e África, eles são — e ainda bem — artigos de alto luxo.

Mas a ecologia, na sua concepção forçosamente vasta e geral, tem poderes limitados para controlar o que se passa no mundo.

E um primeiro passo seria a determinação dos casos de real agressão ao meio ambiente com significado internacional.

É necessário, porém, ter cuidado para evitar acções de radicalismo infantil que venham a piorar a situação ao invés de melhorá-la. Como, por hipótese, a proibição pura e simples de certos insecticidas indispensáveis ao agricultor, o que poderia levar a uma

brutal diminuição da produção agrícola nas regiões tropicais. Não se pode afugentar a poluição levantando-se o espantalho da fome.

Por isso, como os maiores focos de poluição se encontram em regiões desenvolvidas, seria importante que por ali se começasse.

No caso dos alimentos, por exemplo, os aditivos químicos foram inventados nos grandes laboratórios transnacionais. A maior fonte de contaminação alimentar nos países pobres ainda se deve à falta de instalações sanitárias para o povo. E os principais agentes poluidores são micro-organismos patogénicos de origem orgânica, que só proliferam devido à falta de rede de esgotos, águas não drenadas e condições miserabilíssimas de habitação e higiene.

Mas a luta contra a poluição nos países pobres torna-se extremamente difícil porque os baixos rendimentos nacionais não permitem a concentração de grandes recursos na luta contra ela. Basta dizer que até hoje — nas zonas rurais de África, Ásia ou da América Latina — há uma total falta de recursos para investimentos na simples conservação do solo, quanto mais para os outros problemas.

Nas zonas urbanas dos países mais pobres, os problemas relativos à deterioração do meio ambiente têm geralmente origem num aproveitamento distorcido



da força de trabalho, com os tecnoratas de gabinete a quererem utilizar métodos de trabalho importante que se começasse por ali, minimamente às condições reais de falta de dinheiro.

Por tudo isso, pouco adianta concentrar as atenções apenas nas consequências da poluição, esquecendo as suas causas. O problema da deterioração do meio ambiente não é apenas de carácter técnico, mas também social, económico, político, antropológico e até cultural.

Atente-se para este facto: se os três quartos da população da Terra que vivem nos países do Terceiro Mundo resolvessem desperdiçar recursos naturais e energia no mesmo ritmo e proporção que os habitantes das nações industrializadas, brevemente não haveria matérias-primas, petróleo, qualquer outro tipo de energia, água, minerais, oxigénio, em resumo, nada.

Qual a solução mais lógica, então?

A resposta só pode ser uma: dar início a uma ação internacional para se impedir o esbanjamento de recursos naturais não-renováveis. Seria um início.

Mas lamentavelmente nada indica que algo venha a ser tentado nesse sentido.

Paulo Ramos Derengoski

Manobras e mecanismos de desinformação

Os meios pelos quais as grandes agências noticiosas deturpam uma informação simulando um estilo "objectivo", na óptica de um dos mais conhecidos escritores e jornalistas latino-americanos

“A história está a ser desfigurada, escondida pelos donos do poder”. A frase é de Eduardo Galeano e creio que pode ser aplicada quase textualmente, não só aos donos do poder político como aos do poder informativo, os quais são normalmente uma extensão do primeiro. Afinal, o que é a desinformação senão uma descaracterização da história, mesmo daquela que está a ser feita neste momento?

Quem são os que têm realmente o poder no campo da informação? Ninguém ignora que existe actualmente uma esmagadora hegemonia das transnacionais, de origem e capital norte-americanos, sendo já um lugar-comum afirmar que 80% das notícias internacionais circulam pelo mundo através de dois canais: a *Associated Press* e a *United Press International*, o que transforma o planeta numa aldeia transnacional, como já foi afirmado.

sociated Press e a *United Press International*, o que transforma o planeta numa aldeia transnacional, como já foi afirmado.

É claro que o mundo subdesenvolvido é a vítima por excelência desse poder. Enquanto as agências noticiosas mais importantes do Terceiro Mundo transmitem apenas 50 mil palavras

por dia, apenas duas das grandes agências norte-americanas emitem, em média, diariamente, 8 milhões de palavras, número suficiente para que o Terceiro Mundo seja informado através desse gigantesco e quase exclusivo emaranhado de difusão política, sobre a maneira como ele próprio vive, luta, sofre e morre.

As transnacionais não só exercem a desinformação como também utilizam um código, uma gramática normativa dessa cíclida. Qualquer jornalista que tenha trabalhado num jornal da órbita capitalista sabe que se deve cingir a esse código, o qual é permanentemente reajustado e actualizado. Mencionamos uma das mais recentes: os homens armados, organizados e remunerados pelos Estados Unidos, que combatem o governo sandinista



Ninguém ignora que 80% das notícias circulam pelas transnacionais de origem norte-americana



"Por mais convincentes que sejam os argumentos utilizados, estão parcialmente invalidados pela mutilação do acontecimento que é objecto de informação"

a partir das suas bases nas Honduras, jamais devem ser chamados de contra-revolucionários mas sim de lutadores democráticos, mesmo que o seu currículo inclua longos anos ao serviço dos Somoza, uma das ditaduras mais cruéis do continente latino-americano.

Existe uma longa série de variantes desinformativas, a saber:

a) Informar o contrário do que realmente aconteceu. Este recurso é tão grotesco que hoje já é pouco usado, pelo menos nos jornais das grandes cidades, pois acarreta o risco de cair no ridículo no caso de um outro órgão informativo (não necessariamente mais honesto, porém mais subtil ou hábil) pôr em evidência a inverdade.

b) Informar uma parte do acontecimento. Do ponto de vista da intenção desinformativa, tem a vantagem de transcrever aquilo que efectivamente ocorreu. O leitor não tem qualquer

motivo para desconfiar que a parte omitida poderia dar à notícia um carácter contrário ao que se deduz da parte publicada.

c) Suprimir uma ou mais partes importantes de uma citação, de modo a sugerir com a transcrição uma coisa essencialmente diferente da que foi expressa. Do ponto de vista da desinformação, este método tem a vantagem de poder explicar o erro como errata, no caso de aparecer alguma objecção. Um exemplo: por ocasião da campanha eleitoral na Galiza, o falecido presidente da Câmara de Madrid, Enrique Tierno Galván, fez determinadas declarações a respeito do controverso tema da permanência da Espanha na NATO. De acordo com o jornal madrileno *Diario 16*, o político socialista teria afirmado: "para os que não têm o leme nas mãos é possível manter os princípios; no meu caso, acho que se deve permanecer na NATO e

continuar com as bases norte-americanas no nosso território".

A opinião de Galván (notório opositor da permanência espanhola na Aliança Atlântica) não tinha o sentido que a citação sugeria. Outro jornal madrileno, *El País*, transcreve na íntegra a declaração: "Até não ter mais argumentos continuarei a pensar que ter bases, por um lado, e estar na NATO, por outro, é um excesso e é supérfluo".

d) Isolar uma citação do seu contexto. A citação pode ser textual mas, apesar disso, pode adquirir isoladamente um significado completamente diferente.

e) Relatar um acontecimento, mantendo apenas parte da verdade, de modo a que a inexactidão proposta pelo resto da notícia pareça verosímil.

f) Usar um título inexacto ou tendencioso para uma notícia fielmente transcrita. Existe um grande número de leitores que passa os olhos pelas páginas dos jornais lendo apenas os títulos. O autor da manobra aposta nesse hábito para vender ao leitor a deformação de uma notícia.

g) O uso tendencioso e desautorizado do adjetivo ou das aspas. Se uma notícia absolutamente verdadeira contradiz a versão oficial das transnacionais, basta acrescentar-lhe a palavra "suposto" (o suposto responsável pelo acidente, a suposta vítima, etc.) para que a notícia mude de sen-

tido e desautorize a fonte. Por sua vez as aspas, convenientemente acrescentadas a um título, podem dar margem a confusão ou à descaracterização de uma atitude. Um exemplo: quando o porto nicaraguense de Corinto foi bombardeado pelos "contras", um jornal madrileno informou que a delegação nicaraguense nas Nações Unidas denunciaria a agressão. A notícia estava fielmente transcrita, mas no título a palavra *agressão* aparecia entre aspas. Estas simples aspas transmitiam ao leitor uma série de comentários subliminares, que poderiam ser resumidos assim: "estes 'nicas' estão sempre a denunciar agressões, ou a inventá-las".

h) Simulação de estilo objectivo. Como é sabido, existe um estilo jornalístico objectivo, normalmente exigido aos jornalistas pela imprensa dita séria, que é usado não só como sintoma de coerência informativa mas também como uma garantia de veracidade. Pois bem, esse estilo pode ser simulado, a fim de dar uma aparência séria à mais enganosa das informações.

i) Desequilibrar as informações com determinada intenção política. Frequentemente, quando os jornais não têm outra solução senão transcrever uma notícia que pode desprestigar os Estados Unidos, por exemplo, trazem à tona outra notícia, que

pode não vir ao caso mas que desprestigia o outro lado. Por exemplo: quando os Estados Unidos invadem Granada, o jornalista deve procurar uma forma de mencionar a presença soviética no Afeganistão. Servindo-se desse recurso, que à primeira vista pode parecer ingênuo, a propaganda norte-americana tem conseguido que o Afeganistão continue a ser até hoje uma notícia de primeira página, enquanto já não se fala de Granada, ainda ocupada pelas tropas norteamericanas. Isto sem falar em Guantánamo, ocupada pelos Estados uma vergonha à qual ninguém mais se refere, excepto os cubanos.

j) Apagar a história, ou pelo menos torná-la nebulosa. Ou seja, eliminar da história os factos

completaram-se 40 anos do ataque atómico a Hiroshima. Nessa ocasião, o actual presidente da Câmara da cidade pronunciou um discurso emocionado, no qual recordou a tragédia dos sobreviventes e defendeu a paz. Não mencionou uma única vez os Estados Unidos, nem sequer Truman, o autor intelectual do genocídio. Será que Hiroshima colocou-se inadvertidamente sob a bomba de um autor anónimo? Neste contexto, não parece surpreendente: um facto que beira o abismo. Algumas semanas antes do aniversário, foi realizada uma sondagem entre estudantes japoneses. A pergunta era: "quem lançou a bomba atómica sobre Hiroshima?". A grande maioria das



Uma das técnicas usadas pelas transnacionais é informar apenas uma parte do acontecimento

que possam apresentar uma imagem cruel dos Estados Unidos. Às vezes a manipulação não ocorre directamente na imprensa, mas nas repercussões geradas por ela. A 6 de Agosto de 1985

crianças responderam: "os russos".

l) Editorializar com os títulos. Às vezes o texto da notícia é de estilo objectivo, mas o título pode propiciar um juízo político

sobre a mesma. Em meados de 1985 foram realizados na Europa vários encontros desportivos, com a finalidade de estabelecer novos recordes mundiais. Quando o recordista foi um soviético, o *Journal de Genève*, que vinha anunciando em letras garrafais os nomes dos novos recordistas, noticiou simplesmente: "Um homem saltou 2,40 m".

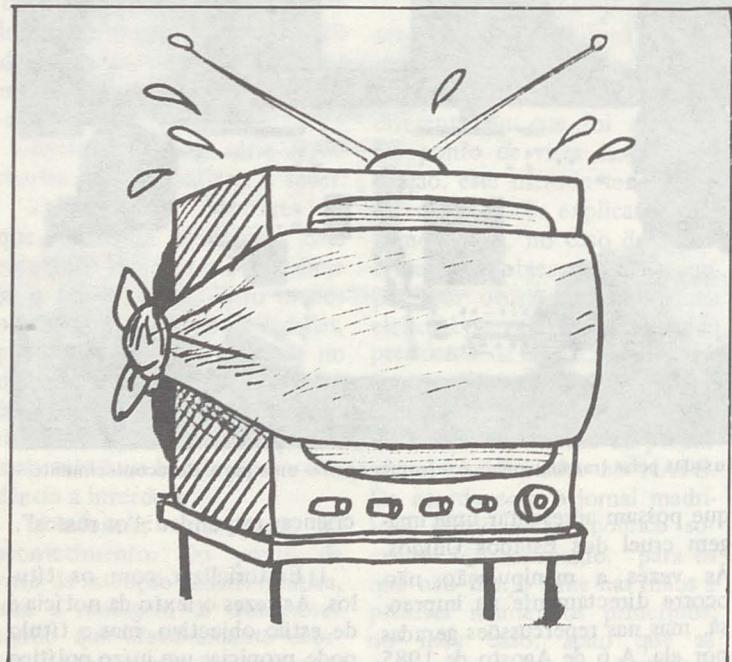
Uma notícia pode ter um valor comercial e um valor ideológico. Ambos se juntam na velha tese norte-americana de que "quem paga, manda", tese que serviu de pretexto para justificar a saída norte-americana da UNESCO, ignorando assim a decisão das maioria sobre a chamada Nova Ordem Internacional de Informação (NOII). A falta de escrúpulos dos todo-poderosos da informação pode ser representada pela célebre recomendação feita pelo omnipotente Hearst a um dos seus colaboradores gráficos, nos finais do século passado (1898 — Guerra hispano-cubana):

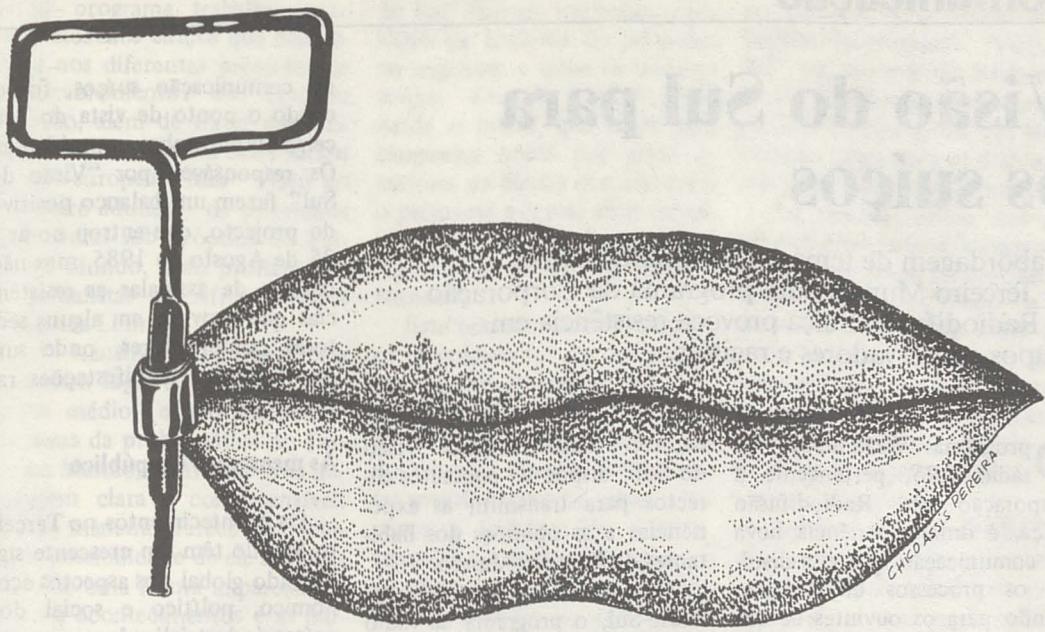
"ponha você a ilustração que eu ponho a guerra". As transnacionais de hoje, fiéis discípulas daquele magnata, continuam a fazer a guerra para as fotos feitas pelos seus subordinados.

Um facto notável é que a manipulação das grandes transnacionais da notícia se propaga aos jornais, mesmo aos independentes, e também às empresas que fazem sondagens de opinião. Como manifestou Juan Somavía, director-executivo do Instituto Latino-Americano de Estudos Transnacionais, na conferência de Sri Lanka, "os despachos das agências do Terceiro Mundo não atravessaram a muralha dos interesses e valores informativos dominantes". A rigor, existe uma pressão quase insuperável sobre os jornais e outros meios de comunicação menos dependentes para que não contratem os serviços das agências noticiosas do Terceiro Mundo. Até a existência de empresas que realizam sondagens antes de cada eleição

ou plebiscito, fielmente reflectidas na imprensa, se converteu num significativo elemento de pressão sobre a massa eleitoral.

O mais grave é que os procedimentos de manipulação e desinformação não influenciam apenas os meios de comunicação leais ao sistema: não é raro que contaminem também os mais progressistas, esquerdistas, ou anticapitalistas. Para certos órgãos de informação, a resposta à desinformação de direita deve ser a desinformação de esquerda. Dessa forma, jornais progressistas, inclusive de países socialistas, costumam omitir informações que possam incomodar a esquerda, mas que de facto existiram. Não nego que a intenção subjacente seja respeitável, mas a verdade é que o silêncio informativo não apaga por si só um acontecimento, por mais desagravel que ele seja. A ética jornalística deve ser um valor intocável na imprensa de esquerda, pois ela não coincide com os famosos hábitos da aveSTRUZ. A notícia em si é território sagrado. É a partir da notícia não-manipulada (notícia em estado puro) que a publicação de esquerda tem o direito de dar a sua opinião, de esclarecer o contexto do facto noticiado e de explicar os antecedentes do mesmo, formulando as previsões admissíveis. Mas se a notícia é omitida, ou parcialmente censurada, ou desvirtuada nas suas características essenciais, a opinião editorial perderá uma grande parte da sua legitimidade. Por mais convincentes que sejam os argumentos utilizados, estes já estarão parcialmente invalidados pela mutilação do acontecimento que é objecto de informação. É claro que a manipulação da notícia, implacavelmente exercida pelas transnacionais e pelos seus órgãos, causa sérias dificul-





dades ao esclarecimento de questões essenciais para a opinião pública. Entretanto, um dos mais graves prejuízos que esses poderes podem causar é arrastar a imprensa de esquerda ao culto e ao exercício da mistificação, ao ocultamento e à falácia, fazendo-a participante da sua falta de ética.

Devemos a Mamadou Moctar Thiam, chefe do Departamento de Cooperação e Assistência da OUA, um título que é quase um lema: "Descolonizar a informação", o qual também nos deve servir de alerta para não auto-colonizarmos os nossos próprios métodos de informação. As direitas intelectuais deste vasto mundo carregam frequentemente à frente do seu autoritarismo uma citação bastante reaccionária do poeta Gibran Kalil Gibran: "o verdadeiro homem é aquele que não é governado". Parafrasando o poeta e ao mesmo tempo contradizendo-o, poderíamos

dizer que o verdadeiro homem nunca será aquele que não informa nem é informado. A informação verídica é a base do dado, e não há argumento legítimo sem dados verdadeiros.

Todos nós nos devemos alfabetizar em matéria de ética jornalística, até para ter o direito de "descolonizar a informação". Se as agências noticiosas norte-americanas, por intermédio dos seus correspondentes, nos retratam de fora para dentro (e esta primeira pessoa do plural inclui todo o Terceiro Mundo), tal como fazem os turistas, mas transformando a ingenuidade em malevolência, não demos acreditar na imagem que a desinformação propõe a nosso respeito. Também não devemos retocar ou maquilhar o auto-retrato que promovemos ao mundo. A maneira mais eficaz de "descolonizar a informação" é, afinal de contas, a franqueza, a sinceridade e o respeito à verdade.

Mais de uma vez ouvimos, em meios de esquerda, que informar sobre factos e atitudes críticas à mesma esquerda seria dar argumentos à burguesia e ao imperialismo. Apesar de tudo, acredito que o argumento mais prejudicial que podemos oferecer à burguesia e ao imperialismo é agir como eles. Se existe realmente alguma forma de combater as manobras e os mecanismos da direita desinformativa, essa forma é convencer a opinião pública nacional e internacional de que a nossa informação é verídica e a ética que defendemos como requisito essencial para a implantação da justiça social inclui também as nossas fontes. Essa história que é escondida e desfigurada pelos donos do poder informativo deve ser contada e exposta por nós em toda a sua verdade, com toda a força do real, com os brilhos e sombras que fazem parte da vida dos povos.

Mario Benedetti

Visão do Sul para os suíços

A abordagem de temas sob o ponto de vista do Terceiro Mundo num programa da Corporação de Radiodifusão Suíça provoca resistência em grupos conservadores e racistas

O programa "Visão do Sul" da rádio DRS, pertencente à Corporação da Radiodifusão Suíça, é uma experiência nova em comunicação que visa divulgar os processos do Terceiro Mundo para os ouvintes de um país desenvolvido. Através de uma rede de jornalistas em Áfri-

ca, Ásia e América Latina "Visão do Sul" dispõe de contactos directos para transmitir as experiências e as opiniões dos habitantes do Terceiro Mundo.

No contexto das relações Norte-Sul, o programa da rádio DRS propõe-se a complementar a informação habitual dos meios



"Visão do Sul" trabalha com jornalistas da Ásia, África e América Latina

de comunicação suíços, fornecendo o ponto de vista do Terceiro Mundo sobre os problemas. Os responsáveis por "Visão do Sul" fazem um balanço positivo do projecto, que entrou no ar a 25 de Agosto de 1985, mas não deixam de assinalar as resistências que provoca em alguns sectores conservadores, onde surgem inclusive manifestações racistas.

As mensagens e o público

Os acontecimentos no Terceiro Mundo têm um crescente significado global nos aspectos económico, político e social dos países industrializados em geral e da Suíça em particular. "Visão do Sul" pretende tornar compreensíveis e tangíveis os avanços e o desenvolvimento económico, social e cultural das nações subdesenvolvidas, explicando as causas das suas dificuldades actuais e as suas relações com o exterior, para tornar compreensível a mútua dependência existente.

Entre os temas abordados por "Visão do Sul" encontram-se:

- Causas e efeitos do endividamento do Terceiro Mundo;
- Consequências das exportações, investimentos e ajuda económica dos países industrializados no desenvolvimento económico e social dos países do Terceiro Mundo;
- Iniciativas dos habitantes do Terceiro Mundo na solução dos seus problemas, caminhos de desenvolvimento autónomo, etc.;
- Instantâneos da realidade quotidiana no Terceiro Mundo, pondo em foco famílias, bairros,

povoados, etc..

O programa trabalha junto dos cidadãos suíços que colaboram nos diferentes projectos de desenvolvimento do Terceiro Mundo, além de tratar das relações de intercâmbio entre suíços e não-europeus. Mas "Visão do Terceiro Mundo" dá prioridade aos temas sob a óptica do Terceiro Mundo, com profissionais e jornalistas da África, Ásia e América Latina.

A transmissão dirige-se em primeiro lugar ao chamado "ouvinte médio" e não aos convedores da problemática do Terceiro Mundo, através de uma linguagem clara e compreensível. Desta maneira oferece ao ouvinte a possibilidade de ele se informar de uma forma imparcial sobre os acontecimentos e as mudanças mais importantes registrados nessa área.

O primeiro balanço

Ao completar, no final de 1985, quatro meses de transmis-

são os responsáveis por "Visão do Sul" fizeram um balanço positivo da acolhida do programa na imprensa e entre os ouvintes suíços. Contudo, perceberam, desde o início, que havia uma campanha hostil por parte de sectores de direita que atacavam o programa por este abrir um canal a "todo o tipo de grupos extremistas de pressão do Terceiro Mundo".

Esta reacção não surpreendeu os organizadores do programa, que sabiam da grande "sensibilidade" existente nos meios políticos suíços em relação aos temas do Terceiro Mundo. As crescentes manifestações de conservadorismo e inclusive de racismo, causadas em parte pelo aumento do número de não-europeus que procuram exílio no país, traduziram-se em fortes pressões contra "Visão do Sul".

Embora a Corporação da Radiodifusão Suíça seja um organismo público independente, similar à BBC de Londres, cujos fundos provêm directamente dos

ouvintes, uma consequência dessas pressões foi a mudança do horário do programa. "Visão do Sul" era transmitido inicialmente aos sábados ao meio-dia, um horário de boa audiência, tendo passado agora para os domingos, nas primeiras horas da tarde.

Ao mesmo tempo, nos países europeus, intensificaram-se as pressões políticas para comercializar a rádio e a televisão. Os responsáveis pela rádio DRS prevêem para o futuro uma forte concorrência com as estações privadas pelos recursos financeiros e pelos ouvintes. Na Suíça, as estações de rádio privadas já funcionam há um ano.

Contudo, "Visão do Sul" encara o futuro com optimismo. Suedsicht continuará em 1986, afirmam os seus organizadores, mostrando aos seus ouvintes a realidade do Terceiro Mundo, em todos os seus aspectos e diferenças, visando eliminar os clichés geralmente existentes entre os europeus sobre esta parte do mundo.

•

Notas de Comunicação

"CINCO": SEMINÁRIO SOBRE ESCOLA INTERESTATAL DE JORNALISMO

Inaugurado no passado dia 18 de Março, em Luanda, o seminário sobre a instalação de uma escola interestatal de jornalismo sediada na capital angolana contou com a representação dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa. Pinto João, director do Departamento de Informação e Propaganda (DIP) do Comité Central do MPLA-PT, abriu formalmente os trabalhos.

A Escola Interestatal de Jor-

nalismo, cujas bases de lançamento foram criadas em 1981 pelo Conselho Intergovernamental da Agência Noticiosa Pan-Africana (PANA), reunido na cidade angolana do Lobito, conta ainda com o apoio da UNESCO e visa a formação de profissionais de informação de Angola, Moçambique, S. Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné-Bissau.

A apresentação do historial da escola, seus objectivos e metas coube a Moçambique, cuja capital, Maputo, esteve inicial-

mente indicada para cidade-sede. Na primeira jornada de trabalho, foram atribuídos a Angola, Moçambique e S. Tomé a presidência, vice-presidência e redacção do seminário, respectivamente.

Grupos de trabalho para análise sectorizada do projecto remeteram as suas conclusões à reunião de peritos dos "Cinco", que após lhes terem dado a sua contribuição apresentaram-nas à conferência dos ministros de Informação dos respectivos países, que teve lugar no final de Março, também em Luanda.

Cadernos do terceiro mundo

Assine

Todos os meses,
em sua casa,
informação
especializada
com menor custo.

E o privilégio de
20% de desconto
em todas
as nossas
edições

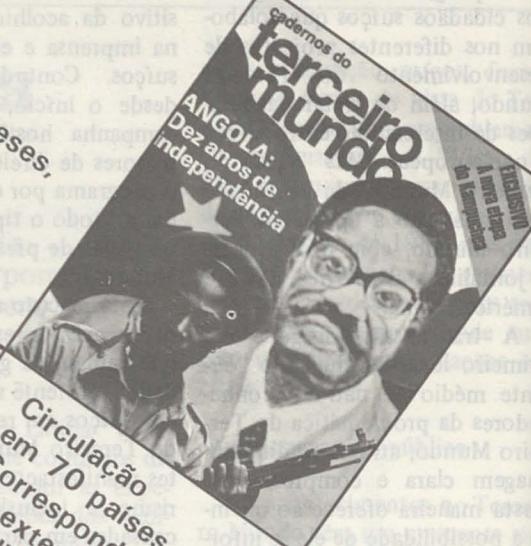
CONVENÇÃO DE LOME UMA RELAÇÃO NORTE-SUL DIFERENTE?

Tricontinental Editora, Lda.
Calcada do Combro, 10.º.
1200 LISBOA
Telefones 320650/320751
Telex 42720 CTM TEP



**REAGAN:
A ALIANÇA
COMO
TERRORISMO**

MUNDIAL DE FUTEBOL:
ANO OU NEGÓCIO?



Circulação
em 70 países.
Correspondentes
no exterior
4 edições em 3
idiomas. Matérias
exclusivas.

Desde 1978
em Portugal



Uma luta de dez anos

Assinaturas

Portugal	anual (12 números + 1) 850\$
	semestral (6 números) 500\$
Espanha	(12 números + 1) 900\$

Estrangeiro

por via aérea	Europa, Angola, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe: 23 dólares USA
	Cabo Verde: 28 dólares USA
	Restantes Países: 30 dólares USA

Especial / A Ordem de Malta

Os cavaleiros das trevas

Uma das mais estranhas e pouco conhecidas organizações da extrema-direita internacional reúne entre os seus quadros nazis confessos, magnatas norte-americanos, agentes da CIA e membros da Santa Sé

A Soberana Ordem Militar e Hospitaleira de São João de Jerusalém de Rodes e Malta, conhecida também como Soberana Ordem Militar de Malta (SMOM), é uma organização jurídica, política e historicamente única no mundo de hoje.

Representando inicialmente os segmentos mais poderosos e reaccionários da aristocracia europeia, a SMOM, durante quase um milénio, a contar das primeiras cruzadas do século XII, vem organizando, estabelecendo e chefiando operações militares con-

Jorge Arbach



O edifício da Ordem de Malta em Roma

tra Estados e ideias consideradas ameaçadoras ao poder da Ordem. É muito provável que os vários milhares de Cavaleiros da SMOM, principalmente na Europa e nas Américas do Norte, Central e do Sul, constituam actualmente os mais poderosos e reaccionários participantes de qualquer organização do mundo.

Embora seja uma organização exclusivamente católica, a SMOM, no decorrer do século XX, colaborou e premiou generosamente vários extremistas não católicos na sua actual cruzada contra as forças progressistas do Ocidente, movimentos de libertação nacional e países socialistas.

Para poder ser um Cavaleiro, o pretendente deve não só descender de linhagem rica e aristocrata, como ainda ter uma posição acerca do mundo em consonância com a "mentalidade dos cruzados", desses "monges guerreiros". Participar da SMOM — inclusive das suas cerimónias de iniciação com os seus trajes e ritos feudais — significa que os membros da Ordem adoptem uma determinada mentali-

Françoise Hervé
dade de casta e classe; fiquem sociológica e psicologicamente predispostos a funcionar como "tropas de choque" das forças reaccionárias católicas. Tem sido este precisamente o papel histórico desempenhado pelos Cavaleiros nas guerras contra o Islão, contra a "heresia" protestante e contra o "Império do Mal", consubstanciado para eles na União Soviética.

A direita católica e os Cavaleiros de Malta tiveram um papel crucial na ascensão de Hitler ao poder e no lançamento da Cruzada do Século XX do Terceiro Reich.

A influência da SMOM na Alemanha sobreviveu intacta à Segunda Guerra Mundial. No dia 17 de Novembro de 1948, a SMOM concedeu uma das suas mais altas honrarias, a Grã-Cruz de Mérito, a Reinhard Gehlen, chefe da espionagem nazi na frente soviética. Posteriormente, Gehlen foi nomeado pelos norte-americanos como o primeiro chefe da *Bundesnachrichtendienst* (BND), organização equivalente à CIA na Alemanha Federal, subordinado ao chanceler Adenauer, um devotado católico condecorado pessoalmente com a Grã-Cruz Magistral pelo príncipe Chigi, Grão-Mestre da SMOM.

Após a nomeação de um Cavaleiro de Malta, William Casey, para a chefia da CIA, e a de outro Cavaleiro, James Buckley, para chefiar a propaganda norte-americana contra a Europa Oriental na Rádio Europa Livre/Rádio Liberdade, vários historiadores tiveram a sua atenção atraída para o facto de, no verão de 1982, o presidente Reagan ter apelado para uma "cruzada" contra o "Império do Mal" no leste europeu.

Além de Casey e de James Buckley, os actuais membros da Ordem — ou Cavaleiros, como são chamados à maneira feudal — incluem Lee Iacocca, John McCone, William Buckley, Alexander Haig, Alexandre de Marenches (chefe dos serviços secretos franceses durante o governo de Giscard d'Estaing, sendo este último também Cavaleiro da SMOM), Otto von Hapsburg e vários líderes da fascista loja maçónica P-2 italiana. Embora a organização conte com financiamentos relativamente modestos, é grande o seu poder de influência devido à presença dos seus Cavaleiros em posições de destaque, quer nas estruturas privadas, quer nas governamentais em todo o mundo.

O presidente da *American Eastern Association* da SMOM é J. Peter Grace, presidente da *W.R. Grace Company*, que foi figura central da Operação *Paperclip*, responsável pela ida de cientistas nazis para os Estados Unidos (ver caixa).

INTERNATIONAL MILITARY SOVEREIGN ORDER OF MALTA EXTRADITAL STATUS

A placa na sede da SMOM em Roma mostra o seu *status* de imunidade diplomática

A diplomacia soberana da SMOM

Como o seu nome indica, a SMOM é, ao mesmo tempo, uma organização "soberana" e, historicamente, "militar". A sua sede, que ocupa o edifício número 68 na Via Condotti, em Roma, tem o *status* jurídico de extraterritorialidade concedido às embaixadas de Estados soberanos. A polícia italiana não é bem-vinda ali. A Ordem emite os seus próprios selos e mantém relações diplomáticas, incluindo troca de embaixadores, com numerosos países.

Em 13 de Novembro de 1951, o presidente italiano Alcide de Gasperi reconheceu a soberania diplomática da SMOM, embora se tenha abolido da troca formal de enviados diplomáticos. No dia 11 de Janeiro de 1983, o *Daily News*, de Nova Iorque, anunciou que "segundo uma declaração conjunta datada de hoje, o Vaticano e a Ordem dos Cavaleiros de Malta, que são os menores Estados soberanos do mundo, concordaram em estabelecer relações diplomáticas plenas". Por "coincidência", o embaixador do presidente Reagan no Vaticano, William Wilson, é também ele Cavaleiro de Malta.

Em 5 de Setembro de 1984, o ministro francês dos Negócios Estrangeiros, Claude Cheysson, assinou um protocolo formal com a SMOM referente a vários projectos cooperativos, incluindo "ajuda a vítimas de conflitos".

Antecedentes históricos

Já instalada por ocasião da primeira cruzada de 1099, a Ordem de São João foi declarada independente, em 1113, pelo papa Pascoal II, tendo recebido autorização para eleger o seu próprio Grão-

François Hervé

Mestre e passado, pouco depois, a participar militarmente nas cruzadas juntamente com os Templários e os Cavaleiros Teutónicos. Graças aos seus bem-sucedidos esforços no sentido de recrutar membros junto à aristocracia europeia, a Ordem de São João passou rapidamente a controlar extensos territórios em todo o continente, assimilando aqueles que anteriormente pertenciam à Ordem dos Cavaleiros Templários, a qual ajudou a esmagar nas duas primeiras décadas do século XIV, mandando queimar vivos os seus líderes acusados de heresia.

Em 1187, a Ordem foi expulsa militarmente de Jerusalém por Saladin. Os Cavaleiros viram-se forçados a fugir sucessivamente para Acre, Chipre (1291) e finalmente para Rodes (1310), onde subjugaram a população local e estabeleceram uma ditadura militar, gozando pela primeira vez de soberania territorial. Em 1522, foram derrotados pelas forças do sultão Suleiman, compostas por 200 mil soldados e 250 navios, após um cerco que durou seis meses. Em 1530, sob a direcção do Grão-Mestre Villiers de l'Isle-Adam, os Cavaleiros estabele-

Sabine Weiss



O Grão-Mestre Angelo de Mojona de Colónia (ao centro)

ceram o seu quartel-general na ilha de Malta, que lhes havia sido doada por Carlos V.

A Associação Americana da SMOM

Na Europa, o direito de pertencer à SMOM tinha sido tradicionalmente limitado àqueles que podiam satisfazer a exigência de ter sangue nobre durante várias gerações. Não obstante, numa concessão ao ascendente poder político, económico e militar dos EUA, a SMOM concordou, em 1927, em incorporar uma associação nacional norte-americana cujos membros não seriam obrigados a comprovar a sua nobreza.

Entre os membros fundadores da *American Association of SMOM*, em 1927, estavam o Cardeal Patrick Hayes, Edward L. Hearn, Nicholas F. Brady, Howard F. Carry, Patrick E. Crowley, James A. Farrell, James A. Fayne, Edward N. Hurley, James J. Phelan, Morgan J. O'Brien, John J. Raskob e John D. Ryan.

Em 1941, o cardeal Francis Spellman constava como "Grão-Protector" e "Conselheiro Espiritual" da Ordem, sendo John J. Raskob o seu tesoureiro. Nessa época, eram membros John Farrell, então presidente da *U.S. Steel*, Joseph P. Grace e John D. Ryan. Em 1934, Raskob, inspirado pela Croix de

Feu fascista da França, e em íntimo conluio com John Davis, do *Morgan Bank*, tornou-se o principal financiador de uma conspiração para organizar um golpe fascista nos EUA. O plano fracassou porque o general Smedley Butler, escolhido para levar avante o projecto, preferiu denunciá-lo.

A conexão ítalo-americana

De 1932 até 1938, Myron Charles Taylor foi presidente do directório da *U.S. Steel*. Em 1939, Taylor foi nomeado enviado norte-americano junto ao papa Pio XII, cargo em que se manteve até 1950. Enquanto isso, segundo Anthony Cave Brown, chefe da OSS, William Donovan havia estabelecido uma ligação secreta de espionagem junto ao Vaticano, que vinha funcionando desde 1941, quando ele conseguiu transferir de Lisboa para Nova Iorque o padre dominicano Felix A. Morlion, o qual havia fundado "um anti-Comintern católico europeu" denominado Pro Deo. Durante toda a guerra, Donovan financiou o serviço Pro Deo de Morlion e, em Junho de 1944, "dispendeu grandes somas de dinheiro, tempo e esforços para transportar Morlion de Nova Iorque e estabelecer-lo na Santa Sé."

Mais tarde, Morlion tornou-se uma figura de

J. Peter Grace e o Projecto Paperclip

□ No dia 16 de Janeiro de 1980, a estação norte-americana *ABC-TV* transmitiu um noticiário especial intitulado "Fugindo à Justiça: Criminosos de Guerra Nazis nos EUA", revelando o papel desempenhado por J. Peter Grace no Projecto *Paperclip*. A gravação do programa, que a *ABC-TV* fornecerá a quem estiver interessado, diz entre outras coisas que "desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o Projecto *Paperclip* foi responsável pela vinda para os EUA de mais de 900 cientistas alemães em meados da década de 50... O químico Otto Ambros era director da notória companhia *I.G. Farben*, fornecedora de gasolina e borracha para o esforço de guerra de Hitler. Ambros supervisionou a construção da fábrica de Farben na cidade polaca de Auschwitz. O campo de concentração de Auschwitz fornecia mão-de-obra abundante e

barata à fábrica da *I.G. Farben*... Durante os julgamentos de Nurembergue, a promotoria denunciou que mais de cem pessoas morriam diariamente da exaustão na fábrica da *I.G. Farben*".

"Otto Ambros foi condenado a oito anos de prisão por assassinato em massa e exercício de escravidão. Mas, mesmo enquanto estava a ser julgado em Nurembergue, Ambros constava da lista dos norte-americanos que recrutavam pessoas para o Projecto *Paperclip*. Depois de cumpridos apenas três anos, a sua sentença foi commutada por funcionários norte-americanos na Alemanha Federal, e o seu pedido de entrada nos EUA contou com a ajuda de J. Peter Grace, presidente da *W.R. Grace*, importante fabricante norte-americano de produtos químicos.

Um documento interno do Departamento de Estado dos EUA narra como J. Peter Grace ajudou Otto Ambros no sentido de ganhar acesso aos EUA. Num memorando endereçado ao embaixador dos EUA na Alemanha Federal, Grace reconhece que Ambros era um criminoso de guerra. Mas acrescenta que, durante os anos

destaque no serviço de informações do Vaticano, trabalhando em íntima ligação com Giovanni Battista Montini, mais tarde papa Paulo VI.

Com o Grão-Protector a nericano da SMOM já em contacto com o Vaticano e Allen Dulles ocupadíssimo em negociações com os nazis na Suíça, os soldados norte-americanos entraram em Roma no dia 4 de Junho de 1944. A 7 de Julho, o general Mark Clark foi sagrado Cavaleiro Grã-Cruz da SMOM.

Segundo o jornalista britânico Stuart Christie, "no dia 25 de Abril (três dias antes da capitulação das forças alemãs na Itália), o almirante Ellery Stone, procônsul dos EUA na Itália ocupada, ordena a James Angleton que proteja o príncipe Valerio Borghese de uma possível prisão pelos Comitês de Resistência que o haviam condenado à morte por crimes de guerra... Stone é amigo íntimo da família Borghese".

Só se voltou a ouvir falar em Borghese por ocasião do 29º aniversário do ataque japonês a Pearl Harbor.

Entre as personalidades norte-americanas agraciadas pela SMOM estão as seguintes:

- O enviado do presidente Truman ao Vaticano, Myron C. Taylor, recebeu a "Gran Croci al Merito con Placca", no dia 23 de Maio de 1945;

em que manteve contacto com ele... 'aprendemos a ter uma grande admiração, não só pela sua capacidade, mas, o que é mais importante, pelo seu carácter em termos de fidelidade e integridade'".

Actualmente, Otto Ambros actua como consultor para a *W.R. Grace & Company* e reside em Mannheim, na Alemanha Federal. Recentemente entrevistado por telefone, Ambros disse: "gosto de estar a trabalhar de novo como químico... mas o curioso é que agora ajudo os norte-americanos".

Em Junho de 1981, atendendo principalmente aos apelos de um investigador de crimes de guerra, o famoso Charles Allen, a Yeshiva University cancelou um banquete de 150 dólares por pessoa que ia ser oferecido em homenagem a Grace.

Quando a Alemanha Federal foi sacudida pela escandalosa notícia de que a companhia *Flick* tinha pago enormes somas de dinheiro a diversos políticos e partidos, veio a público também que Karl Flick havia burlado o fisco



Allen Dulles: contactos com os nazis na Suíça no final da guerra

- Em 12 de Junho de 1945, o almirante Ellery W. Stone recebeu a "Croci al Merito di Prima Classe con Corona", da SMOM;
- Em 27 de Dezembro de 1946, James Angleton recebeu a "Croci al Merito Seconda Classe" da Ordem, juntamente com George Raymond Rocca. Rocca veio a ser, mais tarde, vice-diretor da divisão de contra-espionagem da CIA, e actuou como elemento de ligação entre a Comissão Warren e a

e utilizado o dinheiro para investir milhões de dólares na *W.R. Grace & Company*, da qual se tornou um importante accionista. O próprio Firedrich Karl Flick é membro do directório da *Grace*. Como revelou o *New Times*, de Moscovo (no seu número 8, de 1983, citando o *Der Spiegel*), o pai de Firedrick Karl Flick, Flick Sénior, tinha fornecido enormes quantidades de dinheiro aos cofres do Partido Nazi em Janeiro de 1933 e, "depois que Goering prometeu aos magnatas do Ruhr que as eleições de 5 de Março seriam as últimas daquela década e talvez deste século", Flick Sénior fez uma doação adicional de 200 mil marcos, quantia que foi entregue pessoalmente ao chefe das SS, Himmler. Posteriormente, Flick Sénior foi condenado em Nurembergue a sete anos de prisão pelo uso de trabalho escravo, espoliação e cônivência com os crimes das SS. Para "melhor encaminhar" a carreira do filho, o criminoso de guerra conseguiu-lhe um estágio na *W.R. Grace* pouco depois de terminada a Segunda Guerra Mundial.

CIA após o assassinato de John F. Kennedy (ver caixa).

Segundo documentos até então secretos divulgados pelo Departamento de Estado dos EUA, o Vaticano, preparando-se para as eleições previstas para 18 de Abril, criou em Fevereiro de 1948 organizações chamadas de Comitês Cívicos, lideradas por Luigi Gedda, médico de Turim, de 45 anos, que era também o líder da Acção Católica direitista. No dia 17 de Março de 1948, Gedda tornou-se Cavaleiro do Grão-Priorado de Lombardia e Veneza.

Em 22 de Março do mesmo ano, o *New York Times* noticiou que Gedda havia apelado aos católicos norte-americanos no sentido de ajudarem financeiramente os católicos italianos na luta contra o comunismo. No dia 5 de Abril, soube-se que "Myron C. Taylor chegou de Madrid para uma missão descrita pelos círculos católicos como 'im-

portante' e estreitamente relacionada com as eleições gerais italianas". No dia 13 de Abril, o mesmo *New York Times* noticiou que Taylor passaria a encontrar-se com o papa uma vez por semana e que, segundo informações recém-recebidas, este último mostrava-se "bem mais optimista" quanto ao resultado das eleições. Dois dias depois, enquanto os militares italianos desfilavam em impressionantes parades e grupos fascistas atacavam os esquerdistas nas ruas de Roma, o correspondente do mesmo jornal, C. L. Sulzberger, descrevia a Acção Católica como "armada, activa e violenta".

Angleton é citado em documentos do Departamento de Estado, dizendo-se "bastante seguro de que Gedda pode ser usado com eficácia para promover os nossos interesses na Itália, nos sectores político, sindical e social", e que os Comitês Cívicos iriam receber ajuda financeira da CIA. Consta-va que o papa mantivera encontros com Gedda em três ocasiões no mês seguinte às eleições.

Um dos citados como envolvido em interferências nas eleições de 18 de Abril foi o barão Luigi Parrilli. Parrilli, filho de um almirante italiano, e que, segundo informações, tinha trabalhado para a empresa norte-americana *Kelvinator* antes da guerra, era um fascista com grandes interesses industriais na Itália. Foi eleito Cavaleiro de Malta no dia 7 de Dezembro de 1942 e, no início de 1945, man-tinha excelentes relações com os principais oficiais alemães da *Schutzstaffel* (SS) e da *Sicherheitsdi-enst* (SD) no norte da Itália. Em Abril de 1945, Parrilli foi nomeado representante do general das SS Karl Wolff junto a Allen Dulles e ao general Lemnitzer, dos EUA, quando estes dois mantiveram negociações secretas para aliciar importantes nazis antes do fim da guerra. Houve quem dissesse que Parrilli tinha também "concebido um plano para transportar ex-nazis da Alemanha para o Paraguai".

Em 1949, a SMOM publicou uma Lista Geral Oficial do Grão-Magistério, com um prefácio assinado pelo papa Pio XII, no qual este se referia "às velhas glórias colhidas nos campos de batalha" em guerras anteriores. Como referimos acima, entre os únicos quatro agraciados com a "Gran Croci al Merito con Placca" da SMOM na ocasião estava Rein-hard Gehlen, chefe da espionagem de Hitler na frente oriental, distinguido a 17 de Novembro de 1948.

Em 1950, foi criado o Comité Americano para Combate ao Bolchevismo. Entre os seus criadores estavam J. Peter Grace, Charles Edison, William Henry Chamberlain, H. J. Heinz II, Isaac Don Levine e Eugene Lyons. O Comité (conhecido actualmente como Rádio Liberdade), sob a liderança de Frank Wisner, da CIA, fundou inúmeros "institutos de pesquisa" de emigrantes, os quais, segundo John Loftus, "nada mais eram senão grupos de fachada para ex-oficiais da espionagem nazi".

Em 1953, a católica fanática Clare Boothe Luce foi nomeada embaixatriz dos EUA em Roma e promovida a Dama de Malta em 1956.

Em 1954, com o apoio do cardeal Spelling e das tramas do general Edward G. Lansdale, o católico Ngo Dinh Diem tornou-se primeiro-ministro do Vietname do Sul.

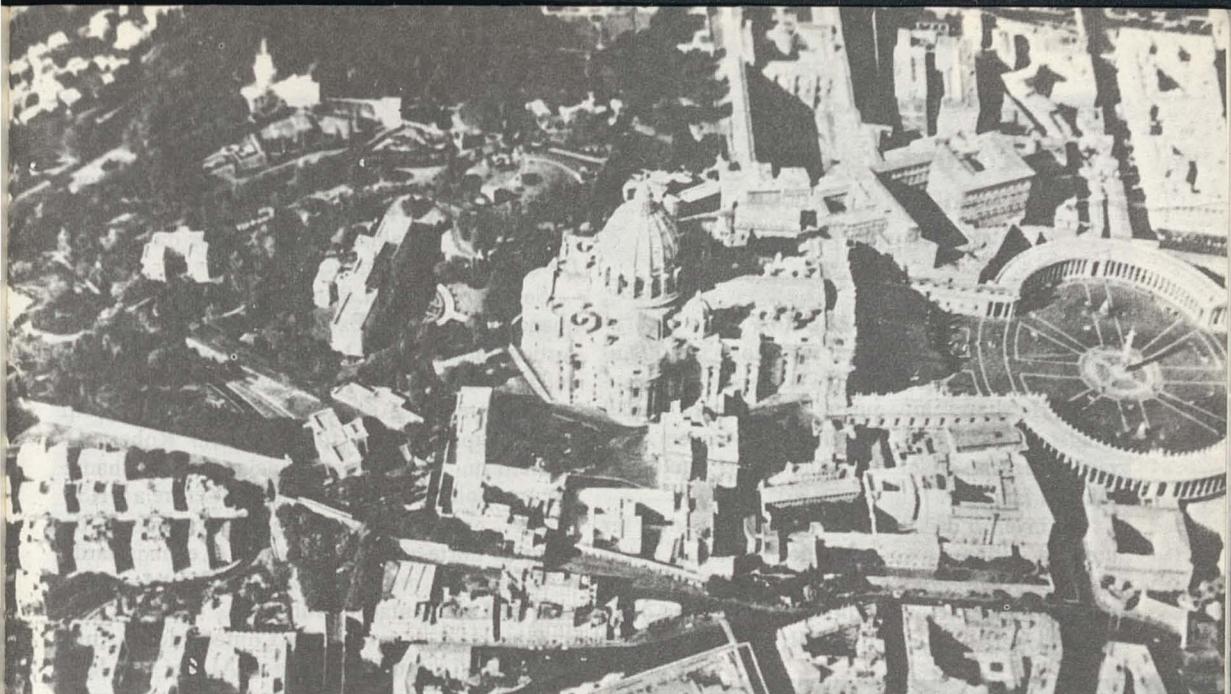
Em Novembro de 1961, o presidente Kennedy nomeou John McCone para o cargo de director da CIA. Em 1963, quando ficou claro que Diem não conseguiria permanecer no poder no Vietname do



As ligações da SMOM com a CIA são evidentes a todos os níveis

portante' e estreitamente relacionada com as eleições gerais italianas". No dia 13 de Abril, o mesmo *New York Times* noticiou que Taylor passaria a encontrar-se com o papa uma vez por semana e que, segundo informações recém-recebidas, este último mostrava-se "bem mais optimista" quanto ao resultado das eleições. Dois dias depois, enquanto os militares italianos desfilavam em impressionantes parades e grupos fascistas atacavam os esquerdistas nas ruas de Roma, o correspondente do mesmo jornal, C. L. Sulzberger, descrevia a Acção Católica como "armada, activa e violenta".

Angleton é citado em documentos do Departamento de Estado, dizendo-se "bastante seguro de que Gedda pode ser usado com eficácia para promover os nossos interesses na Itália, nos sectores político, sindical e social", e que os Comitês Cívicos



Apesar da maçonaria se declarar hostil ao Vaticano (foto), as suas relações são muito estreitas

Wide World

Sul, McCone comandou o seu necessário assassinato. A lista da SMOM de 1980 inclui McCone como membro da Ordem.

Enquanto McCone chefiava a CIA e Angleton actuava como chefe da contra-espionagem da organização, outro Cavaleiro de Malta conhecido como fascista – o general italiano Giovanni De Lorenzo, que tinha dirigido o serviço secreto (conhecido na época como SIFAR) e, em 1962, comandara os *carabinieri* – organizou, em 14 de Julho de 1946, uma tentativa de golpe fascista (o chamado Plano Solo). Mais tarde, De Lorenzo foi eleito deputado pelo partido fascista MSI.

Seis anos e meio depois, na noite de 7 de Dezembro de 1970, o príncipe Borghese, amigo íntimo de Angleton, ordenou que Stefano delle Chiaie ocupasse o Ministério do Interior em Roma juntamente com 50 dos seus companheiros neo-nazis. Esta tentativa de golpe fascista foi cancelada no último momento, tendo Borghese e o seu protegido neo-nazi Stefano delle Chiaie fugido para Espanha, onde os esperava, entre outros, Skorzeny, antigo membro das SS.

A SMOM e a P-2

Normalmente, a maçonaria apresenta-se como hostil ao catolicismo e, por sua vez, o Vaticano já proibiu em várias ocasiões a entrada de católicos

em organizações maçónicas. Não obstante, em Dezembro de 1969, realizou-se uma reunião secreta no escritório romano do conde Umberto Ortolani, embaixador da Ordem de Malta no Uruguai, considerado “o cérebro” por trás da Loja Maçónica fascista P-2, criada em meados da década de 1960. Presentes à reunião, além de Ortolani, Licio Gelli, Roberto Calvi e Michele Sindona.

Gelli havia lutado ao lado de Franco (o qual era Mordomo Grã-Cruz da Ordem de Malta) integrado nas tropas de Mussolini durante a Guerra Civil Espanhola. Foi um dedicado fascista durante a Segunda Guerra Mundial e, quando a guerra terminou, foi procurado pelos membros da resistência por ter colaborado com os nazis. Após a guerra, adquiriu grandes interesses na América Latina. Gelli era também o Grão-Mestre da P-2.

Calvi tinha lutado na frente oriental durante a guerra e fora condecorado pelos nazis. Por ocasião da reunião de 1969, era um alto funcionário do Banco Ambrosiano.

Sindona tornara-se comerciante em 1943 com a ajuda de Vito Genovese, cujos contactos com a Máfia facilitaram o desembarque das tropas norte-americanas na Sicília. Já em 1948 Sindona era portador de uma carta de apresentação ao agente Montini, dos serviços de informação do Vaticano. Segundo o livro “The Calvi Affair”, de Larry Gurwin, “um dos primeiros passos de Sindona no sen-

A conturbada carreira de James Angleton e de Roger Pearson

□ Tanto James Jesus Angleton como George Raymond Rocca foram forçados a se aposentarem em Dezembro de 1974, depois que Seymour Hersh revelou que a divisão para a qual Angleton trabalhava estivera envolvida em operações ilegais nos EUA, conhecidas como "as jóias da família".

No inverno de 1977-78, Angleton passou a ser um dos editores associados do *Journal of International Relations*, sob a chefia do editor-geral Roger Pearson. Outro editor associado era o general Robert C. Richardson III; a editora perten-

cia a John Fisher, presidente do Conselho de Segurança dos EUA.

Pearson é hoje talvez o mais importante contacto neo-nazi e propagandista racista dos EUA, tendo antes trabalhado como editor da *Western Destiny*, de Willis Carto.

Segundo a revista *Replica* de Janeiro de 1978, quando o Comité Executivo da Liga Mundial Anticomunista (LMA) se reuniu nos dias 10 e 11 de Dezembro de 1977 para preparar a sua próxima conferência a ser realizada em Washington, "o principal orador foi o general Robert C. Richardson III, que pronunciou um brilhante discurso sobre o equilíbrio nuclear entre a URSS e EUA... e o Dr. Roger Pearson (presidente da sucursal norte-americana da LMA e mais tarde presidente da própria LMA em 1978) fez também uma apresentação brilhante".

Replica é a revista da Confederação Anticomunista Latino-Americana (CALA), que Jack Anderson demonstrou ser uma organização anti-semita criada pela CIA para controlar os esquadrões da morte neo-nazis.

Pearson foi substituído do seu cargo de chefia da sucursal norte-americana da LMA após a conferência de 1978 em Washington, porque as suas ligações neo-nazis internacionais eram demasiado escandalosas até mesmo para uma organização como a LMA que incluía, na época, esquadrões da morte, ex-nazis e colaboradores de nazis.

No número de Julho de 1978 da publicação racista *Mankind Quarterly*, Robert Gayre, editor-chefe e mentor de Pearson, anunciou que este último assumiria a direcção da revista. Robert Gayre havia sido condecorado com a Grã-Cruz de Mérito da SMOM em 1963, tendo já trabalhado como editor do *Mankind Quarterly* durante três anos. Em Junho de 1979, Pearson constava da lista de membros do Comité de Patronage (directório consultivo) da revista neo-nazi francesa *Nouvelle Ecole*.

Pearson continua actualmente a publicar várias revistas em Washington, entre as quais *Mankind Quarterly*, *The Journal of Social, Political and Economic Studies* e *The Journal of Indo-European Studies*, além de ser membro do directório do Instituto Americano de Política Externa.

Angleton é presidente do Fundo de Segurança e Informação, cujo secretário tesoureiro não é outro senão o general Robert C. Richardson III.



Angleton: envolvimento em operações ilegais nos EUA



Roger Pearson

tido de ganhar a amizade dos meios financeiros do Vaticano foi dado em fins da década de 1950 quando, através de um padre, conheceu o príncipe Massimo Spada, um dos nobres do Vaticano e leigo de maior projeção no IOR. (Massimo Spada foi nomeado Cavaleiro de Malta no dia 21 de Setembro de 1944. O IOR, *Instituto per le Opere di Religione*, ou Instituto de Obras Religiosas, mais conhecido como Banco do Vaticano, foi criado em 1942 por Pio XII). Ao mesmo tempo, Sindona fez prosperar a sua amizade com Giovanni Montini, que era cardeal-arcebispo de Milão desde 1954.

Em 1959, Montini precisou levantar uma grande soma de dinheiro para um asilo de velhos, para o que recorreu à ajuda de Sindona. Consta que, em apenas um dia, Sindona levantou 2 milhões de dólares. Em 1960, Sindona comprou um pequeno banco milanês, o *Banca Privata*, o qual, graças aos seus amigos no Vaticano, passou rapidamente a receber depósitos do IOR. Três anos depois, Montini foi eleito papa com o nome de Paulo VI, e as ligações de Sindona com o Vaticano tornaram-se insuperáveis.

O jornal italiano *L'Espresso* de 28 de Junho de 1981 dava a entender que muitos dos altos membros das organizações militares de espionagem da Itália eram, ao mesmo tempo, membros da Ordem de Malta e da P-2. A lista incluía o general Santovito, ex-chefe do SISMI; o almirante Giovanni Torrisi, chefe do estado-maior do exército; e o general Giovanni Allavena, chefe do serviço de informações (na época, denominado SIFAR, o qual mais tarde se dividiu em SISDE e SISMI).

É do conhecimento público como as coisas terminaram. Quando, em 1983, o Vaticano foi finalmente forçado a criar uma comissão "independente" para investigar a relação entre o seu IOR (que era, desde 1970, chefiado pelo bispo Paul Marinkus, natural de Chicago) e os criminosos fascistas da P-2/Banco Ambrosiano, dois dos membros escolhidos para a comissão foram Hermann Abs e Joseph Brennan.

Abs, que figura em quase todos os livros escritos até hoje sobre o Terceiro Reich e os julgamentos de Nuremberga, era o homem que fazia os pagamentos por ordem de Hitler, como presidente do directório do Deutsche Bank, de 1940 até 1945, além de membro do directório da *I.G. Farben*. Terminada a guerra, Abs voltou à presidência de ambas as empresas, não obstante ter sido condenado na Jugoslávia *in absentia* por crimes de guerra. Em 1953, foi condecorado com a Grã-Cruz Federal por serviços prestados no restabelecimento do po-



General Franco:
Mordomo
Grã-Cruz da
Ordem de Malta

der financeiro da Alemanha Federal e, em 1960, foi condecorado por Franco pelos serviços prestados à Espanha fascista.

A escolha de Abs para integrar a comissão de inquérito do Vaticano provocou tal indignação que, a pedido de Charles Higham, o Centro Wiesenthal divulgou documentos demonstrando claramente o envolvimento de Abs em crimes de guerra, acompanhados de um protesto público ao Vaticano, sem qualquer resultado.

Joseph Brennan é presidente do comité executivo do *Emigrant Savings Bank of New York* e Cavaleiro de Malta.

Giovanni Montini, mais tarde papa Paulo VI:
relações de amizade com Sindona





Americares: acusada de receber dinheiro da seita Moon
SMOM, "Americares" e a América Central

Tal como a *World Medical Relief* e a *Refugee Relief International* são organizações de fachada para os editores da revista *Soldier of Fortune* que não pouparam elogios a membros da Waffen-SS, também a SMOM diz nos seus anúncios ser uma organização "humanitária", altamente preocupada com o sofrimento dos pobres e enfermos de todo o mundo.

O *New York Times* de 13 de Agosto de 1985 noticiou que o Fundo Nicaraguense pela Liberdade (NFF), uma das muitas organizações de fachada utilizadas pelo reverendo Sun Myung Moon e a sua Igreja da Unificação, encaminhou 350 mil dólares à *Americares Foundation*, em Connecticut. Clare Boothe Luce, Dama da Ordem de Malta, é um dos

membros da direcção do *Washington Times*, de Moon, e directora do NFF juntamente com o seu colega da Ordem de Malta, William Simon. J. Peter Grace é presidente do Directório Consultivo da *Americares*, entre cujos seis membros estão os seus colegas Cavaleiro William Simon e Prescott Bush Jr., irmão de George Bush, ex-director da CIA.

O boletim publicado pela *Americares* enumera como projectos específicos:

"Embarques de medicamentos para El Salvador": Desde Novembro de 1983, a *Americares* enviou quase 350 toneladas de medicamentos e suprimentos no valor de mais de oito milhões de dólares em 15 embarques marítimos, sendo a distribuição local organizada através da Soberana Ordem Militar dos Cavaleiros de Malta (SMOM).

"Guatemala": Atendendo a um pedido de ajuda, a Ordem dos Cavaleiros de Malta remeteu dez embarques marítimos de suprimentos médicos, no valor de mais de quatro milhões de dólares, para o povo da Guatemala desde Janeiro de 1984.

"Honduras": Desde Agosto de 1984, três despatchos marítimos de suprimentos médicos de alta prioridade, no valor de mais de um milhão de dólares, foram enviados ao povo das Honduras, em atenção a um pedido de ajuda endereçado à Ordem dos Cavaleiros de Malta.

"Brasil, Outubro de 1984": Um embarque de vitaminas no valor de 156.075 dólares foi enviado para o Brasil, mais uma vez em atendimento a um pedido da Ordem dos Cavaleiros de Malta (SMOM) que actua como nosso consignatário nas Américas Central e do Sul".

O boletim analisa também um "subproduto" da *Americares*, denominado "Doctors to All Peoples", que, segundo consta, "destina-se a eliminar a lepra em todas as Américas". Por sinal, a lepra é o "projeto humanitário" mais divulgado internacionalmente pela SMOM.

O *Washington Post* de 27 de Dezembro de 1984 divulgou o seguinte: "uma organização humanitária de natureza privada, chamada *Americares Foundation*, operando em conjunto com a Ordem dos Cavaleiros de Malta, encaminhou mais de 14 milhões de dólares em doações médicas para El Salvador, Honduras e Guatemala nos últimos dois anos.

"Parte dos 680 mil dólares do total da ajuda fornecida às Honduras foi destinada a índios mísquitos ligados a rebeldes que, com a ajuda dos EUA, combatem o governo esquerdista da Nicarágua, segundo declarou um funcionário da Ordem das Honduras.

"Grande parte da ajuda total de 3,4 milhões de dólares fornecida pela *Americares* à Guatemala foi distribuída entre as forças armadas, como parte do seu programa de repovoamento de 'vilas modelo' destinado a derrotar os rebeldes esquerdistas, disse o representante da *Medicares*, Roberto Alejos, comerciante guatemalteco.

"Alejos, co-presidente do directório dos Cavaleiros de Malta nas Honduras (declarou)... que o exército da Guatemala entrega medicamentos fornecidos pela *Americares* aos moradores das 'vilas modelo', situadas ao longo da fronteira mexicana.

"Alejos, importante produtor de açúcar e café, cedeu por empréstimo as suas propriedades na Guatemala à CIA em 1960 para o treino de cubanos posteriormente utilizados na invasão da Baía dos Porcos.

"Quando lhe perguntámos porque motivo os Ca-

valeiros de Malta recorriam à *Americares*, e não aos grupos tradicionais de ajuda, como a Cruz Vermelha, Grace disse: 'os Cavaleiros vêm fazendo isto há 900 anos. Têm até uma cruz própria (a cruz de malta)... Consideram-se muito acima da Cruz Vermelha'.

"Pelo menos um grupo de simpatizantes do governo, a *Air Commando Association*, de Fort Walton Beach, na Flórida, diz ter utilizado armazéns



Obando y Bravo, arcebispo da Nicarágua, recebe ajuda de J. Peter Grace

Na sua edição de 1 de Agosto de 1985 o *New York Times* anuncia que, por ocasião de uma visita a Nova Iorque em Maio daquele ano, o arcebispo Miguel Obando y Bravo, da Nicarágua, revelara estar a dirigir os esforços da sua diocese no sentido de impedir que o governo imponha um sistema comunista naquele país. Segundo o arcebispo, esses esforços incluem "a divisão da sua diocese em novas e velhas unidades, inclusive paróquias, distritos e grupos menores, para liderança e treino religioso". Obando y Bravo alegou que o centro de treino criado em Manágua se destinava a "quadros pastorais, e não a quadros militares. Após uma reunião com o arcebispo Obando, os executivos da W. R. Grace providenciaram para que a *Sarita Kenedy East Foundation* desse exemplares da Bíblia, rosários e outros suprimentos para ajudar o esforço da igreja". O director da fundação é J. Peter Grace.

Qualquer que seja a finalidade do "treino de liderança" e de "quadros pastorais", a ideia pareceu tão boa aos Cavaleiros de Malta que, segundo uma notícia distribuída à imprensa no dia 21 de Junho de 1985 pelo *Erlich-Manes & Associates News Service*, de Bethesda, Maryland, a Southern Association da Ordem dos Cavaleiros de Malta tinha despachado "40 enormes containers", no

valor de 5,5 milhões de dólares, a bordo do navio "Freedom" com destino a Maputo, Moçambique. Segundo a notícia "cerca de metade do carregamento destina-se directamente a ajudar o desenvolvimento agrícola no norte de Moçambique; a outra metade será distribuída directamente aos pobres pelas organizações de Caridade Católica do arcebispo de Maputo". Documentos oficiais da Ordem dos Cavaleiros de Malta mencionam outros projectos "humanitários" semelhantes em vários países do mundo.



Organizações de extrema-direita, como a Ordem de Malta, vêm agindo a coberto de acções "humanitárias"

dos Cavaleiros de Malta em El Salvador. O general aposentado H. C. Aderholt, que chefia o grupo de 1.500 homens, (disse) que os seus comandos têm fornecido alimentos e medicamentos às instalações dos Cavaleiros e que, em conjunto, eles 'recebem um bom apoio do comandante da força aérea salvadorenha'.

"Aderholt (acrescentou) que a associação já distribuiu alimentos e remédios no valor de 4,5 milhões de dólares a El Salvador, fornecidos pela *Christian Broadcast Network* e pela *World Medical Relief*. Disse que certos liberais do Congresso têm tentado 'ligar (esse trabalho) a algum plano sinistro da CIA' (sic), o que ele afirma ser incorrecto".

Embora o artigo publicado pelo *Post* mencione que William Casey, director da CIA, é Cavaleiro de Malta, não diz que Aderholt é o editor-colaborador de "Operações Não Convencionais" da revista *Soldier of Fortune*, e que foi membro do "Painel Sington" criado pelo Pentágono para elaborar novas estratégias de antiguerilha nos países em desenvolvimento. Russ Bellant, num artigo publicado pelo *Metro Times*, de Detroit, em 9 de Outubro de 1985, diz que Aderholt alega que a *Christian Broadcasting Network*, de Pat Robertson, já doou

dois milhões de dólares aos Cavaleiros de Malta para operações na América Central.

Conclusão

Durante muitos anos, os grupos progressistas dos EUA e de outros países do mundo vêm-se dedicando a uma extensa pesquisa das chamadas organizações "seculares" estatais e privadas, tais como a CIA, a NSC, organizações militares privadas e fundações que prestam todo o tipo de ajuda.

Este artigo examina a importância operacional dos membros da Soberana Ordem Militar de Malta que, ao contrário de entidades privadas, governamentais e fundações, ainda não recebeu a devida atenção dos historiadores progressistas. O curioso é que os historiadores europeus têm praticamente ignorado as Ordens de Cavalaria ao analisarem o papel estrutural da própria aristocracia europeia na organização do apoio à reacção internacional e ao terrorismo fascista.

Françoise Hervet

* A autora deste artigo, traduzido da revista *Covert Action*, sob o pseudónimo Françoise Hervet, há anos que estuda a Soberana Ordem de Malta.

Sindona: prisão perpétua e envenenamento

■ Membro da loja maçónica P-2, o banqueiro italiano, Michele Sindona, de 65 anos, foi condenado a prisão perpétua pelo assassinato do advogado Giorgio Ambrosoli, que trabalhava na liquidação de um dos seus bancos (o Banco Privado Italiano), falido fraudulentamente. O inquérito, a cargo de um tribunal de Milão, na Itália, começou a 6 de Junho de 1985, seis anos depois da morte de Ambrosoli, executada por Joseph Arico, assassino profissional norte-americano e membro da Mafia. Robert Venetucci, acusado de intermediário entre Sindona e o assassino, foi também condenado a prisão perpétua.

O maior concorrente de Sindona em Milão era Robert Calvi, presidente do Banco Ambrosiano, falido em 1982. Entre as acusações formuladas contra Sindona contava-se a de ter chantageado Calvi, a quem teria feito ameaças por este se recu-

sar a lhe conceder empréstimos. Ambos os banqueiros eram membros da loja maçónica P-2, de Licio Gelli. Depois da falência do Banco Ambrosiano, Calvi foi encontrado morto numa rua de Londres, um episódio até hoje não esclarecido.

Sindona, ex-consultor financeiro do Vaticano, deixou os Estados Unidos em Setembro de 1984 para responder aos processos movidos contra ele na Itália. Nos Estados Unidos, Sindona cumpria uma pena de 25 anos de prisão pela falência do *Franklin National Bank*, considerada a maior fraude bancária da história norte-americana. Sindona será obrigado, de acordo com o tratado de extradição entre os dois países, a cumprir a sua pena pela falência do *Franklin National Bank*, antes de ir para uma prisão italiana.

A acção de Sindona envolve o Vaticano, já que ele também foi proprietário do Banco Católico de Veneto, comprado ao Instituto de Obras Religiosas (IOR), conhecido como Banco do Vaticano, então presidido pelo bispo norte-americano Paul Marcinkus.

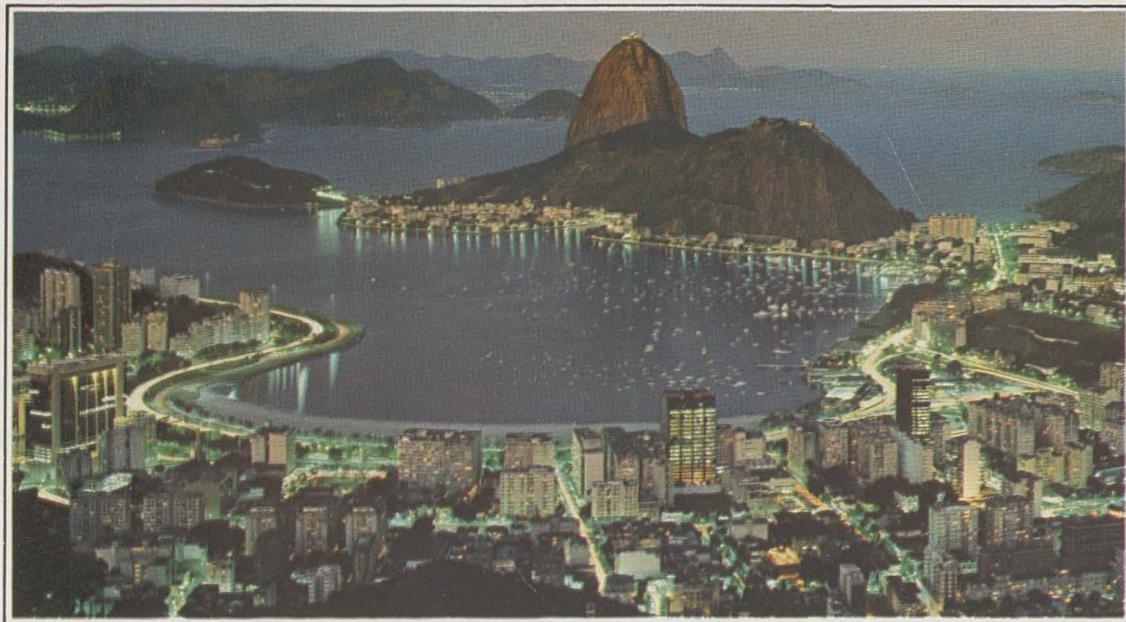


A condenação e posterior envenenamento de Michele Sindona: complicações para o Vaticano

Humor



O Rio de Janeiro é muito mais que um cartão postal do Brasil.



O Estado do Rio de Janeiro não é só feito de belezas naturais. É, acima de tudo, uma grande oficina de trabalho. Por isso, somos o segundo pólo de desenvolvimento e o maior centro financeiro do Brasil.

Nossas empresas produzem, em escala de exportação, alimentos e bebidas, peles e manufaturas de couro, papel, produtos químicos, plásticos e têxteis, borracha natural e sintética, aparelhos elétricos, produtos metalúrgicos e muito mais. E, além de concentrar o maior número de empresas de consultoria de engenharia, o Rio de Janeiro tem o principal aeroporto e o segundo maior porto do Brasil.

O BD-Rio, como agência financeira de fomento, tem a função de trabalhar pelo desenvolvimento do Estado. Por isso, o BD-Rio deseja ser o laço entre nossas empresas exportadoras e os importadores em potencial de nossos produtos. Laço que há de unir povos amigos. Use o BD-Rio para fazer contatos com as empresas do Rio de Janeiro. O BD-Rio terá sempre a solução adequada para a sua expectativa.

GOVERNO DO
ESTADO DO
RIO DE JANEIRO
- BRASIL



BD-Rio

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

Praia do Flamengo, 200 - 23º, 24º e 25º andares
Rio de Janeiro - Brasil - CEP.22210

Tel.: 205.5152 (PABX) - Telex (021) 22318

Filiado à Associação Brasileira de Bancos de Desenvolvimento - ABDE

Angola, terra da liberdade.



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
Ao Serviço da Reconstrução Nacional